

Selson Garutti

O PODER DO ANEL NA DIOCESE DE MARINGÁ

Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião, sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Torres Londoño.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

São Paulo - 2006

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter dado condições para alcançar / conseguir mais esta vitória.

Aos professores, funcionários, alunos e amigos do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, especialmente ao Prof. Dr. Fernando Torres Londoño, que no papel de professor, orientador e amigo me mostrou um caminho mais adequado para o bom êxito desta pesquisa.

Aos professores, funcionários e amigos do Colégio Marista de Maringá que tanto me apoiaram e incentivaram.

Aos meus queridos pais, Odete do Cargo Garutti e Ernesto Garutti e aos meus queridos irmãos Junior, Amauri, Fátima e Bento.

À minha querida amiga Elizabete Suga que tanto me ajudou, incentivou e até me suportou por inúmeras vezes.

À Arquidiocese de Maringá pela possibilidade de pesquisa das questões tratadas.

À CAPES pelo incentivo e oportunidade.

À todos e a todas que de uma forma ou de outra me ajudaram e incentivaram.

A todos vocês meu muito obrigado.

RESUMO

O PODER DO ANEL NA DIOCESE DE MARINGÁ

A presente proposta de pesquisa consiste em compreender o discurso e as práticas do catolicismo instituído na cidade de Maringá entre as décadas de 1947 a 1987, a partir de uma perspectiva de um “catolicismo moderno”, dada através do processo histórico que teve por cume o Concílio Vaticano II. Tal proposta temática consiste na relação existente entre Igreja e Sociedade em suas relações de poder aí imbricado. No entendimento desta proposta temática está a idéia de que as relações sociais de poder sustentam-se e se perpetuam através dos variados recursos simbólicos, lingüísticos e de comportamentos. Trata-se de investigar os significados dessas relações sociais e como essas contribuíram para a formação da idéia de uma noção moderna de urbanidade, tendo como contribuição a Igreja Católica institucionalizada na cidade de Maringá.

Nesse sentido, as relações existentes entre Igreja, Religião e Sociedade não serão tratadas a partir de uma lógica mecanicista que a faz instrumento de conservação da ordem social estabelecida, da legitimação de poder de uma classe sobre a outra. O conceito de Igreja, aqui empregado, implica pensar que esta instituição tem uma relação consigo mesma e com a sociedade. Há um confronto histórico permanente entre Igreja e a diversidade cultural em que ela se insere. Assim, mesmo que haja um discurso elaborado pelos “especialistas religiosos”, influenciados por doutrinas romanizadas, a Igreja ainda assim se constituirá conforme as múltiplas relações sociais e de poder que envolve seus seguidores, historicamente constituídos. É esse fazer social histórico do catolicismo em Maringá, entre as décadas de 1950 a 1980, que se constitui tal pesquisa.

ABSTRACT

THE POWER OF THE RING IN THE DIOCESE OF MARINGÁ

This present research aims at understanding the discourse and practices of Catholicism instituted in Maringá City between the years of 1947 and 1987, from a perspective of a “Modern Catholicism”, which happened through the historical process that had its climax during the Vatican Council II. Such proposal consists of the relation existing between Church and Society and their involved relations of power. Within this understanding, there is the idea that the social relations of power support themselves and prevail through varied linguistic, symbolic and behaviorist resources. It is a matter of investigating the meanings of these social relations and how they contributed for the formation of the modern urban idea, having as supporter the Catholic Church institutionalized in Maringá.

This way, the relations between Church, Religion and Society will not be treated from a mechanist logic that makes them an instrument of conservation of an established social order, of the legitimation of power of one class over the other one. The concept of Church, here used, implies the thought that this Institution has a link with itself and the society. There is a permanent historical confront between Church and the cultural diversity in which it is inserted. Thus, even though there is an elaborated discourse by “religion specialists”, influenced by roman doctrines, the Church will, even so, constitute itself according to the multiple social relations and to the power that involves their followers, historically constituted. Based on this historical social “building” of the Catholicism in Maringá, from 1950 to 1980, this research is being held.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1 - CAPÍTULO I - O PROCESSO HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO E POVOAMENTO DO NORTE NOVO DO PARANÁ	12
1.1 - A implantação do plano de colonização do núcleo de Maringá.....	14
1.2 - O estabelecimento do núcleo de povoamento inicial.....	15
1.3 - As dificuldades da instalação do projeto colonizador.....	18
1.4 - O processo de implantação do núcleo urbano de Maringá.....	24
1.5 - O processo de implantação do núcleo religioso de Maringá.....	28
1.6 - O espaço religioso no contexto de formação maringaense.....	29
1.7 - A formação de uma identidade religiosa maringaense.....	33
1.8 - A ação da Igreja católica em Maringá.....	38
2 - CAPÍTULO II - O PODER DO ANEL NA DIOCESE DE MARINGÁ	43
2.1 - O envolvimento de Dom Jaime com o campo eclesial.....	62
3 - CAPÍTULO III - A GESTÃO DIOCESANA DE MARINGÁ	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
ANEXOS	109
ANEXO 01 - BISPO DE MARINGÁ - DOM JAIME LUIZ COELHO (1957).....	110
ANEXO 02 - CATEDRAL NOSSA SENHORA DA GLÓRIA (EM CONSTRUÇÃO).....	111

INTRODUÇÃO

Para quem vem de uma tradição na qual a religião faz parte do cotidiano, sendo vista como a forma de o ser humano religioso estabelecer sua relação com sua noção de sagrado, analisar as questões religiosas a partir de um enfoque científico é uma tarefa não muito fácil, principalmente por se entender que nestas concepções existem traços culturais que são inculcados ao longo do tempo, tanto em um indivíduo quando em seu grupo social.

Desta forma, o desafio se torna uma tarefa atrativa, na medida em que novas interpretações dão condições para a formação de uma forma diferente de entendimento daquilo que convencionalmente se optou por chamar de fenômeno religioso sob um prisma mais crítico.

Desta forma, pretende-se aqui analisar a Igreja Particular da Diocese de Maringá em seu contexto histórico, tentando compreender como esta instituição se insere na sociedade à qual pertence, considerando-se que tal instituição (a diocese de Maringá) nasceu junto com a cidade.

Uma das primeiras constatações é o fato de essa Igreja ter surgido em Maringá quase juntamente com o processo de instalação oficial da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que oficialmente veio para colonizar a região do Norte Novo do Paraná. Implantar novas cidades implicava em derrubar a mata, abrir estradas, preparar a terra, plantar - enfim, construir um espaço urbano, o qual deveria ser constituído pelos princípios de “ordem e progresso”, sendo fundamental a presença da Igreja para ajudar nesta empreitada.

Cinqüenta anos depois, observando-se a dinâmica dessa cidade, é possível perceber a presença do catolicismo atuante em diferentes áreas, representado por comerciantes, pequenos industriais, educadores, profissionais liberais, funcionários públicos, além de um enorme grupo de trabalhadores sem possibilidades de emprego e dignidade. Assim, esta análise não pode se basear somente em dados numéricos, mas deve fundamentar-se também na atuação dos sujeitos históricos que foram os primeiros atores sociais na construção desse espaço urbano.

A direção dessa análise se constitui a partir das relações entre o fenômeno religioso e a sociedade maringaense, ou seja, a partir da influência do comportamento religioso católico entre as diferentes atividades da sociedade local, que através da sociologia da religião se pretende compreender. O fenômeno religioso se insere no rol dos fenômenos sociais, visto

que ambos são produzidos pelo ser humano. Conforme o entendimento de Lagenest (1976, p. 36):¹

O fenômeno religioso caracteriza-se por ser ao mesmo tempo individual e social, pessoal e comunitário: nele há contínua inter-relação e interação do indivíduo com a sociedade e da sociedade com o indivíduo, da pessoa para com a comunidade e da comunidade para com a pessoa.

Com a fundamentação teórica sobre a qual se propõe analisar o fenômeno religião católica na sociedade maringense, pretende-se construir uma proposta que leve, se não à conclusão, pelo menos ao início da compreensão desta questão.

Ao se tratar da relação entre o desenvolvimento de uma cidade específica e a atuação da Igreja Católica no seu contexto, tem-se no pensamento de Max Weber um dos referenciais para esta análise. Parte-se do pressuposto de que, para Max Weber, uma ação social só pode ser entendida ao se compreender o seu sentido subjetivo, a idéia que subjaz à ação. Assim, para tentar compreender em que sentido essa igreja age na sociedade à qual pertence, faz-se necessário buscar a compreensão da mentalidade que dá sustentação a esse grupo religioso.²

Por ser uma igreja que pertence ao ramo do catolicismo, torna-se necessário recorrer à história e procurar nestes processos suas convicções pastorais e doutrinárias, tendo-se em vista o contexto em que ela se desenvolveu. Deve-se aqui confeccionar uma análise de conjuntura, para se compreender como a Igreja Católica, na pessoa de seu primeiro bispo, Dom Jaime Luiz Coelho, conseguiu realizar todas as suas pretensões.

Assim, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, quer-se compreender a concepção cultural formulada a partir de uma concepção católica de religiosidade, localizada entre o período de 1950 a 1980, para a formação e desenvolvimento da diocese de Maringá, pretendendo-se analisar o contexto histórico em que a diocese se insere. Trata-se assim de um estudo sobre o fenômeno religioso cultural vigente em relação ao processo de formação da sociedade maringense. Propõe-se uma discussão sobre a formação da identidade cultural da cidade de Maringá, abordando questões fundamentais para essa formação identitária, para o que são levados em consideração os elementos provenientes da religião católica aí imbricada, tendo como expressão a nascente diocese de Maringá. O trabalho se orienta pela análise da questão a partir do contexto eclesiológico, o que possibilita o entendimento de uma

1 LAGENEST, J. P. Barruel de. Elementos da sociologia da religião. Petrópolis: Vozes, 1976, p.36.

2 WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira, 1983.

cosmovisão própria da “Cidade Canção”,³ decifrando o encontro do homem com o sagrado, pois, segundo Mircea Eliade: “(...) o Sagrado é um elemento da estrutura da consciência, e não uma etapa na história dessa consciência”⁴.

Os procedimentos operacionais empregados para a elaboração deste trabalho foram, de forma concisa, os seguintes: consulta ao jornal *Folha do Norte do Paraná*, fonte que contém ricas informações, as quais nem sempre se encontram datadas na história oficial; busca de informações nos jornais oficiais da Igreja e do município; e ainda um levantamento de dados na Divisão de Patrimônio Histórico da Secretaria de Educação e Cultura de Maringá. De grande importância, pelas informações nelas contidas, foram algumas obras publicadas, tanto a respeito dos pioneiros, quanto pelos próprios pioneiros sobre a cidade, incluindo-se entre estes alguns membros da Igreja Católica.

Um trabalho que pretenda não apenas contar a história de uma igreja, mas analisá-la sob o ponto de vista sociológico, apresenta alguns desafios que é preciso, se não superar, pelos menos tentar apontar caminhos para isto. Sendo assim, o que se deve ter sempre em mente é o entendimento da postura dessa igreja, na pessoa do bispo, diante da dinâmica social existente nesta conjuntura. Por isto, a preocupação não recai na discussão da essência de sua doutrina, mas sim, em como esta doutrina, geradora de uma ética e administrada por um bispo, interferiu nas relações sociais da sociedade maringense como um todo.

Sobre a fundamentação teórica que analisa o fenômeno religião nesse grupo social, propõe-se um olhar investigativo capaz de levar à compreensão desse assunto, sob uma metodologia que norteie este caminho. Para tanto, o trabalho foi organizado estruturalmente não de forma factual, embora ele tenha aparência linear, mas mediante a recuperação da história da Igreja Católica Apostólica Romana aqui representada pela Igreja Particular da Diocese de Maringá. Tem-se como pano de fundo a história da fundação dessa cidade, as relações de cumplicidade e como ambas – a cidade e a Igreja - se desenvolveram neste espaço e tempo, o que permite a reconstrução dos sujeitos históricos segundo as perspectivas de referenciais teóricos dos autores Sérgio Miceli (1988)⁵ e Scott Mainwaring (1989)⁶.

Por uma questão de contextualização, na parte introdutória deste trabalho será abordada, de forma sucinta, a história do início do processo de colonização que deu origem à cidade de Maringá. Com isto, introduz-se a história do surgimento da diocese de Maringá,

3 Maringá é hoje conhecida como "Cidade Canção", um título recebido em homenagem à origem de seu nome: uma história cheia de encantos que mistura textos lendários e fatos reais, baseada na bela canção do compositor Joubert de Carvalho “Maringá, Maringá”.

4 Eliade, Mircea. História das idéias e crenças religiosas, Vol. I Sansoni, Florença, 1981, p. 7.

5 MICELI, Sérgio. A Elite Eclesiástica Brasileira, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1988.

6 MAINWARING, Scott. Igreja Católica e política no Brasil (1916 – 1985), Brasiliense, São Paulo, 1989.

cuja análise se inicia pela compreensão da função e objetivo da Companhia Melhoramentos, que colonizou a região. Considera-se que a região em questão, apesar de habitada por alguns grupos esparsos, formados por posseiros e indígenas, teve como responsável oficial por seu povoamento a Companhia de Terras Norte do Paraná, a qual, trouxe no seu bojo o pioneiro que procurava melhores condições de vida. Busca-se a compreensão da presença do pioneiro católico já neste contexto, porque ele também se coloca como ator social do referido momento histórico.

O processo de fundação da cidade de Maringá se destaca pelo fato de esta ter sido planejada primeiramente em uma prancheta, na qual se previa a organização de todos os espaços, quebrando uma antiga tradição brasileira na forma de fundação das cidades, quando primeiramente se erguia uma cruz, símbolo da religião dominante, para em torno dela surgir o núcleo urbano.

Os espaços religiosos formados por católicos e protestantes também são considerados, visto que ambos se organizaram no mesmo momento histórico; mas permaneceu como patrimônio histórico da cidade só a primeira capela católica construída no primeiro núcleo urbano que deu origem à cidade. Isto se deve a que espaço sagrado e espaço profano são vistos de formas diferentes por católicos e protestantes, além de ser a religião católica a religião “aceita” pela maioria dos pioneiros.

A base da pesquisa consiste em uma tentativa de recuperação da história de fundação da diocese em Maringá e da forma como essa diocese e seus atores sociais se articularam perante o desenvolvimento socioeconômico e o crescimento espacial e populacional da cidade. Considera-se que, ao ser construído o seu primeiro templo urbano, a Igreja Católica se estabeleceu no Maringá Velho; porém, procurou colocar-se na região central, construindo a velha igreja matriz, que, instalada a diocese, tornou-se a Catedral Nossa Senhora da Glória, posteriormente estabelecida em seu templo definitivo.

Os desdobramentos, como forma de crescimento dessa igreja, devem também ser levado em consideração, pois esta análise leva a uma reflexão sobre as bases em que as paróquias vão se estabelecendo pelos diferentes bairros da cidade e da região. É este um momento privilegiado para analisar as relações de poder que se estabelecem no e pelo universo religioso.

Pretende-se também confeccionar uma análise da diocese, mais precisamente através da figura do primeiro bispo, Dom Jaime Luiz Coelho, enfocando as diferenças culturais, sociais e éticas que se estabeleceram no entorno de seu governo, desde a fase inicial até a sua aposentadoria. Tenta-se apresentar também a forma como a diocese se organizou

internamente, com a sua estrutura baseada nos moldes modernos europeus. Outro enfoque que diz respeito à sua atualidade refere-se à forma como a diocese entendeu os projetos sociais, o que foi considerado como prioridade, indicando sua preocupação com as questões socioculturais e religiosas. Procurou-se entender como se deu a sua inserção social na cultura, na política e na economia da cidade, trazendo-se sempre, junto com esta discussão, um embasamento teórico-metodológico que contribua para o entendimento da relação entre religião e sociedade.

Desta forma, este trabalho apresenta três capítulos, divididos a partir da análise constituída pelo tempo histórico,. No primeiro capítulo tem-se uma análise do contexto histórico da fundação, tanto da cidade quanto da diocese, em suas relações socioculturais, políticas e econômicas, dando-se uma visão geral de como se constituíram a formação da identidade sociocultural e religiosa da diocese de Maringá.

O segundo capítulo versa sobre a pessoa do primeiro bispo da diocese de Maringá, construindo uma análise histórica e biográfica de Dom Jaime Luiz Coelho e seguindo o rastro de seus passos e as influências históricas e socioculturais que vão acabar por delinear a sua personalidade, bem como suas ações enquanto bispo da diocese de Maringá.

O terceiro capítulo culmina com uma análise das ações da diocese, levando-se em consideração a conjuntura histórica em que tanto a cidade quanto o bispo estavam inseridos, chegando-se assim às conseqüentes conclusões.

CAPÍTULO I

O PROCESSO HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO E POVOAMENTO DO NORTE NOVO DO PARANÁ

Em virtude de ser recente o processo de seu povoamento, o Norte do Paraná ainda não foi objeto de suficientes estudos. Em primeiro lugar, porque se trata de uma região em rápido processo de transformação; em segundo, por não sido ainda implantada nele uma verdadeira mentalidade voltada para a pesquisa científica. Só recentemente, com a criação de universidades estaduais em Londrina e Maringá, é que se tem caminhado nesse sentido.

Ainda são poucos e recentes os trabalhos monográficos específicos sobre a história do Norte do Paraná. Estes tratam quase sempre da colonização desenvolvida pelo Estado ou por estrangeiros, em um núcleo e período determinados. A região tem sido mais abordada em obras gerais de História do Paraná e em trabalhos diversos de geógrafos e economistas, com o enfoque de suas especialidades.

É justamente por isso que a história do Norte do Paraná, e mesmo do estado como um todo, configura-se como um dos campos mais férteis para a pesquisa, atraindo o interesse para os seus arquivos quase indevassados. A facilidade que a sua história recente oferece para o acesso a documentos, e mesmo a depoimentos pessoais que ainda podem ser colhidos, torna-se proposta irresistível, à qual não se pode esquivar.

O Estado do Paraná apresentou, entre as décadas de 1920 e 1960, um excepcional crescimento populacional, passando do 12º para o 5º lugar entre as unidades da Federação. Este afluxo demográfico teve como causa principal a existência de grandes extensões de terras ainda inexploradas no Norte e no Oeste. Devido à sua fertilidade, em especial à da "terra roxa" do Norte do Estado, o Paraná experimentou uma extraordinária expansão agrícola que repercutiu decisivamente em sua economia e, conseqüentemente, em seu desenvolvimento.

A ocupação do Norte, Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná, bem como a sua consolidação em outras regiões, é um fato que apenas adquiriu relevância nos últimos anos. É possível distinguir, nesse processo de povoamento e colonização da parte "nova" do Paraná, duas frentes pioneiras: a do Norte (*Norte Novo*), como prolongamento da expansão cafeeira do Estado de São Paulo, e a do Oeste (*Norte Novíssimo*), resultante da penetração de colonos, descendentes de alemães e italianos, vindos do Rio Grande do Sul e do Oeste de Santa

Catarina. Estas duas frentes se encontraram entre os vales dos rios Ivaí e *Piquiri*, completando, desta forma, a interligação das regiões de colonização paranaense e o seu povoamento.

O fenômeno observado no estado foi "*sui generis*" no Brasil e talvez no mundo, tendo em vista a rapidez com que as suas terras foram desbravadas, povoadas e cobertas por plantações diversas, notadamente de café. Em poucos anos o Paraná se tornou um dos principais produtores agrícolas do país.

No quadro da ocupação agrícola das terras paranaenses, merece destaque especial a Região Norte, delimitada *grosso modo* pelo Paralelo 24. Pela sua proximidade com o estado de São Paulo, essa região teria que ser a direção natural da expansão da frente pioneira que, deixando para trás os cafezais já decadentes do Oeste Paulista, ou ainda em busca de regiões novas que aquela lavoura estava a exigir, atingiria ali o seu clímax.

A colonização então desenvolvida no Setentrião Paranaense foi diferente das demais que ocorreram no Brasil e mesmo no estado, só se assemelhando - guardadas as devidas proporções e especificidades de cada uma - àquela da Alta Sorocabana, que lhe foi anterior, e à do Oeste Paranaense, que de certa forma a sucedeu e foi um prolongamento seu. Acompanhou de modo empresarial e organizado o avanço da "onda cafeeira", dirigido, de um lado, pela Companhia de Terras Norte do Paraná e outras empresas particulares e, de outro, pelo próprio Estado.

Apesar de estar voltada principalmente para a vida rural e ter como objetivo a exploração agrícola, a colonização nele desenvolvida não descuroou, em seu planejamento geral, do estabelecimento de núcleos urbanos que pudessem servir como pontos de convergência para a vasta região, que necessitava cada vez mais de serviços públicos e privados, como retaguarda para o seu desenvolvimento.

Surgiram, assim, planejados e implantados pela empresa colonizadora, com povoados e cidades que logo progrediram. O primeiro núcleo urbano de relevância foi Londrina, fundada em 1929, onde a Companhia de Terras Norte do Paraná instalou sua sede. Pequenas cidades próximas entre si foram surgindo, estabelecendo-se a cada 100 quilômetros uma cidade-pólo, destinada a centralizar as atividades econômicas, sociais e administrativas do seu raio de influência.

É nesse contexto que foi fundada a cidade de Maringá, numa localização invejável dentro da área colonizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná, hoje Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, destinando-se a ser um de seus núcleos urbanos mais importantes. Sua pedra fundamental foi lançada em 10 de maio de 1947, como coroamento da

expansão do povoamento e da lavoura cafeeira que se processava em toda a região. Surgiu, portanto, como cidade de características peculiares às zonas pioneiras. Quatro anos após era elevada à categoria de sede de município.

Como os demais núcleos implantados pela Companhia Melhoramentos, Maringá foi planejada em moldes urbanísticos modernos, prevendo-se o seu rápido crescimento e as implicações daí decorrentes. A cidade, como toda a região norte-paranaense, desenvolveu-se sob o impulso da economia cafeeira, atraindo indivíduos e famílias dos mais diversos pontos do país, sendo atualmente a segunda cidade do Norte do Estado e a terceira do Paraná.

1.1 - A IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE COLONIZAÇÃO DO NÚCLEO DE MARINGÁ⁷

A respeito do processo de colonização da região de Maringá, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná contribuiu decisivamente para a expansão do núcleo rural e, conseqüentemente, do setor urbano do chamado *Norte Novo do Paraná*. Em virtude do plano de colonização, fazia-se necessário dotar a região da infra-estrutura necessária para conseguir vender os lotes com sucesso e rapidez. Esse plano demonstrou-se virtuoso, pois em curto espaço de tempo a Companhia Melhoramentos conseguiu povoar a região. Uma zona deveria dar suporte e manutenção a outra, mas sempre privilegiando as atividades de cunho agrícola. Tal plano de desenvolvimento mostrou-se satisfatório, pois, se em 1940, na enorme gleba pertencente à empresa só havia um município, o de Londrina, já em 1950 existiam seis municípios.⁸

Assim como aconteceu com a cidade de Maringá, localizada na região do chamado Norte Novo do Estado do Paraná, a partir de um “processo colonizador”⁹, A cidade foi implantada como um núcleo urbano denominado “Maringá Novo”. A cidade foi planejada em moldes modernos e projetada pelo urbanista Jorge de Macedo Vieira. Sua implantação seguiu

7 “Cidade Tecnicamente Planejada para ser Bela e sem Problemas: CARACTERÍSTICAS: Situada a 23°25 de latitude e 51°57 de longitude, e 554,87 metros da altitude, Maringá ocupa uma superfície de 425 quilômetros quadrados, com uma população urbana de 101 mil habitantes e uma população rural de 57 mil pessoas, dando um total de 158 mil maringenses”. In: Folha do Norte do Paraná, Maringá, 10 de maio de 1967, p. 03.

8 Censo demográfico do Estado do Paraná de 1940, 1950 e 1960 (IBGE)

9 A Companhia Melhoramentos afirmava que o processo de colonização desta zona pioneira sempre esteve sob seu controle, desconsiderando toda e qualquer outra possibilidade de ocupação territorial. Acreditava ser a empresa precursora desse fenômeno do povoamento da região, questão que acaba por ser tratada por ADUM Sonia. *Imagens do Progresso: civilização e barbárie em Londrina – 1930 – 1960*. Assis: UNESP, 1992. Dissertação (mestrado) – universidade Paulista, 1992. Entretanto, a autora refere-se ao mesmo processo ocorrido anteriormente na região de Londrina.

o traçado urbano previsto pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP)¹⁰, o qual possibilitou à cidade múltiplas expressões urbanísticas, sendo que a gênese do seu traçado apresenta sinais de concepção urbanística das chamadas “Cidades-Jardins”¹¹, característica de cidade planejada com traçados modernos, aproveitando os traçados das ruas e praças e respeitando as características do relevo.¹²

As prefeituras municipais destas cidades tiveram à sua disposição quarteirões inteiros em lotes urbanos para edificar ali as construções necessárias para a estrutura administrativa, escolar, e ainda, campos de esporte e cemitérios na base de 24.200 m² por 10.000 habitantes. A Companhia reservou também espaços para as igrejas católicas, com suas casas paroquiais e congregações, com espaço para os seus respectivos colégios, tendo sido doados os terrenos para serem utilizados em obras educacionais e assistenciais.

1.2 - O ESTABELECIMENTO DO NÚCLEO DE POVOAMENTO INICIAL

Quando se iniciou o povoamento do “Maringá Velho” já havia muitas famílias morando na zona rural circunvizinha, sendo então estes pioneiros os primeiros a derrubar a mata e a construir seus ranchos, formando as primeiras lavouras de café e cereais.¹³ Mas estes colonos, posseiros e índios residentes na região acabaram sendo expulsos. As páginas sangrentas das lutas entre posseiros e jagunços que representavam os interesses da Companhia Melhoramentos acabaram ficando no esquecimento, bem como os ranchos queimados, as

10 A Companhia de Terras Norte do Paraná foi a empresa colonizadora da região do Norte do Paraná, subsidiária da empresa inglesa Paraná Plantations. Entretanto, esta se obrigou a vendê-la a acionistas brasileiros em decorrência da eclosão da Segunda Guerra Mundial. A partir de então ela passou a ser denominada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP).

11 As cidades-jardim nasceram na Inglaterra, criadas pelo urbanista Ebenezer Howard, através da obra intitulada MUNFORD, Lewis. A cidade na história, Belo Horizonte: Tatiáia, 1965. Segundo esse direcionamento, Howard foi influenciado por Piotr Kropotkin, que por sua vez era profundo admirador dos autores utópicos Thomas Spencer e James Silk Buckingham. Howard propunha o descongestionamento da metrópole. Acreditava ser possível dimensionar a diferença espacial entre campo e cidade e vencer a paralisia que tomava conta de ambos no final do século XIX. Para Monford, o gênio de Howard se revelou ao “combinar os órgãos existentes da cidade numa composição mais ordenada, baseada no princípio da limitação orgânica e do crescimento controlado” (...) “O significativo, com relação à cidade-jardim, não era a simples presença de jardins abertos; radicalmente nova-era o método radicional e ordenado de tratar da complexidade, mediante uma organização capaz de estabelecer o equilíbrio e a autonomia e de manter a unidade, a despeito da necessidade de crescimento. Essa é que era a idéia transformadora”. P. 560. Seu trabalho é expresso concretamente nas cidades de Litchworth e Welwyn. Essa inspiração, seguindo Munford, atravessou o oceano Atlântico e se configurou enquanto modelo de inspiração para muitas cidades, tanto da América do Norte, quanto a América do Sul.

12 Certeza de lucro e garantia do direito de propriedade colonizaram o norte do Paraná. O Estado de São Paulo, São Paulo, 15 de janeiro 1965, Suplemento - Publicação 02.

13 “No início as casas eram construídas de palmitos, a luz era lampião e a água era de poços profundos. A poeira vermelha nos dias de seca e a lama nos dias de chuva ficavam com o símbolo de fertilidade e dificuldade enfrentadas pelos pioneiros, com a influência de recursos materiais e ausência de saneamento básico. Entretanto eles superaram essas deficiências com várias alternativas, utilizando sua capacidade de improvisação e criatividade.” Cf. SANCHES, Antenor, Maringá – Sua historia e sua gente, Massoni Maringá 2002, p.6.

mortes e as lágrimas, além do sangue que se misturou ao generoso solo, fecundando-o com o sacrifício de muitas vidas.¹⁴

Desta forma, dirigiram-se para a região muitos jagunços e peões (derrubadores de mato), os quais não vinham com suas famílias. Nesse momento a Igreja Católica ainda não se fazia totalmente necessária, pois bastavam a política e a polícia como mecanismos controladores da sociedade que então se formava. Só quando os “legítimos donos” da terra foram se fixando, juntamente com os colonos (trabalhadores rurais), é que foi fundamental a presença da Igreja Católica - enquanto instituição oficial -, reguladora e controladora da população.¹⁵

Os primeiros anos eram muito difíceis para as famílias que ali se fixavam, principalmente para as mais pobres. Viviam do que conseguiam tirar da terra (cereais, legumes, etc.), comprando os demais produtos que necessitavam na "venda" mais próxima. Havia muitas dificuldades a enfrentar, principalmente para os habitantes da zona rural, os quais sempre estavam juntos, ajudando-se mutuamente. Havia ainda problemas de violência, assaltos etc, que já iam se formando. Os ranchos eram totalmente precários, infectados por mosquitos “borrachudos”. Existia ainda o perigo representado por animais como onças e cobras, por exemplo, mas a propaganda da “Terra Prometida” construída pela Companhia era algo constante.¹⁶

Em geral os pioneiros já estavam acostumados ao trabalho da terra, vindos que eram de regiões agrícolas como São Paulo e Minas Gerais, em busca de novas oportunidades no Norte Novo do Paraná. Muitos traziam alguns recursos com os quais adquiriram suas terras. Outros, porém, somente com muita dificuldade conseguiam dar entrada na compra de um lote, e para pagá-lo tinham que passar por muitas privações durante muito tempo.¹⁷

14 Júnior. J. A. Corrêa. A Maria Fumaça Maringá, 1988 p. 41.

15 “Cidade Tecnicamente Planejada para ser Bela e sem Problemas: MARINGÁ – Dezesete anos depois de Londrina, a Cia Melhoramentos lançou Maringá; Agora, com mais experiência e animada pelo vertiginoso desenvolvimento da região, a empresa colonizadora quis avançar mais ainda na técnica e entregou a especialistas de renome o projeto da nova cidade, prevendo uma população de 100 mil habitantes. Sua fundação ocorreu no dia 10 de maio de 1947. No dia 14 de dezembro de 1951, foi elevada à categoria de município. Passou a ser sede de Comarca em 9 de março de 1954. E em 24 de maio de 1957, com a posse do primeiro Bispo, já era também sede de uma importante Diocese”. In: Folha do Norte do Paraná, 10 de maio de 1967, p. 03.

16 Publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. São Paulo: Edanee, 1975, p. 08. “Há cinquenta anos os mesmos ideais inspiraram os mesmo homens no trabalho pacífico e incessante em benefício de todos. Portanto, o ato pioneiro – a venda da primeira gleba das magníficas terras roxas do Norte do Paraná – não foi um negócio. Foi uma destinação histórica”.

17 ROLLO GONÇALVES, José Henrique. Trabalhando com fontes orais: reflexões a partir de uma pesquisa em andamento: caboclo e pioneiros em Maringá, 1937 – 1953. Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa. Maringá, v. 04, nº 03, 1991, acaba por apontar os mecanismos que a população local encontra para manter a construção do imaginário do pioneirismo, embutida na construção da memória local no sentido de cidade paradisíaca.

Na maioria dos casos os povoadores da nova terra eram pessoas simples, habituadas ao trabalho e dispostas a enfrentar dificuldades como a precariedade das estradas e as distâncias a serem percorridas. Faltava-lhes tudo - conforto, assistência médica etc. Sem iluminação e energia elétrica, a água era obtida das minas, dos córregos ou poços perfurados. O projeto de colonização da Companhia Melhoramento foi baseado em uma estrutura de povoamento de média e pequena propriedade e na instalação conjunta de núcleos urbanos acompanhados por núcleos rurais, o que acabou por trazer para Maringá e região trabalhadores desesperados e pobres. Na sua grande maioria viam no pioneirismo a possibilidade de se fixar em terra suas ou em atividades urbanas¹⁸, que iam do comércio à prestação de serviços e escoamento ligados ao cultivo do café.¹⁹

Toda essa movimentação acabou por provocar uma explosão demográfica tanto em Maringá quanto na região.²⁰ Analisando os censos de 1950 e de 1960, por exemplo, pode-se observar um acréscimo de 270% na população. A população rural cresceu de 31.318 para 56.539 habitantes, e a população urbana passou de 7.270 para 47.592 habitantes.²¹

Assim, desde a fundação da cidade até a década de 1950, Maringá foi o destino de um alto fluxo migratório, marcado pela grande presença de pequenos e médios produtores rurais, intensificando-se a produção cafeeira e a evolução urbana. Além desta explosão demográfica, as profundas dificuldades de subsistência destes pequenos trabalhadores rurais ao se fixarem na terra, a que se somavam ainda as dificuldades para pagar os lotes, culminaram, na década de 1950, e com maior ênfase na década de 1960, numa intensa mobilidade social, ou seja, numa urbanização crescente, provocada em grande parte pela expulsão do pequeno proprietário da zona rural, com a substituição das lavouras de café por pastagens, soja e trigo.²²

18 Os trabalhos de France Luz e Ivani Omura também fazem uma apologia ao papel colonizador da empresa Companhia de Terras Norte do Paraná, embora pretendendo narrar apenas o “processo colonizador”: LUZ, France; OMURA, Ivani A. Rogatti. A propriedade rural nos sistema de colonização da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – Município de Maringá. In: SIMPOSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, nº 08, 1976, São Paulo, Anais, São Paulo: s/nº 1976.

19 MORO, A D. Substituição de culturas e transformações na organização do espaço rural do município de Maringá. São Paulo, 1988. Dissertação de Mestre. Faculdade de filosofia, letras e Ciências Humanas, USP, 1988.

20 Segundo o Censo de 1970 do IBGE, enquanto em 1960 cerca de 55% do total da população de Maringá estava na zona rural, em 1970 esse percentual caiu para aproximadamente 19%, deixando claro o fenômeno da mudança do canário agrícola da região e o intenso crescimento urbano. IBGE – 1970.

21 Luz. Francês. O fenômeno urbano numa zona pioneira. São Paulo USP. 1980. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas – São Paulo. 1980.

22 “(...) A partir da década de 70, ocorreu em Maringá uma reestruturação fundiária, explicada, entre outros fatores pela necessidade de maior extensão de terras para o cultivo de soja e trigo, para que fossem rentáveis”. In: CANCIAN, N. A. Cafeicultura paranaense – 1900 / 1970. Curitiba: 1981.

Esse intenso movimento da zona rural para a zona urbana acabou gerando uma demanda social a ser atendida na cidade pelas políticas públicas, entre elas os serviços de saúde, quase inexistentes.²³ As relações econômicas e políticas determinaram a mobilidade social e a inserção da força de trabalho nos meios de produção naquele momento predominantes na cidade, acabando por formular um quadro de tensões que poderia pôr em risco o processo de povoamento e colonização da Companhia.²⁴

O projeto colonizador, eminentemente capitalista, trouxe embutida em sua ideologia a exploração da força de trabalho e a desigualdade de acesso aos frutos de seu desenvolvimento,²⁵ não se podendo ocultar, portanto, o custo social advindo deste processo de colonização. Também no quadro da saúde²⁶ da época, Maringá mostrava um alto índice de mortalidade infantil, além de surtos de doenças contagiosas, entre as quais a malária e a febre tifóide, além de grande número de óbitos por causas mal-definidas, entre outros inúmeros problemas.²⁷

1.3 - AS DIFICULDADES DA INSTALAÇÃO DO PROJETO COLONIZADOR

Durante o processo de implantação do projeto colonizador no Norte Novo do Paraná o Governo Estadual se posicionou atuando como sustentáculo da iniciativa privada. Posteriormente, com a criação de novas demandas sociais pelo intenso fluxo migratório, sua prática tornou-se centralizadora e saneadora dos conflitos gerados pela própria política de expansão territorial. A ausência institucional do Estado, diante das grandes necessidades de

23 Os princípios da iniciativa privadas e particulares, perpetuados pelo “sucesso” do empreendimento colonizador, nortearam o caráter do desenvolvimento da cidade de Maringá, estando presentes, acreditamos, ainda hoje. A revista Norte do Paraná, na edição de março / abril de 1968, ilustra isso muito bem quando, referindo-se ao desenvolvimento da região, publica em seu editorial: “Foi um empreendimento inspirado nos princípios da iniciativa privada, ao qual geralmente faltou apoio oficial. Por isso, sua consolidação é uma prova e um exemplo. Prova de que as medidas estatizantes não funcionam nem têm significado no Paraná e nem no Brasil de hoje”.

24 MARQUES, Maria C. C. A construção histórica da saúde em Maringá: In: DIAS R. GONÇALVES J. (org.) *Marina e o Norte do Paraná: Estudos de História regional*. EDUEM, Maringá, 2001, p. 306.

25 TOMAZI, N., D. Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da companhia Terras Norte do Paraná. Assim: UNESP / dep. História, 1989.

26 Importante ressaltar que no período de instalação do projeto colonizador na região Norte do Paraná, incluindo o período de surgimento de Maringá, o Estado (na figura do Senhor Moises Lupion, então governador do Paraná) era o responsável maior pela implantação de políticas de saúde nos municípios, segundo a política sanitária centralizadora do governo Federal.

27 A prática de saúde em Maringá não se estabeleceu de forma diferente do privado institucionalizado. Ao contrário, seu desenvolvimento obedeceu a esse critério, estando a iniciativa privada fortemente presente no atendimento à população local desde os primeiros tempos. Essa presença foi incentivada pelo Governo do Paraná, como parte da política de saúde do Estado. MARQUES, M. C. C. A Mortalidade infantil na colonização do Norte Novo do Paraná: o caso de Maringá. São Paulo: USP, 1994. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas – USP, 1994. In: DIAS R. GONÇALVES J. (org.) *Marina e o Norte do Paraná: Estudos de História regional*. EDUEM, Maringá, 2001, p. 307.

investimento e gerência estatal nesse processo de colonização no Norte Pioneiro era algo constatado durante toda o processo de colonização e principalmente na década de 50, construindo-se aí uma política explícita de caráter privado.

Essa manifestação de apoio e incentivo privado deu-se em todas as relações socioeconômicas que aí se constituíram e esteve presente durante toda a década do surgimento de Maringá, sendo esses os princípios que nortearam a evolução dos serviços prestados na região. Paralelamente, o Estado passou a atuar como centralizador e orientador das relações socioeconômicas aí travadas, quando as condições econômicas e socioculturais da região do Norte do Paraná atingiram patamares que poderiam pôr em risco o projeto econômico de colonização da Companhia Melhoramentos. Diante de tantas dificuldades, além do abandono do Governo Estadual, a Companhia Melhoramentos ficou temerosa da possibilidade de fracasso do projeto, além da possibilidade de um grande prejuízo.²⁸

Maringá foi fundada em 1947 e emancipada em 1951, porém a região começou a receber colonos já nos primeiros anos da década de 1940. As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por um intenso fluxo migratório. Por outro lado, o atendimento estatal dispensado à população que se instalou tanto na zona urbana quanto na rural não foi diferente do resto da região, integrando a política do poder público. Os serviços públicos do Estado foram acompanhados de uma rede de serviços particulares que logo se desenvolveu, em face da demanda local e do incentivo e ao mesmo tempo da omissão Estado.

Com tanto abandono por parte do Estado e sem muitas opções, as primeiras famílias, migrantes e pobres, não tinham como ter vida social, menos ainda cultural,. As visitas dos colonos sitiantes aos patrimônios, por exemplo, não podiam ser mais freqüentes. Clubes, esportes, cinema e outras formas de lazer eram quase inexistentes. Existiam alguns bares, mas as senhoras casadas e suas filhas não poderiam freqüentá-los por causa da moral recalcitrante que dominava a mentalidade cultural brasileira e - é claro -, muito mais ainda, a provinciana sociedade maringaense.²⁹

28 (...) Há registros de alta mortalidade infantil e materna, epidemias de malária e tuberculose, entre outras. A chegada de migrantes era vista pelo poder público como a causa maior dos problemas adversos de saúde: 'A impossibilidade de uma triagem permanente porque antipatriótica e desumana, nas regiões novas do Paraná, faz com que se torne nosso Estado herdeiro responsável por graves problemas do País.' Desconsiderando as relações sociais e de trabalho estabelecidas na implantação das frentes pioneiras como causa maior da queda de padrão de saúde, o Estado passou a intervir com uma ação saneadora e centralizadora, na tentativa de gerir e administrar essa população. Cf. MARQUES, op. Cit.

29 CIDADE TÉCNICAMENTE PLANEJADA PARA SER BELA E SEM PROBLEMAS. Com base nos mais adiantados sistemas de colonização e de toda a experiência da técnica, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná planejou a divisão de suas terras de modo a garantir condições de êxito, bem-estar e contorto a uma grande população, que aqui se radicaria atraída pelas oportunidades que a região oferecia. Distribuindo a área rural em pequenas propriedades, criou aproximadamente de 15 em 15 km, um núcleo urbano, e de 100 em 100

No início dos anos 1960, ainda marcada pela euforia ideológica centrada na idéia de progresso modernizador que atravessou toda a década de 1950, a Região Norte - em especial a cidade de Maringá - acabou por vivenciar uma experiência sem igual. Marcado pela situação pós-guerra, em que o Estado Nacional caracterizava-se como interventor, impondo medidas restritivas a fim de manter a integridade e a ordem da União, tal período revelou-se dominado por determinadas conturbações políticas e sociais que preconizavam a restrição de pensamento e movimentos. A situação conjuntural propiciava os progressos da individualização e da racionalidade como sendo critérios socioculturais e econômicos a serem seguidos.

O universo ideológico das elites dominantes brasileiras buscava construir um imaginário social pautado num igualitarismo mascarado pela dominação e submissão. Avessas a qualquer forma de insubordinação, as elites moldavam as personalidades antagônicas a partir de um instrumental sutil e regulado pelo olhar punitivo, inclusive religioso, pelas sanções moralizantes, pelos aparelhos repressores que invadiam as esferas privadas dos atores sociais, fazendo com que todos se curvassem a essa ideologia dominante,

quilômetros uma grande cidade: Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama, foram centros principais preparados para capitanear as demais comunidades menores (algumas destas são hoje também de extraordinária expressão). MARINGÁ: Dezesete anos depois de Londrina, a Cia Melhoramentos lançou Maringá. Agora, com mais experiência e animada pelo vertiginoso desenvolvimento da região, a empresa colonizadora quis avançar mais ainda na técnica e entregou a especialistas de renome o projeto da nova cidade, prevendo uma população de 100 mil habitantes. Sua fundação ocorreu no dia 10 de maio de 1947. No dia 14 de dezembro de 1951, foi elevada à categoria de município. Passou a ser sede de Comarca em 9 de março de 1954., e em 24 de maio de 1957, com a posse do primeiro bispo, já era também sede de uma importante diocese. PLANEJAMENTO: A equipe dirigida pelo urbanista Jorge Macedo Vieira, com a colaboração do Departamento de topografia da CMNP, planejou uma cidade moderna. Feito o estudo da área, a futura grande metrópole do jovem Paraná foi criada no mapa. Uma avenida principal (a Brasil) atravessaria a cidade de ponta a ponta. Quarteirões rigorosamente planejados subdivididos em datas formavam as varias zonas, cada qual destinada a uma finalidade: zonas residenciais de luxo, zonas residenciais populares, zona comercial, zona industrial, centro cívico, aeroporto, estádio municipal, etc. Dois grandes bosques formando os pulmões verdes da cidade. O Horto Florestal, no alto da Zona cinco, imaginada como área de recreação e reserva, destinando-se também à criação de mudas para a agricultura e para a belíssima arborização urbana. O comércio principal ficaria na Zona Um, onde também ficariam os edifícios públicos do centro cívico. Nesse mesmo ponto estariam o Grande Hotel, Construído como modelo pela Cia Melhoramentos, e a Catedral. Cortando as zonas residenciais, avenidas onde funcionaria o comércio para servir cada bairro. VENDAS DE DATAS: A CMNP, ao lançar a venda de datas, tiveram cuidados rigorosos, prevendo cada detalhe. Assim, entre dois terrenos vendidos, ficaria um de reserva, não apenas para efeitos de valorização dessa área baldia e das vizinhas, mas, sobretudo porque no futuro, haveria onde se construíssem prédios maiores. Nenhuma casa poderia ser construída fora do planejamento geral. Nas zonas residenciais, ter-se-ia de deixar um espaço à frente, para jardins e muros elegantes, nas ruas principais, nenhum prédio fora do plano determinado. Graças a essas providências, Maringá expandiu-se e todo aquele que aqui empatou seu capital em datas ganhou dinheiro. E os quarteirões foram logo preenchidos. A prefeitura já encontro um planejamento pronto, para ser seguido. E apesar de alguns descuidos, principalmente no que se refere a prédios públicos que fugiram à orientação arquitetônica prevista, Maringá é a mais bela cidade do interior paranaense, dependendo apenas de mais alguns serviços oficiais para torna-se concreto e ousados sonho de seus criadores. Quem olha o mapa da cidade, sente a grandeza da obra a esperança original da meta de 100 mil habitantes já foi superada. A casa dos 200 mil já está sendo alcançada. E o mapa continua crescendo, novos bairros vão surgindo. E em mais 20 anos não será surpresa se tivermos uma população superior a 400 mil. JORNAL A FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, Maringá, quinta feira, 10 de maio de 1967, p. 03.

impondo uma postura onde todos deveriam concordar, e os que não concordassem, sofreriam uma torturante depreciação até dos seus mais íntimos segredos.

Foi nesse período da história nacional que começaram a surgir os traços característicos de urbanização da cidade de Maringá, cujo legado está regrado pelo traçado sólido do urbanista e arquiteto Jorge de Macedo Vieira, funcionário da empresa colonizadora e residente na Capital Paulista, que planejou a cidade seguindo a topografia do terreno que ele nunca conheceu pessoalmente.³⁰

Esses traços urbanos trouxeram em si um legado preciso de divisão econômica e espacial, conseqüentemente social e também cultural, criteriosamente elaborado e edificado em função dos interesses especulativos e imobiliários da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

A cidade de Maringá foi criada a partir das prerrogativas do modelo moderno de urbanização européia, cuja inspiração traduz os postulados de *Lê Corbusier* (Cidade Radiosa)³¹ e *Ebenezer Howard* (Cidade-jardim)³², com os quais acabaram por criar o mito de “*Cidade Moderna*”, cujas imagens paradisíacas de sucesso garantiam o investimento financeiro feito pela Companhia Melhoramentos e o crescimento acelerado esperado, ancorados na cafeicultura. A força da propaganda fazia de Maringá uma cidade cosmopolita, um “Novo Eldorado”, e muitos “aventureiros” desejavam encontrar “nas terras férteis do Norte do Paraná” melhorias em suas condições de vida e trabalho, um desejo alimentado pela possibilidade de um rápido enriquecimento. Entretanto, o modelo normativo e os padrões de comportamento que foram instituídos para os habitantes do município nem sempre encontravam em seus novos cidadãos possibilidades de regulamentação.³³ As regras eram estabelecidas pela elite dominante local – políticos, médicos, engenheiros e advogados, em sua maioria - bem como autoridades e representantes da Companhia Melhoramentos, os quais nunca deixaram de existir.³⁴ Os (novos pobres) imigrantes e/ou migrantes passaram a habitar os espaços regrados pelo traçado do urbanista e arquiteto Jorge de Macedo Vieira, o qual planejou a cidade de Maringá a partir de uma concepção de cidade moderna.

30 VIEIRA, Jorge e Macedo. Entrevista concedida à equipe de Recursos Audiovisuais da Secretária da Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Maringá. São Paulo, 10 e outubro de 1972. Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico Municipal. Acervo de Documentos Oraís. Prefeitura Municipal de Maringá.

31 LAMAS, J. Morfologia urbana e desenho da cidade. Textos universitários de ciências sociais e humanas. Fundação Calouste Gulbenkian. São Paulo, 2º ed. 2000.

32 HOWARD, E. Cidades – Jardins de amanhã. Hucitec / Annablume, 2º ed. São Paulo, 2002.

33 VERGOTE, A. Modernidade e cristianismo – interrogações e críticas recíprocas. Loyola. São Paulo, 2002.

34 Cf. ADUM, Sônia M. S. Lopes. Imagens do progresso: Civilização e barbárie em Londrina – 1930/ 1960. Assis: UNESP, 1991. Dissertação (mestrado) – UNESP, 1991.

Uma vez identificados esses elementos modernizantes [*Lê Corbusier* (Cidade Radiosa) e *Ebenezer Howard* (Cidade jardim)], formadores da concepção de “*Cidade Moderna*”, e com isso, formador de uma mentalidade cultural do jeito de ser maringaense, caberia, por fim questionar: afinal, haveria uma marca comum a todos esses “maringaenses”, uma identidade comum? Em algum nível seria possível identificar traços distintivos de um “estilo de vida maringaense” – algo correspondente àquele conhecimento visual identitário cultural de seu início?

Caberia a essa nova estrutura social modernizante compor concretamente um “*habitus*” Maringaense, devendo receber a chancela de um sentido mais preciso, análogo àquela noção de identidade sociocultural-religiosa.

Estrutura-se aí uma identidade cultural maringaense, pretendendo-se transcender a um significado apenas alusivo: pois se estava lidando com redes sociais e “padrões de ações coletivas” que permitiriam o pleno exercício concreto dessa prática. Tal noção cultural maringaense, mais difusa e evidentemente mais ampla e abrangente que uma noção de identidade burguesa, pois a inclui, tendo como base de sustentação não apenas uma rede social, mas sim, um sistema de implantação bem delineado na paisagem urbana, uma forma dos circuitos sociocultural-religiosos que interconectam espaços bem-localizados como sendo espaços socializantes – além de algumas matrizes discursivas e religiosas.³⁵

O reconhecimento dessa e de outras regularidades e de sua manifestação pública constitui-se em elemento decisivo, porque se a elite dominante maringaense se comportasse como tal apenas no interior dos seus espaços particulares – constituídos como principal referência - então não projetariam uma imagem externa. Os valores cultivados pela elite dominante burguesa, além de reconhecidos, deveriam ultrapassar seus espaços individuais, suas fronteiras, influenciando comportamentos e formulando um “novo modo de vida – para além de seus espaços privados”.

De que forma essa determinação mais geral da cosmovisão que se queria implantar em Maringá poderia transparecer concretamente em comportamentos, hábitos, gestos, padrões de consumo, configurando um determinado estilo de vida plenamente reconhecido?

Ao entrar nesse campo, torna-se obrigatória à referência às categorias de Pierre Bourdieu – *estruturas, habitus e estilos de vida* (1983). Na análise desse autor, as categorias

35 Essas análises têm ainda em comum o próprio recorte sociológico: trata-se basicamente de setores das camadas médias urbanas, permeados pela ideologia individualista e expostos a veículos e ideologias da modernização, o que, os leva a consumir as terapias alternativas. Modernização / individualização / psicologização: eis o tripé que, segundo o qual, é acionado quando se discute o ethos de grupos pertencentes a essas camadas, no interior das quais insere sua própria pesquisa sobre as terapias corporais de inspiração reichiana. RUSSO Jane. O corpo contra a palavra. Rio de Janeiro, UFRJ, 1993.

mencionadas encadeiam-se umas às outras a partir de uma série de determinações: os *habitus*, “sistemas de disposições socialmente constituídos”, ancorados em estruturas objetivas, funcionando como mecanismos de reprodução dessas mesmas estruturas. Por outro lado, enquanto princípio unificador e gerador de todas as práticas, eles dão unidade aos *estilos de vida*, entendidos como conjunto de práticas, símbolos distintivos e propriedades que passam a expressar as condições da existência.³⁶

Nessas seqüências, *estruturas*, *habitus* e *estilos de vida* não só representam instâncias de determinações mútuas, mas também estabelecem relações umas com as outras, possibilitando campos mais amplos de possibilidades.³⁷

A aplicação dessas categorias, por conseguinte, conservando-se o marco de referência original, pressuporia, na base, uma determinação das posições sociais dos seus atores, cujas referências são sempre as classes sociais, frações e segmentos de classes.

No caso das práticas presentes no circuito da modernidade, apesar de sua clara incidência nas camadas médias (mesmo que não se possa ainda fazer nenhuma generalização fundamentada em dados quantitativos), não se trata de uma determinação de classe *stricto sensu*: pertencer a classes médias não é, evidentemente, condição necessária nem suficiente para aderir aos valores implícitos do universo modernizante. Mas é inegável que um conjunto de comportamentos, produtos, valores e símbolos associados a esse universo começam, por suas recorrências, a conformar um padrão. Nesse sentido pode-se falar em uma certa unidade de “propriedades”, na terminologia de Bourdieu (que assim as enumera: casa, móveis, quadros, livros, automóveis, álcoois, cigarros, perfumes, roupas) e “práticas” (esportes, jogos, distrações, culturas), cuja particular combinação identifica determinado estilo de vida.

Tais propriedades e práticas descrevem um sistema de classificação dos espaços e práticas do circuito modernizante de comportamento e caráter empresarial dos empreendimentos levados a cabo pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, sendo a

36 “(...) o *habitus* é o produto do trabalho de inculcação e de apropriação necessários para que esses produtos da história coletiva que são as estruturas objetivas (por exemplo, da língua, da economia, etc.) consigam reproduzir-se, sob a forma de disposições duráveis em todos os organismos (que podemos, se quisermos, chamar indivíduos) duravelmente submetidos aos mesmos condicionamentos, colocados, portanto, nas mesmas condições materiais de existência”. BOURDIEU, Pierre. In: ORTIZ, R. (org.) P. Bourdieu, Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo, Ática, 1983. p. 78 – 79.

37 “(...) a correspondência que se observa entre o espaço das posições sociais e o espaço dos estilos de vida resulta do fato de que condições semelhantes produzem *habitus* substituíveis que engendram, por sua vez, segundo sua própria lógica específica, práticas infinitamente diversas e imprevisíveis em seu detalhe singular, mas sempre encaradas nos limites inerentes às condições objetivas das quais elas são o produto e às quais elas estão objetivamente adaptadas”. BOURDIEU, Pierre. In: ORTIZ, R. (org.) Pierre Bourdieu, Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo, Ática, 1983, p. 83.

partir desse amplo espectro de possibilidades que as escolhas foram realizadas, configurando marcas distintivas de um “estilo de vida”.³⁸

O que foi se delineando, a partir desta idéia, é que a escolha de itens nesse universo não foi aleatória, individual e esporádica. A marca ou modelo associado a essa visão de mundo dos *habitus* do universo modernizante possibilitou formar e identificar um caráter típico desse meio por suas escolhas e preferências diante de uma ampla gama de possibilidades, que vai dos hábitos alimentares ao lazer, passando pela saúde e cuidados com o corpo, vida intelectual e espiritual, preferências estéticas, e assim por diante.

1.4 - PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO URBANO DE MARINGÁ³⁹

Maringá foi planejada já como uma cidade predestinada a ser um grande centro urbano regional. A Companhia Melhoramentos lhe reservou uma região sem muitos acidentes geográficos e banhados por vários cursos de água.⁴⁰ Definida a região, a Companhia Melhoramentos aguardava o traçado da linha de trem que vinha do Estado de São Paulo chegando até Guairá. O local definitivo da cidade dependeria do término do projeto da linha de trem. Enquanto isto, um pequeno povoado foi se formando e este passou a ser o primeiro núcleo urbano do que viria a ser a cidade de Maringá.⁴¹

38 Das inúmeras definições e perspectivas de análise resenhadas, contudo, pode-se optar por duas, para delas ressaltar alguns pontos comuns. A primeira é de Ruiz, que se reporta a Tönnies, Redfield e Bourdieu: “Estilo de vida é a maneira pessoal segundo a qual cada indivíduo organiza sua vida, isto é, sua relação individual para com as crenças, valores e normas da vida cotidiana, assim como a maneira segundo a qual ele integra as normas do grupo, da classe e da sociedade global a que pertence”. A outra é de Scardigli, que se remetendo à antropologia social, considera “estilo de vida como um sistema de pensamento e ações próprias de um grupo social, permitindo distinguir sua identidade cultural no espaço e no tempo. O estilo confere coerência, significação e os quadros de referencia sociais à vida cotidiana”. Os elementos comuns a reter, dessa revisão, são vida cotidiana; coerência / organização: indivíduo / grupo; reordenados, permitem chegar à seguinte conclusão: determinado estilo de vida é o resultado de escolhas (individuais e/ou coletivas) diante de um repertório (não aberto nem ilimitado) de alternativas que apresenta uma coerência (não é aleatória nem descontínua, mas configura padrões) que se manifesta na vida cotidiana ou a organiza, identificando pertencimento (a grupo). Esse, finalmente, é o sentido da expressão “estilo de via” que acabou sendo empregado neste trabalho, de forma mais pragmática e sem comparar todo o arcabouço bourdieusiano.

39 “Cidade Tecnicamente Planejada para ser Bela e sem Problemas: CARACTERÍSTICAS: Situada a 23°25 de latitude e 51°57 de longitude, e 554,87 metros da altitude, Maringá ocupa uma superfície de 425 quilômetros quadrados, com uma população urbana de 101 mil habitantes e uma população rural de 57 mil pessoas, dando um total de 158 mil maringaenses”. In: Folha do Norte do Paraná, Maringá, 10 de maio de 1967, p. 03.

40 “Um local privilegiado para o estabelecimento de uma cidade que polarizaria a parte mais ocidental de suas terras dividindo com Londrina a liderança regional”. In: LUZ, France. O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá. Maringá: Prefeitura Municipal de Maringá; 1997. p. 60.

41 FENEGA, Maria. Sobre o trem. A construção entre a estrada de ferro, o café e a cidade de Maringá. 1970, p. 34 a 65.

Em 1942 a Companhia Melhoramentos construiu a primeira casa deste patrimônio, que veio a ser um hotel, tão necessário para abrigar corretores, compradores de terras e viajantes em geral. Este núcleo levou o nome que mantém até hoje: “Maringá Velho”. Pode-se dizer que o crescimento deste primeiro núcleo deu-se de forma automática, porém não era interesse da Companhia colonizadora que ele se expandisse, tanto que limitou a venda de terrenos, para evitar o seu crescimento.⁴²

Foi a partir deste núcleo de povoamento que a Companhia estabeleceu a base para a futura cidade. Os diversos estabelecimentos e as atividades ali exercidas, tais como armazéns, padarias, farmácia, sapatarias, entre outros, abasteciam os habitantes da zona urbana e da zona rural, enquanto a Companhia comandava dali as suas atividades “desbravadoras”.

Quando ficou pronta a demarcação da estrada de ferro e definida a localização de sua estação, era o momento de planejar o núcleo urbano definitivo, sem sair de foco o fato de ser a companhia colonizadora, a princípio, formada por investidores ingleses, o que acabou influenciando o desenvolvimento da cidade pelos anos seguintes na forma do desenvolvimento das suas atividades ou em suas formas de atuação. Isso quer dizer que o projeto de planejamento e urbanização da cidade teve por base um modelo europeu baseado na noção de “cidade-jardim”. Tal projeto urbanístico foi encomendado pela companhia colonizadora ao engenheiro Jorge Macedo Vieira, que trabalhava na “Cia City de São Paulo”, demonstrando a proximidade do mesmo com as proposições inglesas de urbanismo. Vieira também projetou o Parque da Mooca em São Paulo e o Jardim Guanabara, situado na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro.⁴³

A proposta de um projeto calcado no conceito de “cidade-jardim” implicou em propor um espaço organizado privilegiando o conforto das pessoas, envolvendo questões que diziam respeito diretamente à poluição e ao fluxo rápido desejado para seu projeto urbanístico. Esse projeto incluiu a localização dos bairros, atribuindo-lhes as funções de bairros médios residenciais, bairros residenciais populares de baixa renda, bairros industriais e áreas para armazéns. A região central deveria abrigar o centro cívico e

42 Esta informação pode ser encontrada no depoimento de Ângelo Planas, que recebeu a incumbência do próprio presidente da Companhia, Arthur Thomas, antes de o mesmo voltar à Inglaterra, de vender apenas os terrenos ou as datas que estivessem dentro do limite estipulado: seis quarteirões. In: Projeto Memória. Cadastro n.94. Centro de documentação histórica do Município de Maringá.

43 DIAS, Edson dos Santos. Atuação do agente fundiário na produção do espaço urbano. Companhia Melhoramentos Norte do Paraná: uma presença constante na cidade de Cianorte. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998, p. 96.

administrativo. As regiões reservadas para escolas, hospitais e parques infantis também foram pensadas. A preservação ecológica ficou a cargo da reserva de três áreas verdes nativas dentro da cidade, apesar de a mesma preocupação não ter sido dada também no entorno da cidade e muito menos no cuidado com matas ciliares e fundos de vale da região.⁴⁴

O projeto tinha uma grande preocupação com minúcias em relação ao conforto do ser humano, no entanto provocou uma seleção ao destinar as áreas para classes diferentes.⁴⁵ Outra característica da cidade -jardim seria a formação do que se pode chamar de “cinturão verde”, cujo objetivo seria dar a sensação de continuidade entre cidade e campo e vice-versa, ou seja, o limite entre cidade e campo estaria diluído no “cinturão verde”.⁴⁶

Por determinação da Companhia, os lotes rurais eram delimitados entre 10, 15 e 20 alqueires. A pequena propriedade atrairia compradores com baixo poder aquisitivo ao mesmo tempo em que aumentaria o fluxo de pessoas. Para as regiões próximas ao núcleo urbano a delimitação caía para um a cinco alqueires, e com isto se formava o “cinturão verde”.⁴⁷ Estes espaços delimitados como “cinturão verde”, planejados como chácaras, cujas hortas e pomares ou granjas serviriam para abastecer a cidade, acabaram se transformando em áreas de lazer, sendo os espaços substituídos por quadras de esportes, piscinas, churrasqueiras, além de se tornarem símbolo de “status” social, por ser privilégio de uma classe mais abastada possuir um espaço de lazer dessa envergadura.

Concluído então o projeto definitivo da cidade e a sua localização, deu-se o lançamento da pedra fundamental, o que ocorreu em dez de maio de 1947, data que ficou

44 Sobre este assunto, pode-se sugerir o trabalho de dissertação de mestrado de Zuleide Casagrande de Paula, intitulada “Maringá, coração verde do Brasil?”, na qual a autora discute com detalhe o discurso ideológico presente na questão da preservação do verde em Maringá, que na verdade ficou restrito ao perímetro urbano. In: PAULA, Zuleide Casagrande de. Maringá, o coração verde do Brasil. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1998.

45 Esta indicação é encontrada em France Luz, ao afirmar que existe diferença na divisão dos terrenos nos bairros residenciais. Os terrenos menores e mais baratos da zona sete, por exemplo, atraíam as pessoas de menor poder aquisitivo, diferentemente dos terrenos da zona 5, que passou a ser considerado como “nobre”. In: LUZ, France. O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá. Maringá: Prefeituras Municipais de Maringá, 1997.

46 “Para reunir e expressar essa reunião da cidade e do campo, Howard rodeou sua nova cidade com um permanente cinturão verde agrícola. Essa ‘muralha’ horizontal bidimensional serviria não só para conservar próximo o ambiente rural, como também para impedir que outros núcleos urbanos se fundissem com ela [...] Afora o conceito como um todo, o princípio de criação de cinturões verdes permanentes ao redor de comunidades urbanas foi uma contribuição importantíssima. Possivelmente, a melhor denominação de tais comunidades seria a de ‘Cidade do Cinturão Verde’”. MUNFORD, Lewis. A cidade na história. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 557.

47 Como se pode observar no seguinte comentário de France Luz: “circundando a cidade, em disposição quase anelar, localizam-se inúmeras chácaras destinadas ao abastecimento da população”. In: LUZ, France. O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá. Maringá: Prefeitura Municipal de Maringá, 1997, p. 73.

sendo considerada como a da fundação oficial da cidade, negligenciando o núcleo anterior dos posseiros, migrantes e índios já residentes nesse espaço.

O passo seguinte foi o desmatamento sistemático dos locais onde seriam feitos o arruamento e o loteamento para as futuras construções. Pelos depoimentos referentes àquele momento, pode-se imaginar um quadro não muito bonito, porque naquilo que se considerava uma rua podiam ser encontradas raízes e troncos de árvores que não tinham sido totalmente queimados. A poeira e a lama se alternavam. A fumaça resultante das queimadas das árvores derrubadas tornava a atmosfera densa e muitas vezes insuportável, mas não era isso que a propaganda afirmava. Portanto era fundamental o investimento em infra-estrutura para minimizar e suprimir as necessidades mais latentes das famílias, que já estavam fixadas na fase das derrubadas da mata e início das plantações, evitando-se assim o seu isolamento.⁴⁸

Somado a isto, existia o fato de a Companhia exigir de quem comprasse lotes urbanos a construção do imóvel no prazo de um ano. Com esta medida, a companhia colonizadora tentava apressar o desenvolvimento da cidade, ao mesmo tempo em que evitava a especulação com a revenda das datas a terceiros. Muitas das casas construídas permaneceram fechadas e vazias, dando a Maringá um aspecto de “cidade-fantasma”.⁴⁹ Aos poucos, no entanto, ela foi adquirindo novos contornos. Foi instalada luz elétrica na Avenida Brasil, que era a principal artéria da cidade. Foram colocados meios-fios e revestidas as ruas e avenidas centrais da cidade com paralelepípedos, procurando-se meios de dotar a cidade de condições mínimas para viabilizar a sua administração.⁵⁰

48 “Cidade Tecnicamente Planejada para ser Bela e sem Problemas: Com base nos mais adiantados sistemas de colonização e em toda a experiência da técnica, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná planejou a divisão de suas terras de modo a garantir condições de êxito, bem-estar e conforto a uma grande população, que aqui se radicaria atraída pelas oportunidades que a região ofereceria. Distribuindo a área rural em pequenas propriedades, criou aproximadamente de 15 em 15 km, um núcleo urbano e de 100 em 100 quilômetros uma grande cidade: Londrina, Maringá, Cianorte, Umuarama, centros principais preparados para capitanear as demais comunidades menores (algumas destas são hoje também de extraordinária expansão)”. In: Folha do Norte do Paraná, 10 de maio de 1967, p. 03.

49 “Nos anos de 1947 e 1948, Maringá era chamada de ‘cidade fantasma’. Isto decorria do fato de haver um elevado número de casas vazias na sua parte nova, recém-loteada. Por uma cláusula inserida nos contratos de compra e venda, a Companhia obrigava os adquirentes de datas no perímetro urbano a construir dentro de um ano. Foi uma forma que a empresa encontrou para apresentar o desenvolvimento da cidade, povoá-la e evitar especulações que poderiam ocorrer com a venda pura e simples dos lotes a terceiros, visando ao lucro fácil e sem intenção de edificar. A medida, se não afastou inteiramente a especulação imobiliária, fez com que a cidade fosse tomada aos poucos os seus contornos. As construções foram surgindo, a maioria delas de madeira, muitas, contudo, permaneciam fechadas, pois seus donos residiam em outras cidades”. In: ESTRADA, J. F. Duque. Terra Crua, Curitiba, s. e., 1961, p. 13.

50 “Cidade Tecnicamente Planejada para ser Bela e sem Problemas”: PLANEJAMENTO: A equipe dirigida pelo urbanista Jorge Macedo Vieira, com a colaboração do Departamento de Topografia da CMNP planejaram uma cidade moderna. Feito o estudo das áreas a futura grande metrópole do jovem Paraná foi criada no mapa. Uma aventura principal (a avenida Brasil) atravessaria a cidade de ponta a ponta.

1.5 - PROCESSO DE MPLANTAÇÃO DO NÚCLEO RELIGIOSO DE MARINGÁ⁵¹

Não é necessário muito esforço para entender como foi o processo de formação nas cidades da região colonizada pela Companhia Melhoramentos. Elas surgiram em decorrência das atividades de uma empresa que possuía caráter imobiliário, entendendo-se que uma das frentes de sua atuação referia-se à venda de terrenos, quer na área rural quer na área urbana. Por isto se pode dizer que o Norte do Paraná é o resultado da ação de uma empresa particular que visava acima de tudo ao lucro com a venda de suas terras, portanto enquadrada em um sistema econômico no qual a propriedade privada constitui uma das bases para a sua sustentação e manutenção.

Como a colonização estava a cargo da Companhia Melhoramentos, as cidades surgiam seguindo um planejamento, o que quer dizer que a Companhia demarcava o local, iniciava a venda dos terrenos e, a partir daí, surgia o povoamento que daria origem à cidade. Esta era uma prática que mudava a antiga forma pela qual surgiam às cidades pelo Brasil. As ocupações das terras pelo interior do Brasil deram-se pela posse das terras devolutas, abundantes em todo o território.⁵²

Sendo o sentimento religioso inerente ao ser humano, sempre esteve ligado a esse processo de ocupação de terras, ajudando o homem e/ou idealizando sua concepção de vida e a dos seus de forma sempre melhor. Este sentimento acaba por ajudar o homem a enfrentar o mundo com mais confiança, da mesma forma que a sua ausência pode gerar uma situação adversa.⁵³

Quarteirões rigorosamente planejados, subdivididos em datas, formavam as várias zonas, cada qual destinada a uma finalidade: zonas residenciais de luxo, zonas residenciais populares, zona comercial, zona industrial, centro cívico, aeroporto, estádio municipal, etc. Dois grandes bosques formando os pulmões verdes da cidade. O Horto florestal, no alto da zona 5, imaginado como ponto de recreio e reserva, destinando-se também à criação de mudas, para a agricultura e para a belíssima arborização urbana. O comércio principal ficaria na zona 1, onde também ficariam os edifícios do centro cívico. Nesse mesmo ponto, estaria o Grande Hotel (construído como modelo pala Cia Melhoramentos e a Catedral. Cortando as zonas residenciais, avenidas onde funcionariam o comércio para servir cada bairro". In: Folha do Norte do Paraná, 10 de maio de 1967. p. 03.

51 "A primeira coisa que entra no sertão é a coragem do homem depois a religião vem junto". In: Pires, Julio. Depoimento para o Projeto Memória, atual Divisão do Patrimônio Histórico de Maringá. Ficha de n.692.

52 "Os pioneiros iam chegando, abrindo fazendas e sítios, chamando parentes e conhecidos que, por sua vez, iam se estabelecendo nas vizinhanças". In: MENDONÇA, Antonio Gouvêa. O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil. São Paulo: Paulinas, 1984, p.121.

53 DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Paulinas, 1989.

De forma concreta, este sentimento religioso se manifestava tão logo o colonizador tomasse posse de suas terras, tratando de construir ali uma pequena capela para a oficialização dos atos religiosos. Ele não só construía uma capela, mas também fazia a dedicação desta aos seus santos de veneração. Em torno dessa capela ia se dando a ocupação das terras que passavam a estar circunscrita ao território da Igreja; as pessoas iam se fixando, dando origem aos chamados patrimônios.⁵⁴

No Norte do Paraná, na região colonizada pela Companhia de Terras, este processo ocorreu de forma inversa, porque, sendo as localizações urbanas predeterminadas, o patrimônio surge como resultado da venda dos terrenos, sendo que o desenvolvimento desse núcleo passa a ser uma garantia de sucesso para o empreendimento, pelo fato de o patrimônio não ser resultado de uma atitude religiosa, mas sim, fruto de um processo laicizado da instituição promotora da colonização.⁵⁵

Foi o que ocorreu em Maringá. Mesmo a cruz tendo sido erguida tão logo foi dada a fundação do primeiro núcleo urbano hoje conhecido como Maringá Velho, a construção da capela só ocorreu por volta de 1945, partindo da reivindicação de Ângelo Planas, um dos primeiros pioneiros, junto à diretoria da Companhia, porque, segundo ele, o povo católico precisava de um espaço sagrado no espaço urbano para a celebração de suas devoções, em especial a missa. Os atos religiosos até então eram realizados ou na primeira capela rural (São Bonifácio) ou nas casas dos devotos.⁵⁶

1.6 - ESPAÇO RELIGIOSO NO CONTEXTO DE FORMAÇÃO MARINGAENSE

Ao se tentar buscar as referências sobre o espaço religioso no contexto da formação e desenvolvimento de Maringá, as referências oficiais encontradas dizem respeito somente ao universo católico. Em apenas duas publicações foram encontradas menções ao

54 “Como testemunho de sua fé, o posseiro um dia procura o tabelião e faz escritura pública de doação do terreno da capela e adjacências para o santo de sua devoção, passando esses terrenos para uma pessoa jurídica, administrada pela Igreja”. In: MENDONÇA, Antonio Gouvêa. O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil. São Paulo: Paulinas, 1984, p. 121.

55 “Da tradição religiosa, conservou-se o hábito de elevar uma cruz na clareira destinada à construção da cidade. Essa é uma ocasião de grande festa, de que o loteador fará maior alarde possível, convidando os personagens importantes da região. Terminada a festa e a benção da cruz, tudo se passa como em um loteamento urbano qualquer”. In: MOMBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucetec, 1998, p. 236.

56 “O espaço religioso surgiu das necessidades da população que já estava organizada social e economicamente. A construção da capela, ou o levantamento da cruz era então decorrente do crescimento da população e não seu gerador”. In: MOMBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucetec, 1998.

protestantismo em Maringá, que são: o livro “Memórias dos bairros”, publicado pela Prefeitura do Município, que destaca a história da Vila Operária, e o jornal “A cidade canção, sua história e sua gente”, uma publicação especial que aponta para o desenvolvimento de Maringá e que ressalta em seus tópicos os chamados “principais acontecimentos”. No jornal, é encontrada uma pequena nota sobre as igrejas evangélicas, atribuindo inclusive a construção do primeiro templo à Igreja Presbiteriana.

O jornal também aborda de forma sucinta a inclusão de centros espíritas na mesma coluna em que trata dos protestantes, dando a idéia de inclusão dos espíritas na mesma categoria da religião cristã. Talvez isto seja decorrente do desconhecimento do autor da matéria sobre as classificações existentes no mundo das religiões, nas quais o espiritismo não é considerado como religião cristã.

Já o livro “Memória dos bairros” cita a construção do templo da Igreja Presbiteriana Independente como sendo o primeiro templo protestante do bairro, o qual também foi o primeiro templo protestante a ser construído na cidade.⁵⁷

Relembrando o que foi abordado sobre a fundação de Maringá, temos a constatação de que, enquanto a companhia colonizadora aguardava a definição do local onde seria implantado o eixo central da cidade de Maringá, formou-se um primeiro núcleo urbano, denominado Maringá Velho, formado por comerciantes que abasteciam os moradores da zona rural, por corretores que negociavam a venda das terras e por funcionários da Companhia e quem mais chegasse, ficando claro que não era intenção da Companhia que ali se formasse o núcleo definitivo da cidade de Maringá.⁵⁸

57 Outra autora que se refere aos protestantes em Maringá vem a ser Émile Leonard. (LÉONARD, Émile G. O protestantismo brasileiro. São Paulo: Aste, s.d) Ao analisar o protestantismo brasileiro, coloca como um dos fatores de sua expansão o avanço de marcha pioneira pelo interior do Brasil, sobretudo os que seguiram a trilha do café, que transpõe os limites entre o Estado de São Paulo e Paraná, chegando às terras vermelhas do norte desse Estado, para ali desenvolver as atividades agrícola, plantar cidades, buscar riquezas. Émile Leonard cita Maringá e cidades circunvizinhas como sendo cidades onde o pioneiro protestante, juntamente com o seu trabalho na agricultura ou no comércio, implantavam também a sua fé, concretizada na construção de seus templos. O relato encontrado em atas das organizações das igrejas Presbiterianas Independentes quer em Maringá, Londrina ou Mandaguari, indicam a idéia de que os protestantes chegaram a esta região com as primeiras levas pioneiras. Em Maringá, pelos dados encontrados na Ata da organização da Igreja, as reuniões de cunho religioso entre as famílias de presbiterianos independentes antecederam ao ano de 1945, quando “as famílias dos senhores Francisco Geraldo, Antonio Gimenes e Dona Felicidade Rodrigues, se reuniam em casa do Sr, José Rodrigues dominicalmente para o serviço do culto sem nenhum caráter oficial”. In: Ata da fundação da Igreja Presbiteriana Independente, folha n.um.

58 Posteriormente, em 1945 [...] o trabalho foi transferido para o lugar denominado Maringá Velho. Durante este ano o trabalho funcionou em uma sala anexa à residência do Sr. Antonio Gouveia Goulart, tendo ainda como dirigente o nosso irmão José Rodrigues Pedrosa, ainda neste ano chegaram as seguintes famílias: dos irmãos Jairo Antonio Gonçalves, Antonio Gouveia Goulart. As famílias dos senhores José Siqueira da Igreja Metodista do Brasil e Hilário Moreti da Igreja Batista, cooperaram durante todo ano. In: Ata da fundação da Igreja Presbiteriana Independente, folha n.um.

Apesar dos relatos encontrados nas atas das igrejas protestantes, pode-se perceber na pesquisa documental, nas suas entrelinhas, quanto os protestantes estavam inseridos no contexto da história de Maringá. Quando se fala em religião, pelo menos até onde esta pesquisa caminhou, a relevância é dada à Igreja Católica, como se pode notar na seguinte fragmento documental:

Dentro do espírito cristão que norteava os passos dos primeiros habitantes de Maringá, sentiam eles a necessidade de um sacerdote que pudesse orientá-los espiritualmente e ajudá-los a superar através da fé, as suas dificuldades.⁵⁹

Não obstante, pode-se afirmar, com base na ata da organização da Igreja Presbiteriana Independente de Maringá, que esta era também a necessidade de seus membros. Assim, tanto católicos quanto protestantes empenharam-se no processo de implantação e organização de seus espaços sagrados.

No depoimento de Ângelo Planas encontra-se a informação de que as missas, tal como os cultos protestantes, eram realizados nas casas, mas que, a partir do crescimento da população, tanto os protestantes quanto os católicos passaram a reivindicar a construção de um espaço urbano onde pudessem oficializar os atos religiosos. No entanto, o destaque dado pelo processo de colonização sempre recaiu sobre a Igreja Católica, como fica evidente na colocação de Arthur Andrade.

Da profícua amizade existente entre ambos⁶⁰ foi possível à concretização do sonho inicial manifestado pelos moradores do pequeno povoado. O terreno foi doado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, através do Dr. Gastão de Mesquita Filho [...]. Coube ao senhor Ângelo Planas, acompanhado pelo padre Emilio e demais moradores dar início à construção, cujo término deu-se em fins de 1945.⁶¹

59 ANDRADE, Arthur. Maringá, ontem, hoje e amanhã. Maringá: S.E., 1979, p. 88.

60 Refere-se a Ângelo Planas e ao padre Emilio Scherer, um padre alemão cuja história é envolta em mistério, sendo a mais corrente a que ele era foragido de guerra. Possuía uma fazenda nas imediações do Patrimônio e ali construiu uma capela rústica na qual atendia a quem até lá se dirigia.

61 ANDRADE, Arthur. Maringá, ontem, hoje e amanhã. Maringá: S.E., 1979, p. 88 – 89.

No ano de 1945, tanto católicos como protestantes passaram a ter seus espaços físicos para a realização de seus cultos. A diferença é que a Capela Santa Cruz hoje está tombada como patrimônio histórico, ao passo que, no tocante à antiga sala onde os protestantes se reuniam, não existe sequer a lembrança de sua localização. Os registros nas atas não tiveram sequer a preocupação de indicar tal lugar.

Este dado merece ser analisado de forma mais específica, porque, trazendo-se apenas os dados como foram narrados, pode-se sugerir uma leitura ideológica, na qual se acentua a dominação da Igreja Católica na sociedade brasileira. No entanto, tais dados, podem ser explicados na medida em que se entenda a dimensão do espaço e tempo sagrado para o católico e para o protestante.

A raiz desta discussão pode ser encontrada na Reforma Protestante, porque ela trouxe em seu interior mudanças tanto no comportamento ou ética dos seus seguidores quanto na sua forma de culto. Assim, a função do culto é colocar o homem em contato com a sua divindade, portanto, católicos e protestantes terão formas distintas ou maneiras opostas para concretizar esse contato.⁶²

No catolicismo, a centralidade do culto estava no rito sacramental da Eucaristia, quando os seus elementos se transformam em corpo e sangue de Cristo e “o sacerdote era o mágico que realizava o milagre da transubstanciação e que tinha em suas mãos a chave da vida eterna”.⁶³ Se existe então um objeto concreto que se torna sagrado, o espaço que o abriga também o é. Sabe-se inclusive, popularmente falando, da reverência que o católico dispensa aos seus templos. Uma vez consagrado um espaço como sagrado, ele o será para sempre. Quando ocorre um ato de profanação deste espaço, ele deverá passar por um processo de purificação, chegando-se até mesmo a uma possível re-consagração.

Para o protestante, a centralidade do culto está na Palavra. A Reforma Protestante esvaziou os templos de símbolos religiosos e mudou seus ritos, procurando colocar a Bíblia nas mãos de seus fiéis. Deus não se manifesta mais por meios dos ritos, mas manifesta-se por meio do discurso, por isto “as suas devoções não estão ligadas ao espaço: qualquer lugar é adequado e sagrado para as suas devoções pessoais ou coletivas”.⁶⁴

62 WILLARME, Jean Paul. *La précarité protestante: sociologia du protestantismo contemporain*. Geneve: Labor et Frdes, 1992. (Material Mimeografado).

63 WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1983, p. 81.

64 MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1984, p.145.

Analisada a questão desta forma, fica mais fácil, talvez, entender o fato de a Capela Santa Cruz manter-se em seu espaço de origem, enquanto a Igreja Presbiteriana Independente seguiu o percurso do crescimento da cidade, já que para o protestante o sagrado não se sujeita ao espaço, porquanto o espaço sagrado é o que é ocupado pelo fiel.⁶⁵ Neste sentido este trabalho traz como foco o espaço sagrado do catolicismo instituído em Maringá, não apenas através de uma discussão templária, mas tentando abarcar as relações socioculturais e políticas aí travadas durante o processo de ocupação e fixação na terra.

1.7 - A FORMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE RELIGIOSA MARINGAENSE

Buscando-se analisar as relações de formação de uma identidade sociocultural religiosa travada durante o processo de ocupação e fixação maringaense, bem como o processo de institucionalização de uma identidade que pudesse representar tudo isso, deve-se buscar na Igreja Católica Apostólica Romana um entendimento desta formação, pensando em como se deu a sua institucionalização na região de Maringá, pois, além de a igreja ser um “espaço sagrado” de orações e novenas, também se torna concomitantemente um “espaço profano” social, espaço de convergência comunitária⁶⁶. Neste sentido faz-se necessário lembrar que Pierre Bourdieu destaca a importância da história social emergida de qualquer problema estudado e de sua constituição progressiva como componente da realidade social. Faz-se necessário, portanto, não isolarmos nossa análise de seu contexto social, político, religioso e ideológico de todos os espaços socialmente construídos e assim representados. Pode-se analisar a construção histórica da Igreja Católica Apostólica Romana enquanto Igreja Particular de Maringá em sua práxis pastoral, ressaltando que tal prática foi (e ainda é) a expressão do poder institucionalizado, nesse sentido, permeado por ações e estratégias que o

65 MENDONÇA, Antonio Gouvêa. O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil. São Paulo: Paulinas, 1984.

66 “A transferência da Igreja numa Instituição de poder aparece, portanto, como a consequência de um processo que levou a substituir a missão originária da pregação da Boa Nova, isto é, da mensagem libertadora de Cristo baseada na caridade (ama et fac quod vis de Santo Agostinho), pelo exercício predominante da função de definir as normas e gerir a graça sacramental. Se, em teoria, a teologia afirma a absoluta transcendência de Deus e sua incognoscibilidade, na prática a autoridade eclesiástica se comporta como se tivesse plena consciência da vontade de Deus a respeito de qualquer situação contingente. Neste contexto, portanto, deve ser entendida também a progressiva transformação de Deus, passando da idéia de ser transcendente, para uma figura recalcada sobre o poder político e jurídico. No decorrer da história da igreja, as imagens triunfalistas de um Deus-Rei e aquelas ameaçadoras de um Deus-Juiz vieram a ocupar, junto às imagens de um Deus -Pai e de um Deus-Crucificado, uma posição cada vez mais relevante tanto na iconografia sagrada, como também na literatura teológica e na pregação”. In: GRESPI, Franco, A experiência religiosa na pós-modernidade, coleção Filosofia e política, EDUSC, Bauru, 1997, p.19.

configuraram e legitimaram.⁶⁷ Portanto, nota-se que esta questão e sua solução acabam por caracterizar a população norte-paranaense, formando-lhe uma identidade coletiva cidadina característica de um espírito religioso identitário e formador de uma noção cultural dominante e controladora. É por isso que desde o princípio da colonização sempre houve uma preocupação, por parte da Companhia Melhoramentos, em dar aos colonos, e em especial à população maringaense - por ser Maringá considerada uma “Cidade-Modelo” de propaganda, símbolo do progresso e de modernidade implantado pela Companhia - uma completa assistência religiosa. Desta forma, todas as cidades constituídas e colonizadas pela Companhia Melhoramentos tiveram lugares reservados para templos e para obras de assistência espiritual e moral da população. Os habitantes (católicos) sempre encontraram no Norte Novo do Paraná todo o apoio e toda a assistência para a edificação de obras de interesse coletivo, bem como para a construção de colégios, hospitais e especialmente de Igrejas.⁶⁸

Durante a implantação do processo de colonização a maioria da população do município professava a religião católica. Mais de 85% dos habitantes de Maringá pertenciam ao credo católico, ou pelo menos pertenciam de forma oficial. Cerca de 10% da população tinham como religião o credo evangélico (chamado protestante), havendo cerca de 50 templos de diversas denominações, os quais estavam abertos ao culto público, assim como um instituto bíblico. Já em número mais reduzido, o espiritismo mantinha uma intensa atividade religiosa e assistencial. A colônia nipônica, em grande parte, adotava o budismo como religião.⁶⁹

A primeira igreja católica de que se tem notícia em Maringá data do período de 1938, período bem anterior ao da data consagrada como de fundação oficial de Maringá. O primeiro padre de quem se tem notícia em Maringá foi um alemão chamado Michael Emil Clemente Scherer, que chegou ao Brasil no ano de 1938. Acumulou funções eclesiásticas e diplomáticas em Rolândia – PR, e foi naquela cidade que ele adquiriu, junto à Companhia de Terras Norte

67 Bourdieu Pierre O Poder Simbólico. Lisboa. Bertrand Brasil, 1989. Aponta para a necessidade de analisar o objeto de estudo buscando entender sua construção como realidade social, sendo esta realizada no próprio seio do mundo social.

68 “As doações da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná a Maringá, além das áreas de ruas, avenidas e travessas é de 3.269.384 m², praças e logradouros de 261.264 m² e dois bosques com 1.019.700 m², estão assim distribuídos: à Prefeitura Municipal de Maringá – 735.416 m², ao Governo Estadual do Paraná – 156.088 m², ao Governo Federal e à RVPSC – 523.817, para diversas obras sociais – 48.566 m², aos colégios particulares – 82.634 m², à Mitra Diocesana de Maringá, só no perímetro urbano – 59.847 m², e aos clubes sociais e associações 137.086 m², perfazendo um total de 4.998.238 m²”: A história de Maringá Nasceu em Boa Companhia: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. In: Folha do Norte do Paraná, 10 de maio de 1972, Maringá.

69 Bernardi, Renato Maringá – Geografia regional. 1964 p.67 ss.

do Paraná, um lote de 200 alqueires, situado às margens do Ribeirão Pingüim, nas proximidades de onde se encontra hoje o bairro Cidade Alta.⁷⁰

Em 1939, ao término da construção de sua casa, o padre tomou posse das terras, e no mês de dezembro do mesmo ano iniciou as obras da construção da capela São Bonifácio naquela área, localizada na atual fazenda São Bonifácio, ligada ao setor urbano, a qual, depois de pronta, passou a integrar a paróquia Nossa Senhora Aparecida, de Mandaguari. A capela está localizada na cabeceira da fazenda São Bonifácio, e foi terminada no mês de fevereiro de 1940. Foi edificada com madeira extraída da própria área local e a área construída foi de 70m². O estilo arquitetônico é alsaciano, e o seu interior ocupado com imagens de madeira, representando os santos São José e Santa Maria, além da imagem de São Bonifácio. A construção da capela foi trabalho manual do próprio Scherer e dos poucos moradores da região. Lá foram realizados os primeiros casamentos, batizados e missas de Maringá. Especula-se sobre os motivos que levaram o sacerdote a isolar-se na então inóspita terra. Fala-se que comprou as terras ou delas se apropriou, providenciando sua abertura e os plantios necessários a sua subsistência. Há quem afirme ter sido ele fugitivo do nazismo que imperava em sua pátria, outros garantem que seria até um foragido de guerra protegido pela batina. Uma reportagem dos jornalistas Rogério Recco e Estela Paris, todavia, fornece maiores luzes a acontecimentos envolvendo este ilustre pioneiro.

Segundo suas notas, seria ele natural de Metz, nascido no final do século XIX. Suavemente alto e simpático, era chegado a charutos e bons pratos, mostrando-se explosivo quando contrariado. Na anexação da Alsácia pela França, durante a primeira Guerra Mundial, teria sofrido perseguições que o teriam levado a mudar-se para a Alemanha. Conheceu vários países e tornou-se poliglota, dominando com êxito seis idiomas, além do alemão: francês, espanhol, italiano, português, latim e aramaico.

Antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial sentiu-se ameaçado e fugiu da Alemanha. Com recursos próprios, parte dos quais originária de herança, converteu o dinheiro em material ferroviário que trocou com o grupo inglês, no início da construção da ferrovia do

70 Nascido na Alemanha, província da Alsácia, em 1888, o Padre Emílio Clemente Scherer migrou em 1938 para Rolândia, cidade do Norte Paranaense. Ali, adquiriu junto à Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) um lote de 400 alqueires de terra, situado às margens do Ribeirão Pingüim, uma légua ao sul da futura cidade de Maringá. Logo em seguida, o padre ali construiu uma casa – a sede da propriedade rural – e no mês de dezembro de 1939, iniciou as obras de construção da CAPELA. A CAPELA SÃO BONIFÁCIO, Construída numa área de 70m², ficou concluída em fevereiro de 1940, constituindo-se no primeiro templo religioso edificado em terras maringaenses, na época conhecida como Patrimônio Maringá. A madeira empregada foi extraída da própria mata circundante. O estilo arquitetônico é alsaciano, e o interior é ocupado com imagens de madeira, representando santos: São José, Maria, São Vicente Palotti e São Bonifácio. A frequência dos fiéis no templo era intensa, pois não existia outro nas imediações, somente em 1946, ergue-se a Capela Santa Cruz no Maringá Velho. In: SANCHES, Antenor. Maringá – sua história e sua gente. Massoni, Maringá, 2002, p. 40 – 43.

Norte do Paraná e da colonização destas terras. Recebeu 400 alqueires paulistas, dos quais restam 200, onde está atualmente a denominada fazenda São Bonifácio, em Maringá,, há muito conhecida como “fazenda dos padres”.

O Padre Emílio Clemente Scherer voltou para a Alemanha em 1953, e enclausurou-se no convento de Metter, da Ordem Beneditina, doando a propriedade aos padres palotinos em troca de uma pensão vitalícia. Veio a morrer em 1970, aos 83 anos de idade, tendo deixado dois livros de sua autoria, um dos quais em português - sobre temas religiosos -, os quais se perderam. Ao lado da igrejainha existe uma casa com seis quartos e seis banheiros, e um salão de 10x10, imóvel que sugere uma hospedaria. Uma senhora que residiu com o religioso palotino Irmão Carlos identifica uma estrada dizendo que por ali chegavam os viajantes, picaretas e *jacus*, misturados aos negociantes de terras, os quais se hospedavam em um improvisado hotel.⁷¹

Atualmente a Capela de São Bonifácio está tombada como patrimônio histórico da cidade, conforme se pode verificar nos anais da divisão de patrimônio histórico e artístico da prefeitura de Maringá, e está também em curso o processo de doação da fazenda ao Movimento de Shoentatt de Maringá, para transformá-la no “Santuário de Nossa Senhora Três vezes Admirável de Schoenstatt”, como um centro de peregrinação e atração da fé católica.⁷²

A freqüência de fiéis era intensa, uma vez que não existia outra igreja nessa localidade, pois a próxima capela a ser construída, a capela de Santa Cruz, somente o seria em 1945/6, com a ajuda do padre Scherer.⁷³

71 Corrêa JR.J.A. O trem de ferro. Ed. 5 de abril Ltda., Maringá, 1991 p. 80-83

72 “A PRIMEIRA IGREJA - Ao contrário do que muita gente pensa, a Igreja Santa Cruz não foi a primeira de Maringá. Em 1938 o Padre Emílio Clemente Scherer chegou nesta região procedente da Alemanha, fugindo do nazismo, que mais tarde deflagraria a Segunda Guerra Mundial. Ele comprou da Companhia de Terras o lote 01 –A, com 200 alqueires, localizado hoje nas proximidades da Cidade Alta, onde construiu sua casa com várias dependências, que foi denominada de Fazenda São Bonifácio. Em 1940 ele constituiu a Igreja São Bonifácio, que foi a primeira de Maringá, edificada com madeira da própria fazenda. Lá foram realizados as primeiras missas, casamentos e batizados desta cidade. A Igreja ainda existe e foi tombada para o Patrimônio Histórico do Município, sendo completamente restaurada. A freqüência de fiéis era intensa, uma vez que não existia outra igreja nesta localidade, pois a Capela Santa Cruz – no Maringá Velho – somente foi construída em 1945, com a ajuda de Padre Emílio, o qual retornou para a Alemanha em 1953, enclausurando-se no Convento de Metten, da Ordem Beneditina, onde faleceu em 1970. A fazenda São Bonifácio, com o retorno do padre à sua terra natal, foi passada aos padres palotinos de Londrina.” In: SANCHES, Antenor. Maringá – sua história e sua gente. Massoni, Maringá, 2002. p. 40 – 41.

73 A IGREJA SANTA CRUZ – A vontade do padre Emílio Clemente Scherer em prestar assistência espiritual aos primeiros moradores de Maringá não parou com a construção da Igreja São Bonifácio. Em 1946, com a ajuda dos moradores do Maringá Velho, construiu a Igreja Santa Cruz – a segunda de Maringá, a qual também foi tombada pelo Patrimônio Histórico do Município, em cumprimento à Lei nº 2.360/88, de autoria do vereador Antenor Sanches, sendo completamente restaurada na sua forma original. Como se trata de um patrimônio, a Igreja Santa Cruz é um verdadeiro marco histórico desta cidade, não apenas por constituir-se no primeiro templo religioso localizado na sua zona urbana, mas também pelo modo que se deu a sua construção, que mobilizou toda uma comunidade, que arrecadou recursos através de quermesses e doações, para que a obra fosse levada adiante. O pequeno templo vinha preencher as aspirações religiosas dos seus moradores

Consta nos relatos dos pioneiros desse período que a vontade do padre em prestar assistência espiritual aos pioneiros moradores de Maringá não parou com a construção da capela de São Bonifácio. Em 1946, com a ajuda dos moradores do agora chamado “Maringá Velho”, constituiu a primeira capela urbana de Santa Cruz, a segunda capela de Maringá, a qual também foi tombada pelo patrimônio histórico do Município. Por se tratar de um patrimônio histórico, a capela de Santa Cruz tornou-se um verdadeiro marco histórico da cidade, não apenas por se constituir no primeiro templo religioso localizado na zona urbana, mas também pelo modo como se deu a sua construção, mobilizando toda uma comunidade, que arrecadou recursos através de quermesses e doações para que a obra fosse levada adiante. O pequeno templo acabara por preencher as aspirações religiosas dos moradores, que até então eram obrigados a se deslocar até a Capela rural de São Bonifácio, do outro lado da cidade, distante vários quilômetros. Talvez, graças a essas atividades e distâncias, muitos tenham morrido acreditando ser a Capela de Santa Cruz a primeira capela de Maringá.⁷⁴

Além das capelas de São Bonifácio e Santa Cruz, que foram as duas primeiras de Maringá, existiram ainda outras da época de sua colonização, entre as quais se podem citar: Igreja da Santíssima Trindade, de madeira, no “Maringá Novo”, inaugurada no dia 20 de setembro de 1950, atualmente Catedral Nossa Senhora da Glória; Igreja São José Operário, na vila Operária, criada em 14 de agosto de 1954, por ocasião da visita pastoral de Dom Geraldo de Proença Sigaud – bispo diocesano de Jacarezinho, diocese à qual pertencia a região até a criação da diocese de Maringá; e ainda a Igreja de Santo Antônio, da vila Morangueira,

que, até então, eram obrigados a se deslocarem até a igreja de São Bonifácio, distante vários quilômetros, para assistir missas, realizar batizados e casamentos. In: SANCHES, Antenor. Maringá – sua história e sua gente. Massoni, Maringá, 2002, p. 41.

74 Um núcleo populacional iniciado nos anos 40 do século XX guarda uma infinidade de aspectos interessantes, principalmente levando-se em conta que esse povoado não assegurou para si a condição de centro, mas tornou-se apenas um bairro próximo da zona central da cidade. Referimos ao bairro popularmente chamado de Maringá Velho, para onde se convergiram os primeiros moradores. E foram esses, os pioneiros que em meio a mata iniciaram a construção de residências, casas comerciais, Hotel Maringá (10/02/1942), escolas improvisadas, enfim tudo que se fazia necessário para a sua permanência e fomentação de um núcleo urbano. Entretanto em meio a tantas dificuldades, não poderia faltar um local específico no amparo espiritual, foi então que esses primeiros moradores mobilizaram-se para construir a CAPELA SANTA CRUZ, um verdadeiro marco da história de Maringá. O pequeno templo foi construído em madeira nos anos de 1945 / 46 num terreno doado pela Companhia de Terras Norte do Paraná (designação da época, depois CMNP) e com a colaboração da comunidade que arrecadou recursos através de quermesses (feira paroquial, bazar ou feira beneficente, em geral com leilão de prendas) e doações. Este foi o primeiro templo religioso construído na zona urbana, uma vez que os fiéis necessitavam deslocar-se por vários quilômetros até a Capela da Fazenda São Bonifácio para as práticas religiosas. Em 1952 a Capela Santa Cruz passou a fazer parte do conjunto arquitetônico do Colégio Santa Cruz, primeira escola particular de ensino regular de Maringá, e, nesta condição, permanece até nossos dias. Além do valor cronológico, existe a importância arquitetônica da edificação. O prédio caracteriza-se pela singeleza, mostrando uma das mais puras manifestações que um agrupamento humano pode produzir. Em 29.05.1991 esse Patrimônio Histórico de Maringá foi reinaugurado, após intenso trabalho de restauração. É considerado símbolo maior da organização e perseverança pioneira, valores sem os quais seria impossível construir uma cidade com o perfil de Maringá. O templo está localizado à rua Santa Joaquina de Vedruna esq. c/ Avenida Brasil. In: SANCHES, Antenor. Maringá – sua história e sua gente. Massoni, Maringá, 2002. p. 47 – 50.

atualmente, vila Santo Antônio, além de outras Igrejas localizadas nas principais estradas de acesso à zona rural, como a capela de Guaiapó, capela do Pingüim e capela do Borba Gato.⁷⁵

Sobre os templos evangélicos, pode-se afirmar que só em 1946 as várias famílias evangélicas que se instalaram em Maringá começaram a promover cultos domiciliares, tentando suprir a falta de templos. Três Igrejas foram pioneiras: Presbiteriana Independente, Assembléia de Deus e Metodista. Uma das primeiras igrejas evangélicas a erguerem seu templo foi a Igreja Presbiteriana, no ano de 1947, na atual Rua Santos Dumont, embora seus trabalhos de evangelização já tivessem sido iniciados dois anos antes. Hoje, praticamente a maioria das religiões tradicionais no Brasil estão presentes em Maringá. Também há vários centros espíritas, sendo poucas as facções não cristãs existentes na cidade.⁷⁶

1.8 - A AÇÃO DA IGREJA CATÓLICA EM MARINGÁ

Na história de Maringá a Igreja Católica sempre esteve presente, desenvolvendo ações educativas e sistemáticas para formar a consciência dos indivíduos, realizar sua missão evangelizadora, reproduzir seus quadros e garantir tanto sua sobrevivência econômica quanto sua influência política sobre a sociedade e o Estado; porém, a atuação dos católicos e de sua instituição na mobilização de pessoas e recursos materiais e em programas de educação elementar destinados às classes populares é algo muito recente.⁷⁷

A produção acadêmica destinada a analisar e interpretar a participação dos católicos na história da ocupação e povoamento da cidade de Maringá tem dedicado pouca atenção às contribuições dos agentes individuais na formulação e na implementação dos projetos de colonização. Privilegia-se como objeto de pesquisa a atuação da instituição Igreja, por vezes das ordens e congregações religiosas, e também dos grupos católicos de base e das chamadas organizações não governamentais. É como se as iniciativas fossem impessoais. Como afirmou Sartre, é como se o campo social fosse constituído a partir de atos sem autores, de construções sem construtores, como se os homens não estivessem presentes.⁷⁸

75 In: SANCHES, Antenor. Maringá – sua história e sua gente. Massoni, Maringá, 2002. p. 42.

76 “MORADORES QUANTO À RELIGIÃO – No mês de julho de 1997, a distribuição de moradores de Maringá quanto às religiões, apresentava o seguinte quadro: Católicos, praticantes 29,51% católicos não praticantes 38,97; evangélicos 18,03; espíritas 1,04; outras religiões ou manifestações religiosas diferentes 2,57%; sem religião 6,42% e ateus 3,02%”. In: SANCHES, Antenor. Maringá – sua história e sua gente. Massoni, Maringá, 2002. p. 42 - 43.

77 Pode-se citar aqui o Núcleo João XXIII, um projeto de habitação construído em um grande terreno da diocese de Maringá, sendo uma iniciativa pastoral diretamente vinculada à hierarquia e ao laicato católico.

78 “O poder de fazer a história perseguindo seus próprios fins”. In: SARTRE, Jean – Paul. Questão de Método. Coleção Os Pensadores, SÃO Paulo, Abril Cultural, 1984. p. 183.

Neste sentido, essa ação acabou sendo um fator essencial para as transformações ocorridas tanto na Igreja Particular de Maringá quanto na cidade como um todo, a partir das quais muitos católicos viam a participação nos cultos e na vida eclesial como uma forma de se tornarem parte integrante de um corpo bidimensional – místico e social - passando a introjetar e a vivenciar valores individuais e coletivos (sociais, culturais e morais) e superando a tradicional participação católica na vida sociocultural religiosa da cidade. Passou a ser desenvolvida uma nova forma de ação pastoral educativa, ligada diretamente às necessidades de instrução elementar das classes populares que estas deveriam assumir como noções de compreensão do mundo circundante. Tais valores deveriam ser introjetados, enfim, como noções do *Ethos religioso e social*⁷⁹ que deveriam ser vivenciados, com a incorporação da noção de *habitus* maringaense.⁸⁰

O Concílio Vaticano II enfatizou para os membros atuantes da Igreja Católica uma orientação no sentido de implementarem uma “missão social” junto ao chamado “Povo de Deus”. Mas em consonância com as análises já realizadas sobre as transformações da Igreja Católica na década de 1960, pode-se perceber que tanto o Vaticano II quanto as encíclicas papais *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, são fruto e consequência de um processo já existente, sendo um movimento tanto de alguns membros da hierarquia quanto de alguns leigos católicos, de implementação de um processo de transformações calcado na base social da organização eclesial a partir de uma nova concepção de fé e de entendimento do que viria a ser concebido com a Igreja em sua missão temporal. Tal mudança foi acelerada pelo processo de romanização encetado já a partir do Concílio Vaticano I. Assim, rompendo com um conceito de igreja como cristandade, tem-se agora uma igreja que busca uma nova e firme identidade, fundada na idéia de centralização do poder eclesial, o que constitui uma mudança na concepção ideológico-teológica, a partir do seu interior e de sua base eclesial, posteriormente legitimada e incorporada pelas encíclicas apostólicas consideradas progressistas e pelo Concílio Vaticano II.

79 “Na discussão antropológica recente, os aspectos morais (estéticos) de uma dada cultura, seus elementos valorativos, foram resumidos sob o termo ‘ETHOS’, enquanto os aspectos cognitivos, existenciais foram designados pelo termo ‘visão de mundo’. O ETHOS de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético e sua disposição, é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete”. In: GEETZ, C. A interpretação das culturas, Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 141.

80 Identificando, em linhas gerais, um “modelo de” – a partir de marcas e pistas deixadas nos planos da distribuição espacial, do calendário e do discurso – cabe agora analisar seu processo de transformação em “modelo para”, ou seja, sua capacidade de produzir efeitos no âmbito do comportamento. Esse é o momento para retomar a hipótese inicial do trabalho, pois se trata de observar de que visões de mundo terminam induzindo modificações não apenas no comportamento individual, mas na geração de padrões coletivos, configurando assim um “estilo de vida” peculiar. In: MAGNANI, José Guilherme. *Mística Urbe – um estudo antropológico sobre o circuito neo-esotérico na metrópole*, coleção Cidade Aberta, Studio Nobel, 1999, p. 99.

Em todo o Brasil, a partir da instauração da república, passou-se a viver essas novas concepções de fé e de missão do catolicismo. Várias iniciativas relacionadas à vida eclesial começaram a serem implementadas por uma nova leva de bispos e sacerdotes, a partir do final dos anos 1950.

Em especial, a Igreja Católica Apostólica Romana sempre esteve presente na história da formação de uma noção sociocultural identitária no Brasil, tendo sempre uma presença bem definida. Desenvolve ações sistemáticas para formar uma consciência tanto individual quanto coletiva, realizando uma missão evangelizadora, reproduzindo seus quadros e garantindo tanto sua sobrevivência econômica quanto sua influência política sobre o Estado e principalmente sobre a população.

Neste sentido, o padre alemão Michael Emil Clemente Scherer constituía um sério problema, pois ele não representava em nada as novas orientações da Igreja Católica para a implantação de uma “missão social” junto ao chamado “povo de Deus”. Em consonância com as análises realizadas sobre as transformações últimas acontecidas na Igreja, já antes do Concílio Vaticano II e das Encíclicas papais *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, já existiam tendências e movimentos da hierarquia e do laicato católico implementando na base social da organização eclesial uma nova e moderna concepção de fé, de Igreja e de sua missão temporal. Assim, as mudanças no interior da Igreja iniciaram-se já a partir da base e, posteriormente, foram legitimadas e incorporadas pelas encíclicas apostólicas e pelo Concílio Ecumênico, os quais foram considerados progressistas e portadores de uma proposta de modernidade eclesial.⁸¹

Essas novas perspectivas de concepção eclesial apresentavam uma moderna concepção de fé e de missão católica na terra, antecipando-se às proposições conciliares. Desta forma, no Brasil, várias concepções eclesialógicas de características modernas começaram a serem implantadas por sacerdotes e leigos católicos a partir dos anos 1950.⁸²

81 MAINWARING, Scott. Igreja católica e política no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1989.

82 Como discute Paiva: “(...) os cristãos – especialmente os católicos – eram tradicionalmente responsáveis por grande parte das atividades educativas no país. Tais atividades, entretanto, referiam-se predominantemente às elites e, quando algo era feito em benefício de camadas populares, adquiria um caráter assistencialista. Até a década de 50, os católicos mantiveram-se em posições marcadamente conservadoras, em defesa da escola privada e do ensino religioso. Somente no final dos anos 50 é que as transformações sofridas pelo pensamento cristão (moderno) começam a se manifestar em termos práticos, concretos sobre o movimento educativo brasileiro. Dividem-se os cristãos de forma absolutamente irreversíveis; os cristãos jovens, especialmente, começam a buscar um novo cristianismo para o qual o compromisso com as estruturas vigentes parece imoral... Tratava-se de recompor o poder político fora da ordem vigente; de utilizar a educação como instrumento de mudança social. Para tanto, era preciso atuar sobre o homem, torná-lo consciente de sua situação de exploração dentro das estruturas vigentes, levá-lo a exigir seu direito de participação na vida política e de um nível compatível com sua condição de ser humano”. In: PAIVA, Vanilda. Educação Popular de adultos. São Paulo, Loyola, 1987. p. 42.

Se o padre Michael Emil Clemente Scherer já não representava a nova concepção eclesial da Igreja Católica, muito menos representava os anseios da Companhia Melhoramentos. Neste sentido houve, tanto por parte da Companhia quanto por parte da população católica, um movimento de reivindicação e busca por uma nova ordem sociocultural religiosa que de fato pudesse representar todos esses anseios e interesses tão dispares, confluentes e conflitantes ao mesmo tempo.

Destarte houve uma participação geral dos atores sociais na formação e na implantação de uma nova ordem sociocultural religiosa, que privilegiou a atuação e a institucionalização da Igreja Católica, bem como de suas ordens e congregações religiosas e dos seus grupos católicos leigos e das chamadas organizações não-governamentais, numa tentativa de estabelecer uma religião em conformidade com esta nova ordem social, através desta concepção de avanço e de modernidade que a Companhia Melhoramentos almejava tanto quanto os católicos, pois isso iria diretamente ao encontro de seus interesses econômicos de continuidade do projeto de colonização, não só no “Norte Novo”, mas também no “Norte Novíssimo”.

Nesse sentido, a instalação de uma diocese na região tornou-se uma necessidade premente. Com ela haveria possibilidade de construir uma identificação sociocultural com a ação eclesial, e assim se formularia uma identidade calcada nos princípios de modernidade, sendo esses elementos fatores essenciais para as transformações ocorridas na sociedade brasileira de forma geral, a partir das quais muitos católicos acabariam por superar uma concepção tradicionalista e conservadora de eclesiologia e passariam a desenvolver uma nova forma de trabalho pastoral educativo eclesial, ligado diretamente às necessidades elementares tanto das classes burguesas quanto das populares. Isso era fundamental para a consecução do projeto de implantação, fixação e colonização da Companhia Melhoramentos, que assim realizaria a venda de todas as glebas desta região.

Destarte, oito anos após a criação do município de Maringá, houve por parte do Vaticano a ereção canônica da diocese de Maringá, fato importante e raro na história da Igreja Católica. Depois da ereção canônica, fundamental neste processo seria a escolha de um clérigo capaz de atender a esses anseios e interesses e de reunir, em sua ação pastoral à frente do governo da diocese, os elementos essenciais para se compreender e dar continuidade às transformações ocorridas tanto na nascente diocese quanto no município de Maringá e na região. A partir daí muitos católicos acabariam por superar a visão tradicional, e desenvolver uma nova forma de “visão de mundo”, ligada diretamente às suas necessidades elementares.

Fundamental neste processo deveria ser a contribuição que o primeiro bispo diocesano daria à cidade, pois seria esta figura a representação de uma nova ordem sociocultural identitária que acabaria por delinear e efetivar o *habitus*, responsável pelas mudanças de mentalidade no interior, tanto da Igreja quanto do Município. Neste sentido, faz-se necessário explorar a possibilidade de identificação e compreensão da ação do primeiro bispo diocesano de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho, à frente da diocese, desde a sua nomeação em 03 de dezembro de 1956, pelo Papa Pio XII, até 06 de abril de 1997, data comemorativa dos 40 anos da diocese de Maringá, período em que também se aposentou, tornando-se Bispo Emérito. A contribuição de Dom Jaime para que fossem concebidas e efetivadas tais mudanças tornou-se elemento fundamental para a boa consecução desta nova formação sociocultural religiosa. Não que Dom Jaime soubesse de tais anseios, mas ele, no desenvolvimento de seu múnus, soube como ninguém captar tais anseios e transformá-los em realidade. Antes, porém, de qualquer discussão, faz-se necessária uma sumária discussão da biografia e da carreira eclesiástica do sacerdote católico Jaime Luiz Coelho.

CAPÍTULO II

O PODER DO ANEL NA DIOCESE DE MARINGÁ

No início do Brasil República, logo após o fim do padroado, entre 1890 e 1930, a Igreja Católica, vendo-se desatrelada do poder do Estado, inicia um movimento de organização interna com vista a garantir condições de subsistência e manutenção de sua estrutura e a continuidade de sua ordem e influência na sociedade brasileira. Para isso, foram criadas cinquenta e seis dioceses, dezoito prelazias e três prefeituras apostólicas, para as quais foram designados, no mesmo período, aproximadamente cem novos bispos, para atender ao conjunto dos estados nordestinos e do Sudeste, regiões que receberam os percentuais mais elevados no reparte de circunscrições e prelazias.

Esses números podem ser entendidos como indicadores de uma expansão bem-sucedida da organização eclesiástica, dispensando indagações acerca dos princípios e diretrizes políticas institucionais que condicionaram o processo de ocupação territorial e das características sociais e doutrinárias dessa nova estrutura eclesiástica de dirigentes, dando o tom das novas relações políticas empreendidas nesse contexto por esses novos prelados.

As novas circunscrições, embora fossem bem diferenciadas em suas situações específicas, na base de suas ações relativas à ocupação territorial tiveram em comum uma parcela de cálculo político no seu processo decisório.

Até 1890, as doze dioceses existentes estavam situadas em doze províncias e nove capitais. Entre os anos de 1890 e 1930, as outras onze capitais estaduais foram também convertidas em sedes diocesanas. A continuidade do esforço expansionista da Igreja no Brasil deveu-se, sobretudo, à premência em resguardar posições em um dos mais importantes terrenos de luta e concorrência no campo religioso brasileiro da época. A organização eclesiástica buscou fechar o cerco em torno do território nacional a fim de evitar possíveis cismas, criando e re-aparelhando novas dioceses para assim revigorar os serviços religiosos de modo a prevenir surtos heréticos como os ocorridos em Juazeiro e em Canudos, capazes de pôr em risco os interesses da hierarquia da igreja. Assim, com essas novas dioceses pôde-se configurar uma espécie de cinturão de segurança em torno desses possíveis focos heréticos e/ou cismáticos⁸³.

83 Neste período, entre as décadas de 30 e 40, a Igreja Católica enfrentava várias transformações sociais, as quais acabaram pondo em risco seu projeto eclesiástico, pois ainda prevalecia em seu seio um conservadorismo autoritário, ranço de uma Igreja calcada nos moldes de uma

Essa prática eclesiástica expansionista da criação de novas dioceses perdurou até por volta da década de 1950, sendo esse movimento um excelente mecanismo aproveitado pelas companhias de terras e utilizado para levar às suas terras colonizadas os mais recentes progressos trazidos pela modernidade pela proclamação da República.

Em especial, duas cidades do interior do Estado do Paraná começaram a se destacar nesse contexto de colonização. Londrina e Maringá passaram a funcionar como centros de abastecimento e entrepostos comerciais de peso no Setentrião paranaense, consolidando-se como postos avançados em função da passagem da estrada de ferro. Eram chamadas de “cidades ponta de trilhos”, que ampliaram seus raios territoriais de influência, tornando-se centros medianos de influência operacionalizados como centros irradiadores e redistribuidores de produtos para a região em processo de abertura. Essas duas cidades se tornaram os grandes núcleos onde se davam as grandes transações comerciais com a grande região do Norte Povo do Paraná. Londrina e Maringá se colocaram entre as mais importantes praças de povoamento, a primeira como núcleo urbano e a segunda como centro distribuidor da produção econômica da região, na confluência de diversas estradas e lugares de passagem para o Norte Novo e o Norte Novíssimo, com destaque para Cianorte, Umuarama, Paranavaí e outras.

Afora as razões de ordem econômica, é neste ponto que estas duas histórias se entrelaçam e se relaciona. Londrina e Maringá se tornaram sedes diocesanas, sobretudo, em função dos interesses eclesiásticos, empenhados em erigir frentes capazes de se fixar como centros convergentes da fé católica e de frear possíveis avanços do protestantismo, espiritismo, macumbaria e até mesmo do famigerado comunismo. Essas duas cidades passaram a ser as duas grandes referências da propaganda de progresso do grande empreendimento da Companhia Melhoramentos, sendo consideradas como grandes centros urbanos que passaram a se destacar pela força política e econômica da aristocracia ruralista local, bem como dos investidores constituídos pelos clientes da Companhia.

Muito embora as motivações derivadas das lutas religiosas do período se dessem por confrontos com as recém-surgidas lideranças carismáticas protestantes, espíritas, do candomblé e/ou heréticas, e tenham constituído o princípio-chave da política eclesiástica de ocupação territorial, na região paranaense, razões de ordem econômica, facilidades de

noção de cristandade findada com a proclamação da república, a qual ainda continuava a endossar a estratégia de uma nova ordem sociocultural passando a ser considerados os tradicionais das primeiras décadas do século XX. Esse grupo acreditava que a Igreja deveria seguir no combate à secularização e no fortalecimento da presença da instituição na sociedade. Devendo operar como um grupo de interesse, usava o Estado para garantir tantos privilégios quanto fossem possíveis, como forma de tornar católica toda a sociedade.

transportes e acesso, o dimensionamento das áreas vizinhas de influência em termos de recursos mobilizáveis em favor do patrimônio diocesano também entraram em linha de conta para a definição das prioridades dessa política de ocupação territorial.

O reparte do território paranaense constituiu-se em resposta pronta e lucrativa da hierarquia à frente da prosperidade impulsionada pela expansão do café. As dioceses de Londrina e Maringá estavam situadas no traço da estrada de ferro que servia ao chamado “Norte Novo” e depois, como continuação, ao “Norte Novíssimo”, chegando até Foz do Iguaçu, principalmente porque aquelas eram regiões de expansão cafeeira, também favorecida pela imigração em massa de colonos em busca de terras novas postas à venda pela Companhia Melhoramentos.

Com a colonização e venda das terras, a região do Norte Novo do Estado do Paraná assume a dianteira dos investimentos durante o período da expansão cafeeira, tanto por causa da concentração demográfica quanto pela questão da riqueza econômica e das relações de poder político, aí agregadas e desenvolvidas. Com isso, essa mesma região do Norte Novo se constituiu em uma das principais áreas de investimento - portanto também de imigração. Para isso dispunha ainda de uma rede bem-articulada de rotas de transporte, a qual adquiriu suas modestas feições durante o grande “boom” do café e a fase de construção da estrada de ferro. Com essa estrutura sendo organizada, a região passou a se beneficiar cada vez mais do avanço da população, da produção, do transporte, da política e dos novos serviços urbanos surgidos e necessários, ficando visíveis as motivações para a região ser brindada com a criação de quatro dioceses: a de Londrina, a de Maringá e, um pouco mais tarde, as de Apucarana, e Paranavaí.⁸⁴

Grande parte das circunscrições paranaenses instituídas nesse período de ocupação e colonização destas terras foi implantada nos principais centros regionais e/ou em postos avançados das frentes de expansão econômica e pioneira também constituídas em categorias de sedes diocesanas.

A região do Norte do Paraná foi contemplada, em especial, com a diocese de Maringá, a qual também foi “cidade ponta de trilho”, passando a integrar a lista das novas e principais cidades do Estado em termos de rendas municipais e da expansão do capital. A criação da diocese de Maringá serviu muito mais aos desígnios políticos dos grupos dirigentes da oligarquia regional, envolvendo ampla área de investimentos da Companhia Melhoramento, região que acabou sendo incorporada à jurisdição da diocese de Maringá.

⁸⁴ Com a instalação canônica da Diocese de Paranavaí, em sete de julho de 1968, houve o desmembramento integral entre a diocese de Maringá e a de Paranavaí e a posse do seu primeiro bispo Dom Benjamim de Souza Gomes.

O reparte das circunscrições eclesiásticas expressa ainda o reconhecimento da folha de serviços prestada pelas principais lideranças do episcopado da época, refletindo o poder de persuasão de que dispunham junto aos seus pares, à Nunciatura Apostólica e ao próprio Vaticano. A margem de influência desses grupos pode ser aferida pela quantidade das promoções ao episcopado feitas sob tais chancelas.

A esfera de influência a que os bispos eleitos para essas novas dioceses pertenciam, acabou por se extravasar para além das fronteiras do Estado de São Paulo e estendeu-se a toda a região do Norte do Paraná, tendo logrado indicar seus auxiliares de confiança para essas novas terras de colonização abertas no Paraná. Viabilizou a manutenção de uma relação de continuidade de poder e de influência, incorporando então estas novas regiões como área de influência das dioceses do interior de São Paulo, entre as quais se podem citar Ribeirão Preto, Franca e Campinas.

A expansão organizacional da Igreja tomou o feitio de um processo intitulado como “estadualização” do poder eclesiástico. Ao perder o *status* de religião oficial do Estado, constituído como “ramo da administração pública”, destituída dos privilégios propiciados pelo padroado inerente à condição de corporação subsidiária, e sem poder contar com o respaldo de qualquer segmento de peso na coalizão à testa do regime republicano, a Igreja Católica, representada pelos detentores dos postos de decisão na alta hierarquia, concentrou seus esforços e investimentos nas áreas mais próximas e passíveis de influência.

A política de implantação das novas circunscrições levou em consideração as já determinadas fronteiras territoriais dos estados. A hierarquia eclesiástica acabou dotando os estados brasileiros de pelo menos uma diocese. Com isso a Igreja passou a constituir um sistema interno de gerenciamento e governo que se pautava pelas linhas de força que presidiram à montagem do pacto oligárquico, atendendo aos requisitos mínimos de uma estrutura organizacional diocesana mínima, institucionalizando seminários, escolas, dignitários, eclesiásticos e etc...

A política de “estadualização” foi implementada mediante estratégias diferenciadas conforme o peso político e a contribuição econômica de cada unidade federativa para a manutenção do pacto oligárquico e em função da margem da influência e prestígio já conquistados pela Igreja, do grau de receptividade à sua contribuição por parte dos círculos dirigentes locais e do potencial de mobilização dos católicos como grupo articulado de pressão, a ponto de influenciar as decisões governamentais capazes de afetar as áreas vitais de interesse para a própria organização eclesiástica. Nesse sentido é possível identificar duas

modalidades básicas de estratégia adotadas pela hierarquia eclesiástica no contexto mais geral da política de “estadualização” ocorrida no Brasil.

A primeira modalidade de estadualização ocorreu nos estados menos importantes em termos de suas contribuições econômicas, demográficas e políticas. A organização eclesiástica buscou assentar suas possibilidades de expansão e consolidação em aliança explícita com algumas das facções oligárquicas dominantes nos estados do Nordeste e Centro-Oeste, onde a lista política se resumia à competição feroz envolvendo alguns poucos clãs e lideranças de estilo coronelista. Os dirigentes eclesiásticos se viram então obrigados a sujeitar suas pretensões expansionistas à proteção dispensada pelas lideranças oligárquicas locais. Essa tendência poderia se traduzir em uma aliança de prestação de serviços de que se beneficiavam mutuamente a autoridade episcopal e os chefes oligárquicos locais.

Muito comum nesta prática era a indicação de nomes para o episcopado e em alguns casos até mesmo de bispos para cargos políticos, como foi o caso de Dom Aquino Correia, nomeado presidente interino (governador) do Estado de Mato Grosso. Em meio a conjunturas locais extremamente diversas, tais alianças garantiam o apoio institucional e financeiro às pretensões expansionistas da organização eclesiástica. Em muitos casos a aproximação entre a hierarquia local e os setores oligárquicos se deram através de figuras de destaque dos clãs familiares, que acabaram assumindo e controlando as posições episcopais de destaque em seus estados de origem. Assim, os integrantes da elite eclesiástica sempre pertenceram a famílias oligárquicas ruralistas ligadas aos latifundiários, sendo selecionados em função de critérios de representatividade dos interesses econômicos, políticos e religiosos dos grupos dirigentes em nível local.

A designação da elite eclesiástica deste tipo de estadualização revela os critérios ideais de recrutamento que guiaram as relações e seleções de nomes para o episcopado. A família do candidato em questão era fruto de um consórcio entre poderosos interesses econômicos associados à linhagem materna e um apreciável capital social e cultural entrelaçado pelo patriarcado ao longo de uma acidentada carreira política e intelectual, que culminava com seu ingresso nos quadros das lideranças católicas e leigas, estabelecendo-se assim uma profunda relação entre o poder eclesiástico e o poder econômico e político (temporal) oligárquico.

Uma segunda modalidade dessa “estadualização” do poder eclesiástico ocorreu nos estados mais desenvolvidos do país, como foi o caso dos estados do Sudeste e posteriormente do Sul. Nestas regiões, a hierarquia eclesiástica encontrou outras condições amplamente favoráveis ao processo de (re) catolicização do Estado como um todo ou de alguma região específica, valendo-se da receptividade que as diretrizes católicas obtinham junto a segmentos

majoritários da população e do apoio ostensivo de setores dirigentes de peso, inclusive no interior dos partidos políticos.

Esse segundo movimento tinha como característica a tentativa de restaurar a influência político - doutrinária da Igreja através de campanhas institucionais e de novas associações. Dispunha de recursos organizacionais de vulto, como redes de seminários e escolas católicas, entre elas as principais casas de formação das elites, como os colégios dirigidos pelos lazaristas e/ou pelos maristas.

Esse segundo grupo, por ser mais recente, entre outros elementos, teve que enfrentar a concorrência dos ginásios estaduais públicos e daqueles instalados pelos protestantes. Neste sentido, a reação católica institucional foi orquestrada pela hierarquia eclesiástica para minorar perdas acarretadas primeiro pela separação do Estado (padroado) e depois com a acirrada competição com outras facções do cristianismo.

Desde 1891, os católicos vêm absorvendo ganhos de causa contra a secularização da educação pública e a favor da instituição religiosa. Sempre que se sentia acusada ou prejudicada, a hierarquia eclesiástica mobilizava os seus grupos católicos leigos, desencadeando intensas campanhas, inclusive pela imprensa, organizando congressos, mobilizando suas bases católicas.

Os vários trabalhos de mobilização alcançaram outros campos de atividade, motivando a criação de associações leigas para jovens e sociedades beneficentes de trabalhadores, até atingirem os setores católicos da elite política estadual.

Enquanto a primeira modalidade se constituía por um viés oligárquico ruralista familiar, sob a égide do coronelismo, a segunda via não se constituiu por vínculos oligárquicos familiares, mas sim, por mecanismos de aliança política sistemática sintonizada com as tendências oligárquicas urbanas de mando e com as demandas da Igreja, estabelecendo relações de dependência entre as duas esferas. Constituíram-se como porta-vozes os representantes eclesiásticos, inclusive em chapas parlamentares e até em comissões executivas parlamentares, pelas quais a elite eclesiástica poderia lutar contra as ameaças de “descristianização” vislumbrada, por exemplo, na proibição do ensino religioso nas escolas públicas, entre outras ações, inclusive constituindo a criação de um partido político católico, bem como vários outros mecanismos de combate e defesa dos dogmas católicos e da instituição religiosa nas escolas públicas.

Uma das figuras mais representativas dessa segunda modalidade de “estadualização” do poder eclesiástico foi o famoso Arcebispo-Coadjutor do Rio de Janeiro Dom Sebastião

Leme da Silveira Cintra,⁸⁵ o qual escreveu uma famosa Carta Pastoral no ano de 1916, enquanto se preparava para assumir a Arquidiocese de Olinda e Recife, carta que se tornou leitura obrigatória em muitos seminários e possuía um teor de admoestação à atuação dos católicos no campo educacional como prioritária.⁸⁶

Dom Leme publicou sua famosa carta pastoral marcando o início de um novo período na história da Igreja. Na carta, o Arcebispo, alertava a Igreja sobre a fragilidade da Igreja institucional, suas deficiências a respeito das práticas religiosas populares, a falta de sacerdotes, o estado precário da educação religiosa, a ausência de intelectuais católicos, a limitada influência política da Igreja e sua deplorável situação financeira. Dom Leme argumentava que o Brasil era uma nação católica e que a Igreja deveria tirar proveito desse fato e marcar uma presença muito mais forte na sociedade. A Igreja precisava cristianizar as principais instituições sociais, desenvolver um quadro de intelectuais católicos e alinhar as práticas religiosas populares aos procedimentos ortodoxos.

Embora a visão de Dom Leme tivesse precedentes, essa nova visão de modelo de Igreja, chamada de modernidade eclesial, ou ainda de “*neocristandade*”,⁸⁷ viria florescer e atingir seu apogeu entre 1930 a 1945 (50), quando Getúlio Vargas foi presidente da República. A Igreja permaneceu politicamente conservadora, opondo-se à secularização e às outras religiões. Pregava a hierarquia e a ordem e um catolicismo mais vigoroso que se imiscuísse nas principais instituições e governos. As atividades pastorais praticadas nesse período se diferenciavam das anteriores na questão de interesses indispensáveis da Igreja: a influência católica sobre o sistema educacional, a moralidade, o anticomunismo e o antiprotestantismo. Através deste novo modelo proposto, a Igreja revitalizou sua presença dentro da sociedade. Em poucas palavras, esse novo modelo era uma forma de lidar com a fragilidade da instituição sem modificar de maneira significativa a natureza conservadora da mesma. Por volta de 1930, a instituição havia revertido sua decadência.

Houve um encorajamento por parte do Vaticano no sentido de que a Igreja Católica no Brasil concentrasse esforços para fortalecer sua presença na sociedade brasileira, tendo o

85 Dom Sebastião Leme foi arcebispo do Rio de Janeiro e eminente líder da Igreja da brasileira de 1921 até sua morte em 1942.

86 LEME, Dom Sebastião. Carta Pastoral à Arquidiocese de Olinda. Petrópolis, Vozes, 1916.

87 Esse período intitulado de “neocristandade” é também chamado de “período da modernidade eclesial”, tendo recebido esse nome por ter sido um período de muitas mudanças e agitações, também permeadas pelos regimes populistas (1930 – 1959), tendo sido claramente delimitado por dois acontecimentos marcantes. Por um lado, a repercussão na América Latina da crise econômica de 1929, que terá imediatas consequências na vida da Igreja latino-americana. Por outro lado, em janeiro de 1959, João XXIII anuncia a convocação de um concílio ecumênico. Esse lapso de tempo, quase três décadas, será para a Igreja na América Latina tempo de confrontações, amadurecimento e “modernização” estrutural, que dará aos seus frutos no período seguinte. In: DUSSEL, Enrique. (org.) História do Libertinismo – 500 anos de história da Igreja na América Latina, CEHILA -Paulinas, São Paulo, 1992. p 223.

manto doutrinário do Papa Pio XI (1922 – 1939) como espelho e proteção. Com base nisso, Dom Sebastião Leme concebeu sua visão eclesiológica, calcada na idéia de que a Ação Católica se tornasse peça-chave no controle pastoral da Igreja. A crítica que se fazia aos partidos políticos consistia em afirmar que eles eram demasiadamente divisionistas; mas mesmo assim, buscou-se uma aliança com o Estado para defender os interesses católicos. Pio XI apoiou e encorajou diretamente Dom Sebastião Leme em seus esforços para promover a almejada restauração católica.

O conteúdo da Carta Pastoral essencialmente conclamava os católicos a combaterem o que o autor considerava um descompasso entre a legitimidade do catolicismo na sociedade brasileira, na qual a maioria da população se declarava católica, e a pouca representatividade da Igreja nas instituições estatais, principalmente depois do fim do regime do padroado, após a instauração da República no Brasil, em 1889.

Dom Leme considerava que essa pouca representatividade da Igreja nos órgãos do Estado deveria ser atribuída à falta de instrução religiosa das elites políticas do país e principalmente do povo brasileiro. Para o Arcebispo, a solução desse grave problema viria com a conquista das classes dirigentes e intelectuais, que, uma vez “recrianizadas”, se empenhariam na criação de uma nova “*ordem social cristã*”, atuando por dentro da estrutura do Estado brasileiro. Para que isso ocorresse, na visão de Dom Leme, a atuação dos católicos no campo educacional teria uma importância singular e fundamental.

O germe de mais um movimento eclesial de mudança de paradigma começava a ser fomentado. Já durante o papado de Leão XIII (1878-1903), a Igreja havia começado a formular uma doutrina social mais progressista, especialmente através da encíclica *Rerum Novarum* (1891), a qual marcou a aceitação tardia do mundo moderno pela Igreja, depois de seu combate aberto contra o processo da modernização durante grande parte do século XIX. Embora a encíclica fosse um salto de qualidade na eclesiologia católica, conclamando os cristãos a viverem em uma sociedade mais equilibrada entre as relações de capital X trabalho, sua doutrina social ainda continha elementos conservadores. Havia um repúdio explícito, por parte do Papa Pio X (1903 – 1914), aos esforços de se fazer uma adequação aos elementos do mundo moderno, e ainda os Papas Benedito XV (1914 – 1922) e Pio XI (1922 – 1939) foram fundamentalmente contrários a essa adequação, sempre assumindo posturas conservadores. Uma das mais importantes encíclicas deste último, a *Divini Redemptoris*, emitida em 1937,

Pio XI condenou o comunismo como sendo intrinsecamente errôneo, alinhando-se assim às forças conservadoras nos anos 20 e 30.⁸⁸

A concepção eclesiológica que a Igreja tem de si mesma, das suas concepções dogmáticas e de verdade e de sua missão integral está diretamente exposta pelas ações determinantes de envolvimento, entre outras questões, com a vida política do seu universo histórico-geográfico contextual. Assim, o seu entendimento social será expressão de compreensão dos objetivos institucionais em relação à concepção de fé que a motiva. Entretanto, a maioria dos estudos sobre a Igreja do período de 1916 a 1945 não tem ressaltado estes aspectos.

Nos anos entre 1945 e 1955 houve mais um período híbrido de mutação, germinado por fatos e acontecimentos ocorridos durante o processo de implantação desse novo modelo eclesialístico de modernidade. A questão foi calcada no fato de que, até o processo de romanização, a Igreja sempre esteve voltada para si, sempre se considerando senhora do tempo e do mundo (até então intitulado cristão), sempre encarando a fé como um processo interno para manter um contato íntimo com Jesus Cristo dentro de um sentido devocional cristocêntrico. Até mesmo as manifestações externas à fé eram estritamente religiosas: atendimento à missa, a prece, a observância dos sacramentos, a contribuição monetária para a Igreja e a observância de uma moral católica na vida familiar e em relações pessoais bem duras e recalcitrantes. A Igreja entendia o movimento de modernidade que acontecia em torno de si como sendo essencialmente maligno, porque, segundo seu entendimento eclesialístico, corroía e desvirtuava a fé devocional e acabava por encorajar o culto à personalidade, ao prestígio próprio, ao poder e ao dinheiro.

A missão que este modelo queria impor, dentro da Igreja, era cristianizar a sociedade conquistando maiores espaços dentro das principais instituições e imbuindo todas as organizações sociais e práticas pessoais de um espírito católico.⁸⁹ A concepção eclesialística desse movimento consistia em uma noção triunfalista, pela qual tentava influenciar a sociedade civil para, através da *Ação Católica*, conquistar e restituir o mundo moderno a Nosso Senhor Jesus Cristo, aumentando o número de católicos e competindo com outras

88 “Somente depois dos fascistas terem tentado suprimir a Igreja foi que a instituição começou a fazer críticas contra Mussolini e Hitler. Na Espanha, os bispos insistiam para que os católicos apoiassem as forças de Franco. Os levantes revolucionários durante o reinado de Pio XI, especialmente os violentos movimentos anticlericais na União Soviética, no México e em outros países latino-americanos, reforçaram a natureza conservadora do pontífice”. In: SCOTT, Mainwaring. Igreja Católica e política no Brasil (1916 – 1985), Brasiliense, São Paulo, 1989, p.44.

89 Como um líder leigo afirmou escrevendo: “Voltar a Cristo quer dizer voltar à vida pública, social, funcional doméstica. Não podemos reduzir a religião à missa, à confissão, à comunhão, a fitas, medalhas e procissões”. Soares d’Azevedo, Vozes (janeiro 1940), citado em AZZI, Igreja Católica, Paulinas, São Paulo, 1996. p.62.

religiões, para assim frear o avanço da modernidade. O processo de re-cristianização da sociedade civil teve seu início no período nascido com o processo de romanização, efetivando-se concretamente nos anos 1920, período em que esse modelo de Igreja florescia.⁹⁰

Esse modelo, durante duas a três décadas, defendeu os interesses mais significativos da Igreja institucional, mesmo tendo uma expressão frágil e até insignificante. Em alguns casos a Igreja foi capaz de atingir muitos objetivos importantes. Possuidora de um aparato virtual de monopólio sagrado-religioso, havia delimitado terreno com muita propriedade entre as elites dominantes e as classes governantes, principalmente no que tange à questão educacional, sendo figuras de destaque algumas de suas preocupações morais de maior evidência, como o *status* de noção nuclear de família. A sociedade era estável e ordeira, sendo que a legislação de Vargas satisfazia em muitos aspectos aquilo que o clero entendia como “*Doutrina Social da Igreja*”. A Igreja Católica no Brasil funcionou sempre de forma homogênea, mesmo tendo muitos líderes que achavam que a Igreja devesse renunciar a seus privilégios e alinhar-se aos pobres e necessitados.⁹¹

Não obstante, essa tranqüilidade toda não tardou muito em ser perturbada: outros líderes e movimentos acabaram por desafiar alguns aspectos do modelo institucionalizado. Esse modelo acabou sofrendo uma crise no seu *status* eclesial, produzindo uma mudança em sua práxis e em suas crenças. A missão pastoral acabou sendo o estopim desta crise, pois sua influência junto ao Estado se viu ameaçada, sua atuação no sistema educacional se esvaziou, a competição com outras religiões se ampliou e foi aí que alguns dos valores católicos tradicionais ruíram.

Foi por volta de 1945 a Igreja Católica no Brasil havia conseguido realizar muitos de seus objetivos, mas pagando um alto preço, de modo a evitar mudanças mais profundas na sua

90 “Na década de 1910, em Minas Gerais, o estado mais católico do Brasil, os esforços para tornar a presença da Igreja mais marcante na sociedade obtiveram seu primeiro êxito. Após 1906, quando o governo aboliu a educação religiosa das escolas públicas, os líderes católicos em Minas Gerais mobilizaram o laicato para que ele exercesse pressão a fim de que a medida fosse revogada. Não obtiveram êxito até 1928, mas nesse ínterim organizaram um forte movimento de Ação Católica, elaboraram petições com centenas de milhares de assinaturas para a defesa de interesses católicos; viraram as marés contra o pensamento racionalista e positivista das gerações de elite anteriores; estimularam o desenvolvimento institucional e regeneraram a imagem, o prestígio e a influência da Igreja. Sob todos esses aspectos, a Igreja mineira antecipou mudanças que iriam ocorrer em nível nacional, principalmente sob a liderança de Dom Sebastião Leme e os líderes leigos do Centro Dom Vital”. In: SCOTT, Minwaring. *Igreja Católica e política no Brasil (1916 – 1985)*, Brasiliense, São Paulo, 1989, p. 46. E ainda, sobre a revitalização da Igreja em Minas, ver também AZZI, “O Início da Restauração Católica em Minas Gerais, 1920 – 1930”.

91 Escrevendo em 1899, padre Julio Maria, figura proeminente e da ponta, argumentava: “Como no resto do mundo, só existem duas forças no Brasil: a Igreja e as Massas (...) O clero não pode, nem deveria, trancar-se em santuários e contemplar o povo a distância (...) Sua missão deveria ser a de mostrar aos fracos, aos pobres, aos proletários, que são eles o povo preferido pelo Mestre Divino”. In: MARIA, Júlio. *Igreja e a República*. 1981. p.119, 120 e 121.

eclesiologia e na sua orientação política.⁹² A Igreja fazia parte de uma sociedade que se modernizava com avidez. Os esforços da Igreja para combater a secularização eram insuficientes. A hierarquia católica, para não sucumbir ante uma crise interna, teve que assumir as convicções da modernidade como sendo algo natural, passando a modernizar suas estruturas institucionais. Com esse movimento político, a Igreja aprofundou sua influência e acabou trocando sua aliança primordial com a oligarquia ruralista dos latifundiários por uma aliança com a burguesia urbana industrial e com a classe média, sem, no entanto, modificar realmente seu corpo doutrinário.⁹³

Assim, com o declínio das elites oligárquicas ruralistas e o avanço da burguesia industrial das classes médias, a Igreja muda de lado, entendendo que o sucesso do modelo da neocristandade, agora entendido como “*modelo do período da modernidade eclesiástica*”, dependeria apenas de sua capacidade de combater a secularização, de usar o Estado para influenciar a sociedade e de manter o monopólio sagrado-religioso. A Igreja Católica, em seu modelo de modernidade eclesiástica, no período do pós-guerra, não se mostrou capaz de satisfazer essas condições, nem os anseios da sociedade moderna latente. A sociedade estava se modificando com profunda velocidade e a Igreja Católica nada poderia fazer para evitar

92 Uma segunda fase da Igreja (1945 – 1959), na qual, reorganizada em algumas estruturas fundamentais, a Igreja poderá apoiar os populismos num primeiro momento, com um “anticomunismo” próprio da “guerra fria”, para depois (desde 1954 aproximadamente em alguns países) começar a tomar distância com respeito a esses governos, para não ser derrotada na queda deles. Nos fins da década de 50, a Igreja encontra-se reorganizada no nível nacional pela primeira vez em nível Latino Americano, para poder se transformar em um dos protagonistas nos períodos posteriores. O Cone Sul continuará sendo ainda o lugar eclesial de maior criatividade, nos tempos de H. Truman (1945 – 1956) e de D. Eisenhower (1953 – 1961), ou das democracias européias (de ‘De Gásperi’ na Itália e Adenauer na Alemanha). In: DUSSEL, Enrique. (org.) História Libertionis – 500 anos de história da Igreja na América Latina, CEHILA -Paulinas, São Paulo, 1992. p 224 –225.

93 Refletindo sobre teologia e o espírito moderno, poderíamos fazer um resgate histórico sucinto para entendermos melhor essa ação. Para tanto se escolheu o século XVIII para iniciarmos tal reflexão, por entender que nesse período se abre uma era revolucionária em diversos campos da atividade humana. Torna-se um lugar comum dizer que o ser humano adquire uma clara consciência de sua capacidade de conhecer e transformar a natureza e a sociedade vale dizer, de transformar a história, tornando-a próprias mãos. Esse exercício de sua própria razão representa para o homem e a mulher modernos uma experiência de liberdade, na medida em que ele se reconhece como alguém capaz de mudar suas condições de vida e situar-se de modo diferente nas relações sociais. É nesse contexto que se afirma à sociedade burguesa e concretamente também as classes sociais burguesas, cujos interesses e valores marcaram a sociedade moderna. Mas, em contradição histórica com ela, surge também o proletariado, que passa a se converter na vanguarda das classes populares pauperizadas no sistema econômico e social dominante desde o século XIX então novos desafios se colocam para a fé cristã. A Igreja e a Teologia reagem inicialmente com as categorias elaboradas e vividas nos séculos anteriores. Posteriormente, as questões abertas pelas revoluções burguesas e o movimento de idéias que as acompanha acabam por se impor, marcando a teologia contemporânea em sua versão protestante e depois em sua versão católica, inclusive até o Concílio Vaticano II. A teologia pós-conciliar, particularmente a nova teologia política, também procura responder a esses mesmos desafios, mas o faz de modo mais explícito e frontal, com uma criatividade que merece ser destacada. Neste sentido, o espírito moderno consiste no resultado de um processo histórico, em fatos e idéias que mudaram a busca e radicalmente a mentalidade tradicional, ligada ao mundo feudal. Os acontecimentos ganharam um ritmo acelerado, ingressando em uma etapa revolucionária que deveria imprimir um novo ritmo à história da humanidade, particularmente ao mundo ocidental. In: GUTIÉRREZ, Gustavo, A força histórica dos pobres, Vozes, Petrópolis, 1981. p.248 – 268.

esse processo. A questão estava posta nas profundas mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas que a sociedade estava sofrendo, e qualquer instituição que resistisse a essas tendências irreversíveis acabaria sendo condenada a um declínio incomensurável, como começou a perceber um grande número de líderes católicos.

Em meados de 1945, o antimodernismo tornara-se insustentável para uma instituição que tinha a pretensão de ser universal e que se preocupava especialmente em influenciar o Estado e as elites dominantes. Ao opor-se ao processo de secularização, e, portanto de modernização, a Igreja Católica abandonava-se à sorte dos grupos de importância ínfima e decrescente.

Ficando impossível continuar mantendo velado o crescimento do protestantismo e do espiritismo, como a Igreja Católica já não estava efetivamente atingindo as massas, mesmo ainda estas se professando católicas, somente uma pequena minoria tinha participação efetiva e ativa na Igreja. Por menos expressivos que fossem os protestantes, este era um grupo que crescia de forma assustadoramente rápida. O censo de 1940 registrava pouco mais de um milhão de protestantes, um número que aumentou em 150% até 1964, principalmente nas áreas urbanas, entre as classes populares, promovendo uma erosão nas já frágeis bases do catolicismo entre as massas. Também o espiritismo e as religiões afro-brasileiras penetravam especialmente nas cidades, e muitos católicos declaravam-se praticantes de duas religiões concomitantemente.⁹⁴

O declínio da hegemonia religiosa assustava a hierarquia eclesiástica, tornando-se uma prática comum a execução pública destas manifestações religiosas. Para alguns clérigos, o protestantismo fazia parte de um plano norte-americano para dominar a América Latina e destruir o catolicismo, e ainda, o espiritismo e as religiões afro-brasileiras eram expressões da ignorância religiosa popular. A batalha travada com o espiritismo era especialmente acirrada, porque muitos católicos uniam as duas religiões.⁹⁵

Uma das atitudes tomadas pela Igreja para combater a ameaça das outras religiões foi a criação do *Secretariado Nacional para a Defesa da Fé e da Moralidade*, em 1953. Esse ato teve como objetivo vigiar a marcha das “falsas religiões”, condenando movimentos e “falsas idéias” e ainda a expansão da imoralidade e da amoralidade da vida pública e particular.⁹⁶

94 RIBEIRO de Oliveira, Pedro. Coexistência das religiões no Brasil, *Vozes*, 71, (1977): 555 – 562.

95 Durante os anos 50, a REB publicou um vasto número de artigos sobre os maçons, protestantes e espíritas.

96 Era comum neste período, algum teólogo acusar os protestantes de praticarem uma forma de proselitismo ativa, suntuosa, lisonjeador, argumentando que o apelo do protestantismo era resultante de uma curiosidade supersticiosa, produzida por um sentimentalismo doentio do povo, o qual tinha uma necessidade de buscar meios de cura mais baratos, e mais garantidos, também. In: MAINWARING, SCOTT. Igreja Católica e política no Brasil (1916 – 1985), Brasiliense, São Paulo, 1989, p. 40 - 50.

Os líderes deste novo modelo confessavam uma preocupação com a religiosidade popular, mas pouco se fazia para modificar as práticas pastorais entre os setores populares. Estavam envolvidos demasiadamente com a elite dominante oligárquica para darem-se conta da necessidade de estreitamento dos vínculos com as massas subalternas. O resultado desta relação, o problema da “ignorância religiosa popular”, não era menos grave nos anos 1950 do que o fora em meados de 1916.⁹⁷ Líderes religiosos compartilhavam dessa percepção.⁹⁸ Os editores da principal revista teológica do país lamentavam a prevalência de “grandíssima confusão e de ignorância religiosas”.⁹⁹

Diante de todas essas questões apresentadas, a Igreja deveria se propor uma mudança. O problema consistia nos riscos que adviriam dessa abertura, no sentido que de muitas vezes as mudanças acabam diferindo, e muito, das propostas imaginadas originalmente. A reflexão sobre as campanhas contra o protestantismo, o espiritismo, a maçonaria e seitas afro-americanos, em si mesma produzindo uma reação de autodefesa, começou a tornar a Igreja mais consciente de suas necessidades de reformular suas práticas pastorais obsoletas. Com essa ação, acabou gerando entre os padres uma maior consciência de maior preocupação com as necessidades e os valores populares. Embora houvesse um esforço para deter o virtual monopólio religioso, tal esforço já estava fadado ao fracasso: dentro de uma sociedade cada vez mais heterogênea, a reformulação concomitante de práticas pastorais acabou por forjar uma nova relação entre a instituição e os pobres.

A Igreja desse período de modernidade cristã também, a seu modo, dependia de uma aliança com o Estado, aliança que era cada vez mais incerta e tumultuada. Através dos acordos políticos tramados com Vargas, a Igreja ainda havia conservado o domínio do sistema educacional e seu *status* de instituição privilegiada dentro da sociedade. Os governantes democráticos vindouros dos períodos de 1945 a 1964 também tentaram confeccionar apoios da Igreja em troca de concessão de favores, mas as negociações não eram tão fecundas nem tão estáveis como o foram as combinadas sob o governo de Getúlio Vargas.

97 “(...) Escrevendo em 1955, quase quatro décadas após Dom Sebastião Leme ter anunciado sua esperança na revitalização do catolicismo e na elevação das práticas religiosas populares, o sociólogo Thales de Azevedo afirmou que a influência da Igreja na sociedade ainda era fraca, que a instituição estava subdesenvolvida e que as práticas religiosas populares não haviam se modificado”. In: MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916 – 1985)*, Brasiliense, São Paulo 1989, p. 54.

98 Escrevendo em 1955, quase quatro décadas após Dom Sebastião Leme ter anunciado sua esperança na revitalização do catolicismo e na elevação das práticas religiosas populares, o sociólogo Thales de Azevedo afirmou que a influência da Igreja na sociedade ainda era fraca, que a instituição ainda subdesenvolvida e que as práticas religiosas populares não haviam se modificado. In: AZEVEDO, Talles de. *O Catolicismo no Brasil*, Rio de Janeiro, 1955.

99 MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916 – 1985)*, Brasiliense, São Paulo, 1989, p. 60 - 70.

Outro fator que provocou uma necessária mudança foi essa capacidade de se acomodar ao Estado sempre que fosse possível. A Igreja teve que mudar para se adequar e manter o seu bom relacionamento com os governos democráticos.¹⁰⁰ Acompanhando os processos de mudança e abertura política, teve que se adaptar diminuindo a ênfase na autoridade, na ordem e na disciplina, de modo a manter-se em dia com as mudanças ocorridas no cenário nacional. A sociedade se mostrava mais participativa e mais democrática e tornava-se mais difícil para uma instituição que se pretendia e proclamava representante de todas as classes sociais permanecer tão enrijecida, hierarquizada e autoritária quanto o fora até então.

O fortalecimento das classes populares também contribuiu para que seus expoentes reavaliassem a missão da Igreja. Apesar de uma longa história de ação dos movimentos populares, foi somente após 1945 que esses movimentos conseguiram estabelecer uma presença mais marcante e permanente de forma organizada no cenário político nacional. A crescente ação dos movimentos populares, com seus esforços, acabou por modificar sua posição na sociedade lutando por uma posição de cidadania. Devido ao próprio processo de democratização, as classes populares subalternas acabaram por rejeitar o paternalismo e o autoritarismo em outras esferas sociais, inclusive e principalmente nas esferas religiosas.

Para a ala tradicionalista da Igreja, esses movimentos populares constituíam-se em ameaça, na medida em que adquiriam um enfoque progressista e anticatólico e questionavam o caráter hierárquico da sociedade, desafiando a cosmovisão tradicional do catolicismo institucionalizado.

A abertura à modernidade pretendida pela Igreja Católica aconteceu muito mais pelas ameaças de forças externas do que das internas. Mas essas ações internas também foram preponderantes no processo, gerando uma nova consciência dos problemas fundamentais da sociedade brasileira, modificando a forma de muitos líderes e instituições perceberem a sociedade. Tal processo acabou gerando mecanismos de politização dos problemas sociais, tornando alguns clérigos mais conscientes das injustiças sociais e da necessidade de a Igreja dedicar-se a elas.¹⁰¹

Não é, destarte, coincidência que as ações populares eclesiais durante a década de 1950, tenham tido sempre estudantes e camponeses envolvidos, pois eram as classes mais

100 Isso não significava que as relações entre Igreja e o Estado tenham sido sempre harmoniosas. Em certas ocasiões, líderes religiosos fizeram oposição às tentativas do Estado de restringir a Igreja. O caso mais famoso ocorreu durante a crise entre o Estado e a Igreja de 1872 a 1875. In: MAINWARING, Scott. A Igreja Católica e a política no Brasil (1916 – 1985), Brasiliense, São Paulo 1989, p. 55.

101 Sobre essa questão pode-se citar o documento da CNBB, Mensagem da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, RCRB, 88, (1962), 618: “(...) ninguém desconhece o clamor das massas que martirizadas pelo espectro da fome, vão chegando às raias do desespero”.

politizadas. Mais ainda: foi a Igreja Católica situada na região do Nordeste brasileiro a primeira a refletir sobre as agruras dos problemas sociais. Os pobres e camponeses sempre viveram à margem da sociedade de produção, mas quando esses grupos minoritários começaram a se conscientizar e a se organizar, as coisas começaram a mudar. Não foi necessariamente a existência da pobreza, mas sim a politização dessa massa empobrecida, que moveu alguns setores sociais e eclesiásticos a repensarem o seu conservadorismo político.

Outro fator preponderante da geração de movimentos nesse processo foi a expansão do partido comunista após a Segunda Guerra Mundial. Os comunistas detinham o quarto maior partido político do país em 1946 e ainda eram especialmente fortes no Rio de Janeiro, então capital do Brasil. Em face dessa nova hegemonia da ordem social (comunista), a Igreja precisou repensar o seu anticomunismo, pois até então a expansão do comunismo era vista como um sinal de decadência da cultura católica e dos valores tradicionais. Também acabava por provocar a necessidade de a Igreja se fixar mais firmemente na sociedade.

Entre 1930 e 1964, a ameaça comunista tornou-se concreta, sendo uma das maiores preocupações dentro da Igreja. Os bispos emitiram vários documentos sobre o comunismo. Porém não se podia apenas pautar a doutrina social da Igreja em simples resposta a crescentes ameaças de guerra. Enquanto os tradicionalistas tentavam reprimir a esquerda e evitar as mudanças sociais, de modo inverso, o clero mais favorável em relação à doutrina social da Igreja era menos hostil aos comunistas e às suas idéias. Era preciso dar uma resposta à esquerda, pois os representantes da ala mais à esquerda se coadunava com a percepção de que havia a necessidade de uma maior mudança social.

Essa conjuntura eclesiástica acabou produzindo, por volta de 1955, três facções principais dentro da Igreja, cada qual com sua visão diferente no tocante às mudanças sociais:

Uma primeira facção continuava a endossar a estratégia dos *conservadores*, passando a ser considerada a dos tradicionalistas da década de 1950. Esse grupo acreditava que a Igreja devesse seguir no combate à secularização e no fortalecimento da presença da instituição na sociedade. Deveria operar como um grupo de interesse, usando o Estado para garantir tantos privilégios quantos fosse possível, como forma de tornar católica a sociedade.

A segunda facção, a dos *modernizadores conservadores*, acreditava que a Igreja precisava mudar para cumprir sua missão no mundo moderno com maior eficácia. Havia uma preocupação com a ameaça comunista, mas respondiam com maior abertura ao mundo. Embora rejeitassem a mudança radical e tivessem uma concepção limitada da forma de realizar a justiça, eles estavam mais preocupados com a justiça social do que os líderes conservadores tradicionalistas. Ainda mantiveram-se hierárquicos nas práticas da Igreja, mas

se preocupavam mais em desenvolver organizações leigas como meios eficazes de atingir o povo.

Finalmente, havia uma terceira facção, a dos *reformistas*, a qual compartilhava da preocupação dos modernizadores conservadores com o trabalho pastoral mais intenso e uma educação religiosa mais eficaz, mas suas posições sociais eram mais progressistas. Enquanto os conservadores modernizadores enfatizavam a necessidade de luta contra o comunismo, os renovadores se preocupavam mais com a mudança social como um fim em si mesmo. Durante a década de 1950, esse grupo iniciou alguns experimentos que inspiraram inovações posteriores.

Era nesse contexto eclesiológico brasileiro que estava colocado o processo de criação das dioceses de Londrina e Maringá, em especial dessa última, trilhando as tramas de amarração do então indicado primeiro bispo de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho. Este utilizou e foi utilizado por esse mecanismo para desenvolver uma plataforma pastoral de governança, tendo contabilizado ganhos e perdas em sua empreitada. Estes se traduziram em termos do volume dos recursos arrecadados em seu governo pastoral, com favores tanto para a elite eclesiástica hierárquica quanto para a elite oligárquica local, manifestando-se sobretudo através dos ganhos territoriais representados pela criação da circunscrição eclesiástica de Maringá. A diocese de Maringá passou da condição de sufragânea de Jacarezinho, à sufragânea de Londrina,¹⁰² depois à categoria de província eclesiástica, tendo como dioceses sufragâneas Umuarama, Paranavaí e Campo Mourão. Com isso, deixa transparecer claramente as relações de troca e de poder estabelecidas entre as instituições eclesiásticas e as oligarquias locais.

A trajetória ímpar de Dom Jaime Luiz Coelho, vivenciada na interseção entre sua expressão religiosa e o engajamento político sugerido pelo contexto social, tornou-se por demais relevante para a construção da identidade sociocultural religiosa da cidade de Maringá.¹⁰³ A questão fundamental diz respeito à própria atuação de Dom Jaime em relação aos campos político e econômico, em seus engendramentos socioculturais formulados na nascente sociedade maringaense. Merecem destaque os meios de atuação e ingerência de que a Igreja Católica necessitava para fazer valerem os seus interesses ante a conjuntura social que então se desenvolvia, com enfoque nas relações estabelecidas nesse jogo de interesses a partir

102 No ano de 1971, a diocese de Maringá passou a ser sufragânea da nova província eclesiástica de Londrina.

103 BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983. p. 129.

do seu *habitus*, e, ainda, no que percebeu como faltante na sociedade diocesana de Maringá a partir de seu governo, bem como nas respostas que acabou por dar a essa conjuntura.

Em face dessa nova conjuntura eclesiástica (maringaense), Jaime Luiz Coelho acabou por reconhecer a influência sofrida por todo esse contexto sociocultural eclesiástico e se acomodou aos moldes do grupo dos modernizantes conservadores, “credenciando-se” assim a intervir em defesa das posições católicas defendidas por esse grupo eclesiástico. A condição de defesa da Igreja, exercida por ele, tornou-se ainda mais evidente em 03 de dezembro de 1956, quando foi escolhido como primeiro bispo da diocese de Maringá, tendo sua ordenação episcopal acontecido a 20 de janeiro de 1957, na Catedral de São Sebastião de Ribeirão Preto, São Paulo, da qual era o cura.

Neste sentido, a mudança na forma de atuação eclesiástica por parte dos católicos, entre os anos de 1958 e 1964, possibilitou o surgimento de alguns movimentos católicos, o que se tornou possível a partir dos pressupostos de uma nova concepção de fé, de missão terrena comprometida com a justiça e de um novo papel a ser desempenhado pelos movimentos sociais do laicato no interior da Igreja Católica no Brasil.

A atuação de Dom Jaime, enquanto formulador e articulador político entre as várias correntes da hierarquia católica e dos políticos, entre as décadas de 1950 e 1970, deve ser considerada como imprescindível para que se efetivassem as mudanças no interior da diocese. Essas mudanças, por sua vez, viabilizariam a nova forma de atuação dos católicos nos vários campos sociais da diocese. Ao descrever discutindo a biografia de Dom Jaime, dando ênfase à sua atuação no campo político, social e cultural, ao mesmo tempo deve-se também aprofundar o conhecimento de sua época e da compreensão desse tempo histórico, aprofundando sua contextualização histórica socialmente construída, de modo a investigar as relações possíveis no estabelecimento de um nexo causal entre o pensamento e a ação de Dom Jaime frente a esta concepção do modelo eclesiástico de modernidade conservadora.¹⁰⁴

A conjectura que se estabelece nesse momento é derivada de relações possibilitadas pela conjuntura da história maringaense, constituída pelos católicos nos movimentos religiosos indicados., podendo ser adequadamente interpretada e entendida através da

104 Esse grupo dos modernizantes conservadores acreditava que a Igreja precisava mudar para cumprir sua missão no mundo moderno com maior eficácia. Preocupavam-se com a ameaça comunista, mas respondiam com maior abertura ao mundo. Embora rejeitassem as mudanças radicais e tivessem uma concepção limitada da forma de realizar a justiça, eles estavam mais preocupados com a justiça social do que os líderes de outras instituições, incluindo-se aí o Estado. Ainda eram hierárquicos e às vezes até bem conservadores a respeito de questões morais e nas práticas eclesiásticas, mas se preocupavam mais em desenvolver organizações leigas com meios eficazes para melhor atingirem o povo. Enquanto os conservadores enfatizavam a necessidade de luta contra o comunismo, os renovadores se preocupavam mais com a mudança social como um fim em si mesma.

investigação dos fenômenos ocorridos no todo social. Devem ser levadas em conta as várias ações engendradas no processo - não só as transformações específicas do campo religioso, mas o todo social, com o que será possível constituir uma análise de conjuntura mais real e verdadeira.

Imprescindível nesse processo é a análise das conjecturas socioculturais, políticas e econômicas produzidas no interior da sociedade brasileira desse período e reproduzidas no interior da sociedade maringense. Estes elementos são diretamente responsáveis pela atuação dos católicos nos movimentos eclesiais, na medida em que a estrutura institucional católica e o laicato buscam respostas práticas para os desafios percebidos no dado período histórico.

Como ressaltou Paiva sobre o estudo destes fenômenos, “difícilmente se fará a partir de uma perspectiva própria, mas sempre do ponto de vista de várias ciências particulares”.¹⁰⁵ Desta forma, deve-se recorrer prioritariamente às ciências da religião, à história e à sociologia para a interpretação dos dados que hão de possibilitar a comprovação ou a rejeição das hipóteses apresentadas.

Para tanto, torna-se necessário ter bem claro um caminho metodológico que, mesmo ressaltando todo o contexto histórico mais amplo, não seja uma construção mecanicista que entenda o indivíduo como sujeito único e último de suas ações e contribuições na generalidade das estruturas socioculturais, suas relações políticas e econômicas. Deve-se levar em consideração que os homens fazem a sua história sobre a base de condições reais dadas, sendo eles que a fazem, e não as condições dadas que determinam a história.

Podem-se assim, ao término deste percurso, encontrar as concepções e as ações eclesiais de Dom Jaime e seus reflexos na inserção, bem como na repercussão da vida dos católicos maringenses desse dado período. Essas realidades devem ser entendidas em uma totalidade sintética, que explicita histórica e socialmente o processo de produção e reprodução de suas ações, bem como os resultados destas ações, em um processo dialético de “interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade”, nos termos do “conhecimento praxiológico” proposto por Pierre Bourdieu, como sendo este um meio seguro para se chegar a uma modalidade de conhecimento que expresse as “relações e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las”.¹⁰⁶

105 PAIVA, Vanilda. Educação Popular de adultos. São Paulo, Loyola, 1987. p. 11.

106 BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: Pierre Bourdieu. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática, 1994, p. 47.

Nesta perspectiva, devem-se interpretar as ações dos agentes como sendo o produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus* – entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funcione a cada momento como uma matriz de percepção, de apreciação e de ação. Em outras palavras, na medida em que Dom Jaime se deparou com uma situação objetiva posta pela sociedade maringense, com os desafios que esta conjuntura colocava à Igreja e com a dinâmica de luta entre católicos e seus oponentes no interior das suas questões pertinentes, agiu e reagiu de acordo com as pré-condições incorporadas durante sua história de vida, desde o seu nascimento, incorporando e interagindo com as disposições duráveis em seu *habitus*, como propõem Pierre Bourdieu, por assim considerar que o conceito de *habitus* deva ser algo possível, que possua uma enorme potência geradora. Em outros termos, o *habitus* é um produto dos condicionamentos que tende a produzir e reproduzir a lógica objetiva dos condicionamentos, mas introduzindo neles uma transformação. É uma espécie de máquina transformadora que faz com que os agentes sociais reproduzam as condições socioculturais de suas próprias produções, mas de uma maneira relativamente imprevisível, de forma tal que não se possa passar simples e mecanicamente do conhecimento das condições de produção ao conhecimento dos produtos produzidos.¹⁰⁷

Dotado de um *habitus* determinado, o agente se posiciona na estrutura social para ocupar um lugar específico na produção material e/ou simbólica a partir de sua relação com outros agentes, lugar que constitui um campo de atividade humana onde os agentes e as instituições estão em constante luta, com forças diferentes e segundo as regras constitutivas deste espaço de jogo, para se apropriar dos lucros específicos que estão em jogo. É nesse campo que ocorre a luta entre o novo que está entrando e tenta forçar o direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir toda a concorrência, visando à apropriação dos espaços e objetos em disputa.¹⁰⁸

Considere-se a idéia de Bourdieu segundo a qual “para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputa e pessoas prontas para disputarem o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputa, etc.”¹⁰⁹ A estruturação desse *habitus*, que tornou Jaime Luiz Coelho apto a jogar ao lado dos católicos na luta pelas concepções dogmáticas da doutrina católica do período em questão, ele pôde buscá-la tanto nas condições familiares que encontrou desde o

107 BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983. p. 104.

108 BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983. P. 89.

109 BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983, p. 89.

seu nascimento ¹¹⁰ quanto em sua formação escolar e ainda no seminário. Isto porque, novamente segundo Bourdieu, “o *habitus* adquirido na família está no princípio da estruturação das experiências escolares, o *habitus* transformado pela escola, ele mesmo diversificado, estando por sua vez no princípio da estruturação de todas as experiências ulteriores”.¹¹¹

Sem incorrer em um subjetivismo histórico de cunho fenomenológico que parta de experiências individuais para entender a estrutura social, fazem-se necessários algumas reflexões e questionamentos sobre as formas de atuação deste sujeito histórico.. Apesar dos determinantes e condicionantes históricos em suas relações socioculturais imbricadas, os fatos contribuíram de forma decisiva e original para a formação do caráter histórico de conduta, determinando tanto fatores individuais quanto sociais na construção das relações identitárias aí constituídas.

2.1 - O ENVOLVIMENTO DE DOM JAIME COM O CAMPO ECLESIASTICO

Dom Jaime Luiz Coelho, filho de João Amélio Coelho e Guilhermina Cunha Coelho, o oitavo de quatorze irmãos, nasceu em Franca, Estado de São Paulo, a 26 de julho de 1916, tendo sido batizado no dia 02 de outubro do mesmo ano. Fez sua primeira comunhão no dia 08 de dezembro de 1926 e foi crismado pelo primeiro bispo de Ribeirão Preto, Dom Alberto José Gonçalves, em 1920. Filho de uma abastada família católica, completou seus estudos primários na Escola Reunida de Cristais, distrito de Franca, onde residiu depois dos três aos doze anos de idade. Em 1929, quando a família transferiu residência para Franca, iniciou o curso ginásial no Colégio Champagnat, dos Irmãos Maristas. Foi aluno do Colégio São José,

110 O Melhor Presente: Dona Guilhermina mãe de Dom Jaime, ao comemorar os seus 89 anos de idade, dia 17 último, recebeu o carinho de seus filhos, parentes e amigos. Deus, nosso pai, pelas mãos imaculadas de Maria a abençoou copiosamente. E entre todos os presentes recebidos, que traduziam o afeto daqueles que lhe querem bem, Dona Guilhermina recebeu um belo presente, que, certamente nos planos de Deus, foi o melhor de todos: uma carta, que abaixo transcrevemos: Eis o texto que tanto enobrece a alma de quem a escreveu: “Maringá, 17 de junho de 1978”. - Prezada Senhora Guilhermina. A Senhora não me conhece, mas, tenha certeza, eu a conheço, se não pessoalmente, através de seu filho, Dom Jaime, pois foi ele que nos idos do ano de 1959, usando de seu coração, ajudou minha Mãe e ela teve condições de melhor encaminhar este que lhe escreve que naquela época com 14 anos, começava a engatinhar na vida. Hoje, já com 33 anos, muitos anos após, não me esqueço como jamais esquecerei, a ajuda recebida na hora certa, no momento oportuno, através de seu filho. Acredite que Dom Jaime é um dos principais responsáveis, ao lado de minha querida mãe, pelo que hoje sou: gerente de uma casa financeira e bacharel em Direito. É por isso que lhe digo (VOCÊ) permita, Dona Guilhermina é uma Senhora Mãe, pois só uma pode ter um filho como o seu. Assim neste dia, quero deixar registrado, em meu nome e de minha querida mãe, os votos de eterna felicidade pelo transcurso de seu aniversário e meu eterno agradecimento. (Assinado) “POR TRÁS DE TODO FILHO BEM SUCEDIDO HÁ SEMPRE A MÃO DE UMA MÃE A AMPARÁ-LO”. In: FOLHA DO NORTE DO PARANÁ, Maringá, terça – feira, 20 de junho de 1978. p. 03.

111 BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática: Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática, 1994, p. 80.

em Batatais, por um ano, seguindo em 1932 para o Seminário Menor Diocesano de Campinas. Possuidor de uma personalidade forte, sempre esteve envolvido em questões religiosas. Destarte, implícita e explicitamente, Jaime Luiz Coelho desde tenra idade já estava adquirindo um “*sistema de disposições*” pelo qual se orientava a intervir nas disputas próprias do campo religioso, conforme interesses e concepções dos diversos segmentos católicos imbricados.

Em 1935 ingressou no Seminário Central Imaculada Conceição do Ipiranga, em São Paulo, onde cursou Filosofia e Teologia, e recebeu a ordenação sacerdotal na Catedral de São Sebastião de Ribeirão Preto, aos 07 de dezembro de 1941, ordem conferida por Dom Manuel da Silveira D’Elboux, então Bispo auxiliar de Dom Alberto José Gonçalves. No dia seguinte, na igreja matriz de Franca, celebrou a sua primeira missa solene, tendo no mesmo dia abençoado o casamento de sua irmã Jupira Coelho com Paulo Prado.

A atuação do Padre Jaime Luiz Coelho na Catedral de São Sebastião por certo o projetou ainda mais como defensor dos princípios e interesses da Igreja no campo eclesiástico, pois, tendo-se ordenado sacerdote, logo após foi nomeado Vigário Cooperador daquela Catedral em 1942, ocupando em seguida o cargo de Secretário Geral do Bispado e Chanceler da Cúria Diocesana de Ribeirão Preto. Em agosto de 1944 foi nomeado Cura da Catedral de Ribeirão Preto, depois Cônego Honorário da mesma catedral em 1949.

Foi diretor diocesano do ensino religioso e das congregações marianas; assistente diocesano da Juventude Estudantil Católica (JEC), da Juventude Independente Católica (JIC), da Juventude Operária Católica (JOC) e do Círculo Operário Católico. Em 1950, na sede vacante de Ribeirão preto, foi nomeado representante do Administrador Apostólico, Dom Manuel da Silveira D’Elboux, então nomeado arcebispo de Curitiba.

Em 1955,, nomeado Procurador Diocesano do seminário de Ribeirão Preto, percorreu toda a diocese em campanha vocacional e financeira para a construção do novo seminário da diocese. Em maio de 1956 foi nomeado Monsenhor (Camareiro Secreto do Papa Pio XII), e a 03 de dezembro do mesmo ano foi escolhido por Pio XII como primeiro bispo da nova diocese de Maringá, criada pela bula “*Latissimas Partire Ecclesias*” em primeiro de fevereiro de 1956 e desmembrada da diocese de Jacarezinho.

Dom Jaime Luiz Coelho foi sagrado bispo na catedral de Ribeirão Preto, onde era cura, no dia 20 de janeiro de 1957. Chegou a Maringá no dia 24 de março de 1957, desembarcando no aeroporto de Maringá, para tomar posse da nova diocese. Tomou como lema: “IN OMNIBUS CHRISTUS” (Cristo seja tudo em todos” frase extraída de

Colossenses: 3, 11 e lema do brasão enquanto 1º bispo de Maringá.¹¹², A diocese fora erigida canonicamente em no dia 03 de dezembro de 1956. A bula pontifícia que oficializou o ato, ao mesmo tempo nomeava-o titular responsável pela recém-criada diocese e o designava para exercer a função de bispo da nascente cidade de Maringá. A solenidade de posse ocorreu aos 24 de março de 1957, em praça pública, defronte à Catedral de Maringá, localizada na Zona 01, área central de Maringá.

A cerimônia teve início com a leitura da bula de Pio XII “*Latissimas Partire Ecclesias*”, que criava a diocese de Maringá, e ainda da bula de nomeação do seu primeiro bispo, Dom Jaime Luiz Coelho, ambas as leituras feitas por Monsenhor Mário Pio Gasperi, auditor da Nunciatura Apostólica no Brasil . Estava presente Dom Manuel da Silveira D’Elboux, que fora nomeado Arcebispo de Curitiba. Afluíram para o local várias autoridades civis e militares, organizações leigas, alunos de colégios religiosos, além de sacerdotes representantes de outras dioceses. Na condição de consagrante, teve a presença do senhor bispo Dom Armando Lombardi, o qual era arcebispo titular da região episcopal de Cesárea de Felipe e ocupava o cargo de Núncio Apostólico no Brasil.

Entre a sua eleição, em 03 de dezembro de 1956, passando por 20 de janeiro de 1957, data de sua sagração episcopal na catedral de São Sebastião de Ribeirão Preto – SP, , até 24 de março de 1957, data da instalação canônica da diocese de Maringá, Dom Jaime retirou-se para escrever sua carta pastoral. Ainda em 1957, Dom Jaime apresentou à diocese de Maringá as diretrizes pastorais delineadas em sua Carta Pastoral, marcando a instalação canônica da diocese de Maringá e a sua posse como primeiro bispo diocesano.

Nessa carta manifestava o seu desejo de tornar mais conhecida a doutrina da Igreja sobre a plenitude do sacerdócio, ou seja, a ordem episcopal em plenitude, a qual se constituía, segundo ele, em ensinar e reger o Povo de Deus a ele confiado, querendo ressaltar sua autoridade episcopal.

112 Brasão de Armas de Dom Jaime Luiz Coelho – 1º Bispo Diocesano de MARINGÁ, no Paraná. Tendo como DESCRIÇÃO HERALDICA: ESCUDO: Campo de azul, em contorno português, com a monograma de CRISTO -X e P -de ouro, em chefe, encimando uma flor-de-lis de prata, em ponta. ORNATO -Chapéu prelatício, de verde, com duas séries de seis borlas também verdes, pendentes, uma, duas, três, nos flancos. TIMBRE - Cruz peitoral de ouro. LEMA - Em ponta, e sem listel: “IN OMNIBUS CHRISTUS”. COMENTÁRIO: Nossa Senhora, no inefável mistério da Maternidade Divina, entrega ao mundo o seu Filho, o Verbo Encarnado, que veio à terra para abrir aos homens as portas do Céu. Sob a proteção de Maria quer Sua Excelência realizar o seu lema: levar Cristo aos seus Diocesanos, conforme o desejo do grande Apóstolo São Paulo, traduzido em sua epístola aos Colossenses, para que "CRISTO seja tudo em todos", e assim possam eles alcançar a salvação eterna. (Colossenses III, II). A flor-de-lis em prata, símbolo de Nossa Senhora, apresenta o monograma em ouro - CRISTO - tudo em campa azul, a Diocese e a Igreja: JESUS, Filho de Maria, Rei do céu e da terra. In: COELHO, Dom Jaime Luiz, Os vinte e cinco anos da diocese de Maringá. Artes gráficas Farroupilha, Maringá, 21 de março de 1982 (Revista comemorativa pelo JUBILEU DE PRATA EPISCOPAL de Dom Jaime Luiz Coelho), p. 12.

Através desse documento, Dom Jaime deixou transparecer a noção de que acreditava na possibilidade de a Igreja ter condições de integrar a fundação de uma nova ordem social, em que a colaboração entre as classes viria a partir da organização cooperativa norteadas pelas relações e princípios eclesiais. Especificamente em Maringá, essas relações e princípios eram delineados por ele próprio, haja vista ser ele o representante oficial da Igreja Institucional. Acreditava que a reorganização da sociedade brasileira seria constituída a partir dessa nova e moderna concepção eclesial - corporativa, católica, antiliberal e até mesmo anticomunista.¹¹³

Quando Dom Jaime tomou posse da diocese de Maringá, esta se apresentava com uma administração rudimentar que funcionava em moldes bastante elementares, com vinte e quatro municípios, possuindo quinze paróquias, vinte e dois sacerdotes regulares e sete sacerdotes seculares. Contava ainda com uma congregação religiosa masculina, que trabalhava no hospital e maternidade da Santa Casa de Maringá e mais seis congregações femininas distribuídas no território diocesano. Já possuía dois seminaristas no seminário maior do Rio de Janeiro e vinte e quatro seminaristas no seminário menor de Jacarezinho. A diocese possuía 450 mil habitantes divididos numa área de 14.902,67km². Durante os primeiros anos de sua administração, teve que estruturar a administração da diocese, propiciando-lhe condições para se desenvolver e adquirir o perfil moderno e tecnológico que ela exibe atualmente. O novo bispo teve que se dedicar ao estudo dos problemas existentes, visitando e conhecendo as paróquias e capelas, buscando meios e condições para administrar e construir a diocese em suas mais variadas necessidades e carências.

Empossado, Dom Jaime passou o primeiro ano dedicado ao estudo dos problemas da diocese, com visitas às paróquias e capelas, preparando-se para receber novas forças das diversas congregações que pudessem ajudá-lo nessa nova empreitada.

A possível falta de experiência episcopal de Dom Jaime para o exercício do seu cargo como bispo da Diocese de Maringá, em parte, pôde ser contrabalançada pelo auxílio que lhe prestaram as várias congregações por ele convidadas, as quais, em pontos estratégicos da

113 Termina sua carta pastoral determinando sua publicação e leitura dominical em toda a diocese, deixando transparecer os indicativos de uma gestão autoritária que viria a ser realizada por ele: “Nomine Domini invocato, Hei por bem determina: 1º - Seja lida esta minha Carta Pastoral à estação da missa dominical, logo após a sua recepção, em todas as matrizes e capelas da diocese; 2º - Dêem os Reverendíssimos Sacerdotes, até nova determinação, quando as rubricarei, a coleta “De Spiritu Sancto”, pedindo luzes celestes para o bom governo da diocese; 3º - Seja esta carta pastoral registrada no livro tomo e conservada no arquivo paroquial.” + Jaime, Bispo de Maringá. COELHO, Dom Jaime Luiz. CARTA PASTORAL de Dom Jaime Luiz Coelho – 1º Bispo Diocesano de Maringá, Paraná - Sobre a PLENITUDE DO SACERDÓCIO E DE SAUDAÇÃO AOS SEUS DIOCESANOS – 1957. p. 44. (Impresso por Artes Gráficas Farroupilha Ltda, Maringá, Pr).

diocese, ocuparam cargos importantes.¹¹⁴ Essas congregações estabeleceram e mantiveram uma boa relação com o bispo, o que tornou possível a Dom Jaime recorrer a elas tanto para a promoção da educação cristã quanto para a manutenção financeira da recém-criada diocese.¹¹⁵

A primeira medida por ele tornada neste sentido consistiu em efetuar um levantamento minucioso de todas as atividades existentes para em seguida concentrá-las na Cúria Diocesana. Separou serviços improdutivos e deficitários, extinguindo-os. Buscando a obtenção de maior racionalidade administrativa, eliminou duplicidade de funções e os servidores porventura excedentes foram aproveitados, após treinamento específico, em outras atividades.

Uma gama bastante diversificada de serviços internos de apoio foi criada, surgindo, graças à sua iniciativa, uma biblioteca central da diocese, um arquivo geral, bem como uma livraria destinada a facilitar a aquisição de material gráfico e livros em geral em condições especiais, por parte de paróquias, movimentos leigos etc.

Opondo-se a uma antiga cultura de improvisação e imprevisibilidade, Dom Jaime instituiu como norma o planejamento de atividades e a previsão orçamentária anual. Posteriormente criou o *Conselho para Assuntos Econômicos*, órgão que viria a ser

114 No primeiro ano, após sua criação, a diocese de Maringá assim se apresentava, quando, da posse do 1º Bispo: 24 municípios; 15 paróquias; 22 sacerdotes regulares; 07 sacerdotes seculares; 01 congregação de religiosos – Hospital e Maternidade Santa Casa; 06 congregações religiosas femininas; 02 seminaristas – maiores (Seminário do Rio de Janeiro); 24 seminaristas menores (Seminário de Jacarezinho); 450 mil habitantes e área de 14.902,67 km². O primeiro ano foi dedicado ao estudo dos problemas com visitas às paróquias, capelas e preparação para receber novas forças. No dia primeiro de setembro chegaram as Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado abrindo a Casa de Nossa Senhora da Glória em Maringá. Em dezembro chegaram os Irmãos Maristas que recebem da Diocese o Ginásio Maringá. As Irmãs Missionárias do Santo Nome de Maria assumem em Maringá, a Escola Paroquial Santo Inácio, mais tarde ampliada para colégio e Escola Normal. Foi fundada junto à casa das Irmãs Missionárias a Obra do Tabernáculo. Realizou-se, com a orientação das Irmãs Paulinas, a primeira Semana Bíblica. Primeiros contatos com o Japão, a fim de se conseguir a vinda do Padre Miguel Yoshimi Kimura, para ocupar-se do apostolado catequético junto à colônia Nipo-Brasileira. Ano em que visitou 61 localidades da diocese (paróquias e capelas) com a administração de 26.548 crismas. . Paróquias de então: Maringá – Catedral; Maringá São José (Vila Operária); Alto Paraná, Bom Sucesso, Jandaia do Sul, Loanda, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Nova Esperança, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Paranavaí, São João do Caiuá, Tamboara e Terra Rica (esta não instalada). In: COELHO, Dom Jaime Luiz, Os vinte e cinco anos da diocese de Maringá. Artes gráficas Farroupilha, Maringá, 21 de março de 1982 (Revista comemorativa pelo Jubileu de Prata Episcopal de Dom Jaime Luiz Coelho), p. 35.

115 O Papa João Paulo II, na sua Exortação apostólica sobre a VIDA CONSAGRADA e a sua MISSÃO na IGREJA e no MUNDO, datada de 25 de março de 1996. Diz: "A VIDA CONSAGRADA, profundamente arraigada nos exemplos e ensinamentos de Cristo Senhor, é um dom de Deus Pai à sua Igreja, por meio do Espírito. Através da profissão dos conselhos evangélicos. Os traços característicos de Jesus - virgem, pobre e obediente - adquirem uma típica e permanente "visibilidade" no meio do mundo, e o olhar dos fiéis é atraído para aquele mistério do Reino de Deus que já atua na história, mas aguarda a sua plena realização nos céus. Ao longo dos séculos, nunca faltaram homens e mulheres que, dóceis ao chamamento do Pai e à moção do Espírito, escolheram este caminho de especial seguimento de Cristo, para se dedicarem a Ele de coração "indiviso" (cf. 1 Cor 7.34). Também eles deixaram tudo, como os Apóstolos, para estar com Cristo e colocar-se, como Ele, ao serviço de Deus e dos irmãos. Contribuíram assim para manifestar o mistério e a missão da Igreja, graças aos múltiplos carismas de vida espiritual e apostólica que o Espírito Santo lhes distribuía, e Deste modo concorreram também para renovar a sociedade".

responsável pela supervisão e acompanhamento da política econômico-financeira do governo diocesano. Composto pelo ecônomo, pelo coordenador da pastoral, um representante das pastorais definidas como prioritárias durante o ano orçamentário, além de um secretário técnico e ainda um representante do setor de serviços, o conselho era presidido pelo próprio Dom Jaime. A previsão orçamentária anual passou a ser planejada e realizada sob a coordenação do bispo, com a participação de todos os setores pastorais e de serviços, discutida e aprovada pelo *Conselho para Assuntos Econômicos*, para finalmente ser apresentada em reunião geral do clero, juntamente com o balanço anual analítico, elaborado em linguagem expurgada de termos estritamente técnicos, visando a uma melhor compreensão por parte dos padres. Medidas como essas tinham por objetivo conceder uma impressão de transparência à administração diocesana e imprimir um efetivo cunho participativo aos seus atos.

Dom Jaime ampliou os espaços físicos das paróquias, visando compatibilizar suas instalações com o crescente número de atividades que lá iam sendo acolhidas. Já no espaço da Cúria Metropolitana, fez construir uma sobreloja em um dos pavimentos originais do prédio, espaço que se transformou na casa paroquial da catedral. Com idêntica finalidade, as futuras construções deixaram de ser imensos salões para passarem a ser espaços mais subdivididos em compartimentos menores, proporcionando ganhos expressivos de novas acomodações, passando seus ocupantes a trabalhar com mais conforto e a ter mais possibilidades de realizar várias reuniões concomitantemente.

Dom Jaime era um homem preocupado com o sucesso decisivo da formação da diocese e possuidor de uma visão empreendedora. Suas primeiras ações se constituíram na iniciativa de convidar novas congregações religiosas para ajudarem no processo de formação do escopo da então criada diocese. Com isso, já nesse ano, aos primeiros dias do mês de setembro, chegaram as Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, abrindo a Casa de Nossa Senhora da Glória em Maringá. Em dezembro chegaram os Irmãos Maristas, com os quais já era familiarizado, por ter concluído sua formação inicial num de seus colégios. Essa congregação recebeu da diocese o Ginásio Maringá, resolvendo assim um grande problema estrutural e financeiro a respeito do ginásio. Dom Jaime sabia que para resolver bem esta questão deveria encaminhá-la a uma congregação que tivesse, acima de tudo, condições financeiras para manter e reformar o prédio. As irmãs Missionárias do Santo Nome de Maria, também recém-chegadas, assumiram em Maringá a Escola Paroquial Santo Inácio, mais tarde transformada em Colégio e Escola Normal. Também foi fundada junto à casa dessas

religiosas a Obra dos Tabernáculos, e duas delas vieram para ser governantas e ajudar nos serviços domésticos da residência episcopal.

Tentando convidar religiosas e religiosos que pudessem, de imediato, resolver problemas e questões concretas do dia-a-dia, convidou as Irmãs Paulinas, as quais passaram a realizar as primeiras “semanas bíblicas”. Seriam também elas que mais tarde assumiriam a livraria, como uma espécie de terceirização do setor. Oficializaram-se os primeiros contatos com o Japão, a fim de se conseguir a vinda do Padre Miguel Yoshimi Kimura, para ocupar-se do apostolado catequético junto à colônia nipo-brasileira. Isso se deu porque Dom Jaime constatou que esta região do Norte do Paraná - principalmente Londrina e Maringá - recebera grandes levas de colonos japoneses e descendentes, e não poderia perder de vista o potencial desses imigrantes.

As paróquias existentes nesse período nas cidades da diocese eram: em Maringá, a paróquia São José (Vila Operária) e a Catedral, e fora da sede, as de Alto Paraná, Bom Sucesso, Jandaia do Sul, Loanda, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Nova Esperança, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Paranavaí, São João do Caiuá, Tamboara e Terra Rica (esta não instalada). Dom Jaime realizou 61 visitas pastorais às diversas localidades da diocese (paróquias e capelas) ministrando 26.548 crismas.

No ano de 1958 iniciaram-se os trabalhos preparatórios à construção do Seminário Diocesano, desenvolvendo-se em toda a diocese intensa campanha em favor da mais importante obra da diocese da época. Também se promoveu uma grande iniciativa para construção, de alvenaria, de novas igrejas matrizes e suas casas paroquiais, bem como de colégios religiosos. Quando da instalação da diocese, havia apenas três igrejas de alvenaria: a de Mandaguari, quase concluída, a de Jandaia do Sul e a de Marialva, em início de construção. As demais igrejas, inclusive a catedral, eram de madeira.

Além da criação de várias paróquias, um fato chama a atenção nesse ano: a fundação da Livraria Católica, depois entregue às Irmãs Paulinas e chamada hoje de Livraria São Paulo. As Irmãs Paulinas ajudaram a diocese nos primeiros retiros e no recrutamento de moços e moças para as fileiras consagradas da Igreja. Esses recrutamentos eram feitos a partir de semanas vocacionais, realizadas em todas as paróquias.

Aberto às novas tecnologias que a modernidade propiciava, D. Jaime sempre teve a preocupação de se manter “antenado” aos avanços sociais que a modernidade poderia propiciar-lhe. Desta forma, já nesse ano, iniciou um programa diário na Radio Cultura de Maringá, intitulado “Por um Mundo Melhor”, e uma coluna religiosa no então jornal escrito “O Jornal” de Maringá, isso em 1º de janeiro. Em 15 de agosto houve o lançamento das

pedras fundamentais (pedaços de mármore vindos de Roma e bentos por Pio XII) da catedral e do seminário diocesano, com a presença do arcebispo de Curitiba e senhores bispos de Ribeirão Preto e Londrina, além do representantes da Nunciatura Apostólica.

A preocupação e o envolvimento no campo social e econômico também já se faziam presentes nesse período, com a criação da “*Marcha da Produção*”, movimento pelo qual se reivindicou a autorização da plantação da lavoura cafeeira junto ao Governo Federal, com o apoio da diocese. Houve também a preocupação de que fossem outorgadas à Cúria as escrituras de posse dos terrenos das paróquias e de todos os territórios diocesanos, para assim oficializar sua posse. O bispo realizou um minucioso levantamento dos bens patrimoniais da diocese, fazendo com que esses bens, pela primeira vez, pudessem estar dispostos para darem a real dimensão física do território, do valor monetário real, bem como de sua destinação e volume de rendas eventualmente geradas por tais propriedades. Com essa iniciativa foi possível abrir mão de empreendimentos deficitários ou que pudessem apresentar melhor desempenho se gerenciados por outra instituição, excetuando-se aqueles vinculados intrinsecamente à missão pastoral da Igreja.

Com essas ações, Dom Jaime manteve uma reserva de caixa, principalmente para contornar possíveis pendências judiciais outras, das quais algumas poderiam pôr em risco a reputação dos padres e/ou principalmente da diocese, buscando sempre uma média entre os interesses da Mitra Diocesana e a qualquer parte reclamante. O bispo tinha a preocupação de regularizar a situação trabalhista dos funcionários da diocese e das paróquias, assegurando-lhes o usufruto de todos os direitos e deveres legais.

Essa questão foi importante pelo fato de o registro dos funcionários das dioceses ainda não ser uma prática comum em muitas das mais velhas, prevalecendo relações de trabalho sem vínculo institucional, aspecto bastante difundido na Igreja Católica, assim como em numerosas outras instituições. Por “absoluta” boa fé entre patrão e empregado, além de uma histórica falta de hábito neste sentido, quase nunca eram celebrados contratos formais de trabalho. Acordos tácitos existiam apenas por sinal, e eram religiosamente honrados por ambos os lados. Os funcionários cumpriam sua jornada e desempenhavam suas funções, a diocese pagava-lhes os salários.

Essas práticas, eivadas de paternalismo, afora constrangimentos e vulnerabilidade a que deixavam submetidos os eventuais funcionários, tornavam-se bastante onerosas para a própria instituição, pois em certos casos esta deveria continuar com a manutenção desse funcionário mesmo depois de não estar mais prestando serviços.

Outra preocupação era com o patrimônio, envolvendo também os bens culturais, artísticos e principalmente arquitetônicos da diocese. Mesmo sendo uma cidade relativamente nova, Maringá e algumas cidades da diocese, em sua área de abrangência, possuem grande número de imóveis entre igrejas e capelas, consideradas de alto valor histórico e cultural, alguns referenciados como verdadeiras relíquias para alguns fiéis. É fundamental a manutenção e guarda deste patrimônio religioso, pois em última análise, estes bens representam e personificam o patrimônio material da história da diocese.

Desta forma, já em 1959 Dom Jaime criou o Ano Catequético e de preparação espiritual tendo em vista o Congresso Eucarístico Diocesano, que se realizaria no ano seguinte. Além disso, houve a criação de novas paróquias, bem como de escolas e jardins de infância e, ainda, o aumento do número de seminaristas e padres. Fundamental nesse ano foi a criação da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Maringá, concretizada pela Lei 4070, de 28 de agosto de 1959. A Faculdade de Economia foi criada por sugestão de Dom Jaime ao então governador do Estado, o qual o convidou para ser o primeiro diretor da instituição, cargo que ocupou até 1964.

Vale ressaltar aqui que alguns políticos (em especial o deputado estadual Neo Alves Martins) sugeriram a Dom Jaime que Maringá devesse ter primeiramente a faculdade de Direito, mas sendo Dom Jaime um homem preocupado com o desenvolvimento da diocese, foi ter com o governador e sugeriu que fosse criada primeiramente a faculdade de Economia, e não a de Direito, haja vista estar a cidade necessitando muito mais de economistas do que de advogados; e assim procedeu o governador.

Além destes fatos, houve nesse ano a realização do primeiro encontro diocesano da Juventude Estudantil Católica (JEC) e o início da colocação das sapatas da nova catedral ¹¹⁶, bem como o alicerce do seminário diocesano e a ampliação do Hospital Santa Casa de Maringá. Realizou convênio com o FATR (?) para o funcionamento do Albergue Noturno, a ser dirigido pelas Irmãs Vicentinas, e promoveu a organização da Sociedade de São Vicente de Paulo (Conferência Vicentina) em diversas paróquias. Mas um dos mais importantes acontecimentos desse ano foi a convocação, pelo Papa João XXIII, do Concílio Ecumênico, que ficou conhecido como “*Concílio Ecumênico Vaticano II*”.

No ano de 1960 foram criadas sete novas paróquias, perfazendo o número de trinta já constituídas. Os padres palotinos entregaram a paróquia da Catedral, a qual passou a ser

116 HOLANDA, Aurélio Buarque. Dicionário de Língua Portuguesa. São Paulo, 2003. A expressão “sapata” tem vários significados, em especial, a respeito da construção civil, pode significar: Fundação isolada, geralmente de concreto armado, cuja altura é pequena em relação à base. Peça de madeira sobre um pilar, a qual reforça ou equilibra a trave que nela se assenta.

gerida por padres seculares. Desde então, houve uma preocupação em estudar e implantar um plano de “Providência do Clero”, principalmente por causa da Santa Casa de Misericórdia, a qual passaria definitivamente para a administração dos Irmãos da Misericórdia. Era esse elemento mais um dos indícios da importância de várias congregações na diocese, as quais deveriam prestar suporte à diocese, ajudando no que fosse preciso, tanto pastoral quanto financeiramente.

Nesse mesmo período aconteceu a fundação do Centro Cultural e Social São Francisco Xavier, para a missão japonesa, e a realização das “Santas Missões Populares”. Essas missões foram pregadas pelos padres passionistas, em preparação ao Primeiro Congresso Eucarístico Diocesano e ao Congresso Eucarístico Nacional de Curitiba. Nos dias do Congresso Eucarístico foi realizada uma exposição de arte sacra contendo representações da liturgia, catequese, vida paroquial e diocesana, obras de vocações sacerdotais e seminários diocesanos, bem como a apresentação pública de artes religiosas.

Nesse mesmo ano foi fundado o Movimento Familiar Cristão na diocese e ocorreu a intensificação das obras e dos alicerces da catedral. Ocorreu, também, a ordenação sacerdotal do primeiro padre da diocese, Padre Benedito Vieira Telles, mais conhecido como “Cônego Telles”, o qual acabou rompendo relações com a diocese.

Já no ano de 1961 houve a festa da colocação da cumeeira do seminário diocesano, festa sem muita relevância histórica se não fosse a presença do recém-empossado governador do Estado, General Ney Aminthas de Barros Braga, demonstrando, assim, as boas relações que o bispo mantinha. Dom Jaime fazia questão que tanto as autoridades civis quanto as eclesíásticas fizessem parte das cerimônias, das festas, das inaugurações e de outros acontecimentos, demonstrando, dessa forma, os seus vínculos institucionais e a sua opção ideológica já constituída.

Outra contribuição de Dom Jaime para com a diocese materializou-se na preocupação constata do bispo de nesse ano constituir o patrimônio paroquial (diocesano), institucionalizando e obrigando todas as paróquias a utilizarem o “livro-tombo”, espaço reservado para o registro de todo e qualquer bem patrimonial paroquial da diocese.

Também houve um encontro ecumênico, promovido e orientado por um sacerdote jesuíta, Padre Paulo Okejak, da paróquia São José Operário, onde se realizaram reuniões com sete pastores evangélicos, numa tentativa de esclarecimento e união.

Nesse mesmo ano, dois fatos foram determinantes para se entenderem os engendramentos sociais que se estabeleceram na diocese mostrando a vertente por onde o bispo caminhou. O primeiro fato foi o da fundação da *Frente Agrária Paranaense*, com a

“Festa da Lavoura”, por ocasião da visita a Maringá do deputado comunista Francisco Julião, em 13 de agosto, e a construção das obras do Centro Catequético Nipo-Brasileiro. O segundo fato foi o início da organização da sociedade diocesana para o lançamento do jornal matutino *Folha do Norte do Paraná*, o qual tinha como mantenedora a Cúria Diocesana, sob a responsabilidade de Dom Jaime.

No ano de 1962, no quinto aniversário de instalação da diocese, a 24 de março, inaugurou-se o primeiro pavilhão do Seminário Diocesano Nossa Senhora da Glória, com a presença de vários bispos do Paraná e alguns do Estado de São Paulo e Santa Catarina, bem como do governador do Estado e de diversos secretários, e ainda de milhares de populares. Fez-se também presente Monsenhor José Mess, representado o Núncio Apostólico, o qual transmitiu, em nome do Papa João XXIII, uma especial bênção aos superiores, alunos, benfeitores e participantes. O papa também enviou uma generosa oferta (?) para o prosseguimento das obras do seminário.

Nesse mesmo ano aconteceu também o primeiro aniversário da *Frente Agrária Paranaense*, o qual se comemorou com uma grande concentração de lavradores e de sindicatos rurais fundados pela organização. Nesse período notava-se grande agitação comunista no Norte do Paraná, à qual Dom Jaime tinha uma postura contrária. Para se contrapor a essa tendência promoveu a chamada “*Semana Ruralista e Formação de Líderes Sindicais Rurais*”, movimentação pela qual mantinha contatos com o Instituto das Oblatas de Santa Úrsula, de Jundiaí, para a assistência rural e a formação dos primeiros sindicatos rurais na diocese e no Norte do Paraná. O bispo sempre delimitava a ação dos trabalhadores rurais segundo suas convicções ideológicas.

Também importante nesse ano foi o início da circulação da *Folha do Norte do Paraná*, aos 27 de setembro, um jornal diário de propriedade da Editora Folha do Norte do Paraná S/A. O fundador e diretor-presidente desse jornal era o próprio bispo Dom Jaime, que com esse instrumento pôde delinear as relações socioculturais e políticas em seu entorno. Com um veículo de comunicação desse porte poderia aglutinar ou dispersar quaisquer idéias e intenções na sociedade, haja vista ser um jornal diário mantido pela diocese e considerado digno de fé.

Sobre as várias construções na diocese, Dom Jaime soube muito bem como tornar tudo exequível. Enquanto os fiéis de outras cidades da diocese colaboravam para a construção do seminário, os de Maringá colaboravam para o prosseguimento da construção da catedral.

Aconteceram também nesse período as primeiras quatro sessões do Concílio Ecumênico Vaticano II, ocorridas entre 10 de outubro de 1962 a 08 de dezembro de 1963 em

Roma, das quais Dom Jaime participou e que deixaram claras a amplitude e a profundidade das mudanças que estavam por acontecer na Igreja. O leque de temas abordados abrangia questões litúrgicas, como aquelas relacionadas à introdução de idiomas vernáculos na celebração dos ofícios e outras atinentes à unidade dos cristãos. Estava implícita a intenção de promover uma significativa abertura da instituição religiosa em face de outras confissões e de atribuir um papel mais participativo do laicato na celebração dos ofícios.

Ao mesmo tempo, a diocese recebia os reflexos da conjuntura difícil que o Brasil atravessava. Sua área de abrangência constituía um dos focos mais ativos da efervescência político-social que envolvia o país. Vários fatores contribuíam para isso, um deles representado pela própria condição de ser Maringá uma cidade recém-inaugurada, que caracterizava por ser marcadamente despolitizada.

A cidade constituía-se em um centro por excelência de irradiação e rebatimento de embates ideológicos e era um pólo tradicional de atração de migrantes. Além disso, passava por um rápido processo de ocupação e conseqüentemente sofria a inchação demográfica que caracterizava os grandes centros urbanos. Este fenômeno era fortemente alimentado pelas transformações ocorridas no Brasil de forma geral. O processo de industrialização e modernidade, que o país já iniciava com orgulho, incorporava a mecanização das empresas e dava início aos sérios problemas de desemprego que até hoje enfrentamos, ao mesmo tempo em que fomentava um tipo de trabalho assalariado instável, dado o caráter sazonal da produção nas lavouras de café.

Nos velhos armazéns, reduzidos à condição de meros fornecedores de café para as indústrias de beneficiamento, predominavam relações de trabalho pré-capitalistas ou semi-escravagistas. Ocorreu ainda que em toda a diocese foram criados sindicatos rurais cristãos com a finalidade de planificar o desenvolvimento da região em bases modernas, isto implicando na superação de estruturas arcaicas, como o latifúndio, o êxodo rural, o desemprego e, acima de tudo, a formação católica do “bom e comportado cidadão”.

Essas questões acabaram dando o tom ao ano de 1963, em que Dom Jaime estabeleceu suas metas de evangelização através do seu Plano Pastoral, o qual se constituía por uma intenção de catequese dada nos mais diversos graus e estudos, tentando assim estar em coerência com os Planos Emergenciais elaborados pela CNBB.

A *Frente Agrária Paranaense*, embora incompreendida até mesmo pelo Ministro do Trabalho, continuou seu programa de esclarecimento e assistência ao pequeno trabalhador rural. No seu segundo aniversário, promoveu um grande desfile com 36 sindicatos rurais, denunciando através de uma “Carta Sindical” o que os tais sindicatos denominavam agitação

e proteção aos comunistas. Esses acontecimentos com suas características peculiares formavam um caldo de cultura favorável à propagação das propostas defendidas na época pelos setores de esquerda, que, além da reforma agrária, incluíam medidas nacionalistas e de mudanças nas leis trabalhistas, dentre outras.

Nesse contexto, surgiram as *Ligas Camponesas*, criadas pelo advogado e deputado Francisco Julião, com o objetivo de lutar pela distribuição de terras e pela extensão da legislação trabalhista ao campo. O Partido Comunista Brasileiro, através do líder Gregório Bezerra, organizava sindicatos rurais, atuando em uma perspectiva de luta de classes.

Em Maringá alguns leigos ligados à diocese também incentivavam a formação de sindicatos, na linha da nova Doutrina Social da Igreja que então despontava, contrapondo-se aos sindicatos já criados, os quais nada tinham de revolucionário. A grande preocupação institucional gravitava em torno de ações como a do senhor Remo Massi, residente em Paranavaí, o qual era um benfeitor da diocese e que recebeu da Santa Sé o título de *Cavaleiro da Ordem Equestre de São Gregório Magno*, tornando-se, pois, Comendador Pontifício.

Dom Jaime, ao mesmo tempo em que se mantinha estritamente conservador, também assumira algumas posturas inovadoras. Além de abrir inúmeras escolas em toda a diocese, começou a fomentar e a deixar crescer um movimento para a criação da diocese de Paranavaí. Essa idéia foi lançada pelo próprio bispo, em vista da grande extensão territorial da diocese de Maringá. Não obstante, em novembro foram suspensas as obras da construção da catedral, por falta de auxílios substanciais que permitissem a continuação dos trabalhos. Concluídos apenas os alicerces e uma parte da cripta e da sacristia, a diocese acabou tendo que investir em outras prioridades, como, por exemplo, a ampliação de novos pavilhões da Santa Casa de Misericórdia. Outra particularidade é que alguns padres já usavam o *clergyman*, deixando assim de usar a batina e dando início à aplicação dos primeiros documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II.

O ano de 1964 foi marcado pela criação e fundação da *Cooperativa Agrícola de Maringá*, para os pequenos agricultores, tendo como sede a cidade de Maringá e abrangendo 37 municípios dentro do programa da *Frente Agrária Paranaense*. A Cooperativa tinha a função de trabalhar com a formação de líderes, em toda a diocese, gerenciando cursos regionais administrados por dois sacerdotes jesuítas, principalmente no meio rural.

Com essa cooperativa, ao todo já haviam sido fundados, pela Frente Agrária Paranaense, quarenta e seis sindicatos rurais, tanto na diocese quanto em outros municípios vizinhos. Para abrigar esses grupos, deu-se a construção do prédio da *Associação Diocesana*

de *Assistência Rural* (ADAR), com o auxílio integral dos católicos alemães da organização *Misereor*, num total de sessenta e dois mil cruzeiros.

Deu-se também em 1964 a chegada de alguns padres franceses para a diocese, os quais foram expulsos pelo governo comunista do Haiti, e teve início a *Cruzada do Rosário em Família*, com reuniões de grande concentração em Maringá, e também o início do *Terço em Família*, um programa que acontecia todos os sábados pela Rádio Cultura de Maringá. Nesse ano Dom Jaime conseguiu mais uma vez, graças às suas boas relações e capacidade de articulação com essas instituições européias e com Roma, a ajuda dos católicos alemães, através da organização *Adveniat*, para iniciar o segundo pavilhão do seminário diocesano, ao passo que as obras da catedral continuaram paralisadas durante o período.

Seu poder de influência e manipulação nas relações estabelecidas com as autoridades tanto eclesásticas quanto civis sempre foi uma característica marcante. Um bom exemplo disso foi que em 1964 o Núncio Apostólico Dom Armando Lombardi havia falecido, sendo substituído por Dom Sebastião Baggio, e já em 1965 esse recém-eleito Núncio Apostólico, a 30 de março, fez uma visita oficial à diocese, a convite de Dom Jaime, o que acabou se tornando um fato marcante para a vida religiosa da diocese, pois assim o bispo apresentava à diocese seu poder e suas boas relações com a hierarquia eclesástica. Não só isso, mas também para pregar o retiro anual dos padres Dom Jaime sempre convidava alguém de renome eclesástico, como, por exemplo, o Arcebispo de Curitiba, Dom Manuel da Silveira D'Elboux. Também entregou em Roma, à Congregação Consistorial, o processo de solicitação da criação da diocese de Paranavaí, bem como a entrega às *Sagradas Congregações Romanas* dos relatórios quinquenais da diocese, pelos quais dava base de sustentação à solicitação de criação da possível nova diocese.

Como nesse ano houve a inauguração do pavilhão de ampliação denominado “Paulo VI” do Albergue Santa Luzia de Marillac e as obras da catedral ainda estavam paradas, Dom Jaime formou em julho a Comissão Pró-Construção da Catedral, sendo presidente ninguém menos que o senhor Luiz Moreira de Carvalho, então prefeito de Maringá.

Dados os sérios problemas financeiros por que passava a diocese, a Folha do Norte do Paraná foi arrendada pela Rede Paranaense de Rádio, mas Dom Jaime não abriu mão de continuar sendo o orientador e supervisor geral do jornal. Também criou uma subdivisão estrutural na diocese para melhor administrá-la e governá-la, instituindo cinco decanatos: Catedral, Jandaia do Sul, Loanda, Nova Esperança e São Jorge, obtendo assim maiores condições administrativas para a pastoral diocesana.

No ano de 1966 a capacidade de articulação de Dom Jaime se demonstrava muito versátil. Conseguiu desenvolver todos os projetos de construção da catedral, do seminário, de várias paróquias e escolas, contando com a ajuda da comissão por ele organizada tendo como presidente o prefeito da cidade de Maringá. Contou ainda com a ajuda das organizações católicas da Alemanha *Adveniat* e *Propaganda Fide*.

Também importantes foram o início dos estudos dos documentos conciliares e a formação de um secretariado diocesano de pastoral, responsável pela aplicação e desenvolvimento destes documentos, bem como do Plano de Conjunto da CNBB. Ainda conseguiu inaugurar o prédio da ADAR, financiado pelos católicos alemães, o qual foi entregue às irmãs de São Carlos de Lyon para ser por elas administrado. Entretanto, o fato que mais se destacou nesse ano foi a Câmara Municipal de Maringá outorgar a Dom Jaime o título de *Cidadão Benemérito de Maringá*, demonstrando assim seu grande poder de influência e mando na diocese.

Durante 1967 ocorreu a proclamação do “*Ano da Fé*”, instituído entre os períodos de 29/06/67 a 29/06/68, por Paulo VI, devendo-se neste período promover uma intensa catequese sobre a fé. Nesse período, Dom Jaime dirigiu vários cursos de formação para o clero, para religiosos e para leigos, sobre catequese e sobre os documentos conciliares e, em especial, sobre a valorização do leigo como agente de pastoral, possibilidade aberta pelo Concílio Vaticano II.

Dom Jaime, mostrando ser um homem “antenado” com a modernidade, providenciou a visita da imagem *Fac Símile* de Nossa Senhora Aparecida aos ferroviários de Maringá, estabelecendo assim uma “comunhão pascal” com os ferroviários, pois a ferrovia era uma das mais puras representações de modernidade e progresso nesse período. Assim, deu-se início às celebrações mensais de missas na estação de estrada de ferro da cidade. O bispo promoveu, também, nesse mesmo ano, a *Primeira Festa ecumênica da Caridade*.

Com a instalação canônica da Diocese de Paranavaí, em sete de julho de 1968, houve o desmembramento integral entre a diocese de Maringá e a de Paranavaí, e a posse do seu primeiro bispo, Dom Benjamim de Souza Gomes. Com isso, Dom Jaime remodelou os cinco decanatos, transformando-os em apenas três regiões pastorais: Catedral (Maringá), Jandaia do sul e Nova Esperança. Aproveitando as mudanças, estabeleceu também novas modalidades para as reuniões do clero: duas reuniões gerais por ano e uma reunião mensal em cada setor e reuniões mensais do presbitério.

Aproveitando as mudanças na diocese, também instituiu a obrigatoriedade e frequência em cursos constantes de atualização para o clero e religiosas e estudos da realidade

latino-americana. Determinou ainda estudos obrigatórios de preparação para a recepção dos sacramentos de iniciação cristã, especialmente o batismo, para todos os fiéis cristãos que quisessem usufruir os sacramentos. Mas o fato mais marcante desse ano foi a audiência em Brasília com o Presidente Costa e Silva sobre a concessão do canal de televisão da TV Cultura de Maringá Ltda., atualmente uma afiliada da Rede Globo de Televisão. O bispo sabia ser a mídia um importante meio de controle e formação de opinião, demonstrando ser um homem atualizado com a modernidade e suas tecnologias.

No ano de 1969 houve na diocese a instalação de um programa de pastoral para intensificar a mentalidade da pastoral de conjunto, através dos cursos de preparação para o batismo. Com a designação de novos padres na catedral e outras provisões paroquiais na diocese, houve o desenvolvimento de uma ação pastoral exercida nos bairros de Maringá, que foram divididos em setores e entregues aos cuidados das 16 casas religiosas femininas locais. Essa medida permitiu executar um plano conjunto de pastoral para a cidade, preparando a introdução dos cursos de preparação para o batismo, os quais se tornaram obrigatórios, bem como os cursos de crisma, “primeira comunhão” e cursos de noivo para os interessados.

Em 1969 o seminário diocesano de Maringá encerrava provisoriamente suas atividades. Desde então os seminaristas do curso ginásial continuaram estudando em suas paróquias e os do clássico residiam em uma comunidade paroquial em Maringá, estudando em colégios estaduais. Mas o fato mais importante se deu com os alunos de filosofia e teologia, os quais passaram a residir em uma comunidade em Curitiba intitulada de *Emaús*, freqüentando a Faculdade de Filosofia da Universidade Católica do Paraná e o *Studium Theologicum*. Esse fato é de suma importância, se entendermos como funcionava essa comunidade em Curitiba. A Comunidade de *Emaús* era uma residência onde habitavam apenas os seminaristas de Maringá, sem a presença de um reitor ou padre responsável residente na comunidade. Neste sentido, Dom Jaime tinha uma visão inovadora, através de um discurso de consciência pastoral, deixando os seminaristas serem agentes de sua própria formação. Era uma situação nova nesse período e motivo pelo qual foi criticado por alguns bispos e até questionado por Roma; mas ele não abriu mão desta forma de formação continuada, alegando que seus seminaristas cada vez mais se tornariam fraternos e autônomos.

1969 foi também o ano de Dom Jaime realizar sua tradicional *Visita Ad Limina*, momento de entrega do relatório dos acontecimentos da diocese, e ainda, de visita às Congregações Romanas e audiência com o Santo Padre o Papa Paulo VI.

Neste mesmo ano, Dom Jaime acabou intervindo, a pedido dos operários, na greve destes nas fábricas de óleo de Maringá e em Cruzeiro do Sul, com resultado favorável aos operários, colocando-se como um exímio articulador político, capaz de produzir manobras políticas a seu favor.

Preocupado com a sintonia hierárquica, sempre recebia bispos de outros países, como foi o caso do bispo de Osnabruck, Alemanha, Dom Helmut Wittler; e para os estudos desse ano com o clero sobre pastoral da família, convidou ninguém menos que Dom Lucas Moreira Neves. Foi também nesses retiros que Dom Jaime instituiu os retiros do clero por regiões pastorais. Cada um a seu tempo e em lugares diversos, todos se tornariam responsáveis pela organização e todas as necessidades daí provenientes.

Sua preocupação com a formação de seu clero era também algo constante; assim mandou o Padre Antonio de Pádua Almeida a Roma e à Bélgica, por dois anos, para estudos pastorais. Além destes cursos específicos, trouxe o padre N. Irala S.J. para ministrar em Maringá um curso de estudos de parapsicologia.

Contrariamente a algumas posturas conservadoras tomadas e principalmente contra os comunistas, foi por sua iniciativa que se deu a primeira experiência pastoral para a formação das recém-criadas *Comunidades Eclesiais de Base* (CEBS). Por outro lado, também produziu um documento do clero ao episcopado nacional sobre o celibato.

Em 1970, Dom Jaime viajou a Brescia, na Itália, e a 11 de janeiro participou de uma reunião para o *gemellagio* entre Brescia e Maringá, solenidade realizada na prefeitura de Brescia para celebrar a criação do pacto das cidades irmãs. Já em abril, o prefeito de Brescia Bruno Boni retribuiu a visita e acabou inaugurando a Creche Menino Jesus, obra financiada pela entidade *Fraternità*, de Brescia e entregue à Congregação das Missionárias do Santo Nome de Maria, sinalizando assim onde aplicava as verbas recebidas, como sendo uma prestação de contas sociais. Neste mesmo ano aconteceu o 8º Congresso Eucarístico Nacional de Brasília e a assembléia dos bispos do Brasil. Também houve a participação de algumas pessoas nos cursilhos de cristandade, em Londrina e Curitiba, dando-se assim início a este movimento na diocese, o qual muito ajudou tanto financeiramente quanto pastoralmente a diocese.

No ano de 1971, a diocese de Maringá passou a ser sufragânea da nova província eclesiástica de Londrina. Dom Jaime intensificou as ações da pastoral vocacional, a qual passou a ser o tema central de todas as pastorais da diocese. Ao mesmo tempo, estabeleceu um plano de assistência religiosa aos bairros de Maringá e reforço dos trabalhos já desenvolvidos por todas as dezesseis casas religiosas existentes em Maringá, cada qual ocupando-se de um setor.

Dom Jaime, pressionado pelas lideranças leigas, acabou dando uma certa abertura aos movimentos leigos, podendo assim intensificar as ações dos movimentos do Apostolado da Oração, bem como do Movimento Familiar Cristão (MFC), do Cursilho de Cristandade, das Congregações Marianas, Escolas de Pais, bem como encontros de jovens destes movimentos. Já que teria que aceitá-los na diocese, promoveu um curso para os leigos, intitulado “O Leigo na Igreja”, dirigido por Dom David Picão, bispo de Santos, e destinado ao clero, religiosos e leigos, para delinear algumas bases pastorais. Também convidou o padre Paul-Eugène Charboneau, C.S.C. para ministrar uma palestra para os pais da diocese, evento que foi patrocinado pela Escola de Pais.

Na mesma proporção em que se apresentava com um discurso de bispo moderno, Dom Jaime mantinha vínculos com os conservadores, entre outras ações, celebrando missas para os militares no 4º Batalhão da Polícia Militar, inclusive com a preparação dos militares para a comunhão pascal.

Também realizou grande campanha para acelerar as obras da catedral, prevendo o término da construção em concreto para maio de 1972, quando Maringá completaria 15 anos.

Com a divisão regional realizada pela CNBB, iniciaram-se nesse ano cursos para o clero, abertos a todos os sacerdotes do Estado, de atualização teológico-litúrgica para fundamentar a pastoral, dentro do que fora delineado pelo plano de conjunto do Regional Sul II. Tais cursos foram orientados pelos padres Antonio Almeida (Maringá) e José Buschu (Campinas).

A 24 de março de 1972,, quando a diocese completava quinze anos de instalação canônica, iniciaram,-se os preparativos para a comemoração a ser realizada no dia 10 de maio, junto com o jubileu de prata da cidade, tendo por celebrante o cardeal do Rio de Janeiro, Dom Eugênio de Araújo Sales. A pastoral diocesana passou a dar ênfase aos estudos para a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). O Regional Sul II se reuniu para o 1º curso de criatividade em Curitiba e para a avaliação do seu Plano Pastoral em vista das realizações para 72/73. A nova província eclesiástica de Londrina, instituída, reuniu-se em Paranavaí para estudos e análise da pastoral de conjunto e pré-elaboração de um plano de pastoral mais orgânico. Também no dia 13 de maio aconteceu a visita do embaixador do Senegal, quando se celebrou na catedral uma missa para a “raça negra” e pelas almas dos escravos, mostrando assim a grande capacidade política de articulação do bispo. Isso sem dizer dos andamentos efetivos para a implantação da TV de Maringá, o canal da concessão que Dom Jaime recebera do Governo Federal.

No ano de 1973 o Papa Paulo VI anunciou o Ano Santo da Reconciliação: reconciliação do homem com Deus, com o irmão (mundo) e consigo mesmo. No mesmo ano, em 07 de janeiro, houve a cerimônia simbólica de demolição da catedral velha, de madeira, com a retirada da primeira telha, e iniciaram-se as celebrações litúrgicas na catedral nova, ainda inacabada. A madeira da catedral velha e anexos foi aproveitada para a construção de casas no Núcleo Social “Papa João XXIII”. Também tiveram início o convênio da diocese com a LBA. Fechando o ano, aconteceu em 04 de dezembro a Assembléia Geral Diocesana de Pastoral, na qual se estabelecem quais seriam as metas da pastoral para a diocese.

O ano de 1974 foi marcado, além das celebrações do Ano Santo da Reconciliação e da chegada ao Brasil do novo Núncio Apostólico, Dom Carmine Rocco, também por vários problemas de saúde que tinha o bispo, sendo obrigado a se internar na Santa Casa por várias vezes. O ano de 1975 iniciou-se com a operação do bispo no coração, em Ribeirão Preto, onde também recebeu a visita do Núncio Apostólico Dom Carmine. Mesmo assim, não deixou de articular relações com a sociedade civil, promovendo nesse ano a “Semana da Enfermagem” e um curso de parapsicologia ministrado pelo padre Oscar Quevedo S.J., em convênio com a Universidade Estadual de Maringá. Continuou também promovendo as missas e solenidades festivas com os militares, mantendo um vínculo institucional com esta corporação. Nessas ocasiões Dom Jaime sempre deixava muito clara sua posição ideológica em referência aos anos de chumbo que o Brasil vivia e que sempre tiveram seu aval. Ele, ao contrário do que acontecia na diocese de São Paulo, nunca ajudou ou deu guarida aos “comunistas” que habitavam em Maringá, dos quais muitos foram presos e sempre solicitaram a ajuda da Igreja, ajuda que esta nunca prestou. O único padre que ajudava este grupo era Orivaldo Robres, o qual teve sua transferência da catedral para uma paróquia menor e distante, decretada por esse motivo.

Muito importante nesse ano foi o lançamento, em 30 de agosto, da programação da TV Cultura de Maringá, sociedade da qual Dom Jaime Luiz Coelho tornou-se o diretor-presidente. Aos 25 de setembro foi oficialmente inaugurada a TV Cultura Canal Oito de Maringá, produzindo programas diários doutrinários e missas televisionadas aos domingos. Além disso realizou a 2ª Assembléia Geral Diocesana: Caminhada Pastoral de Base, visando a ampla participação para o crescimento e desenvolvimento das metas prioritárias das CEBs. Nesse mesmo período, Dom Jaime se tornou membro da Comissão Representativa da CNBB.

Durante o ano de 1976 houve periódicas reuniões com os bispos da província eclesiástica de Londrina, não só para o incremento da pastoral de conjunto, mas também para promover uma intensa participação no Regional Sul II, em Curitiba, e ainda um intenso

movimento de articulações em torno da possível criação de uma diocese em Colorado, a qual seria constituída a partir do desmembramento, em grande parte, da diocese de Apucarana e em menor parte, da arquidiocese de Londrina e da diocese de Maringá. Mas como houve várias dificuldades obstaculando o processo, sua efetivação ficou inviável.

Com o processo de industrialização e modernidade em que vivia o Brasil, as questões agrárias ficaram abandonadas, promovendo-se na diocese, nesse ano de 1977, apenas um simples encontro da Pastoral Rural, sendo que as ênfases diocesanas então se centravam nos cursos para o clero sobre pastorais sociais, ministrados pelo padre Orlando Maria Murphy, de Brusque – SC. No mesmo ano, em 15 de novembro, deu-se a inauguração da sede da CNBB em Brasília e reunião da comissão representativa da qual Dom Jaime era participante.

No ano de 1978 teve início a reunião da comissão de leigos (CODAL) em Curitiba, visando à constituição do *Conselho Regional de Leigos do Paraná*; e durante uma reunião da Assembléia Geral da CNBB em Itaiçi, houve uma reunião sobre o projeto das “Igrejas Irmãs”, na qual Dom Jaime foi eleito, entre os 37 bispos delegados, para ser o representante oficial do Regional Sul II na III Assembléia Geral da Comissão Episcopal Latino-Americana (CELAM), que seria realizada em Puebla, México, em outubro do mesmo ano.

Nesse período, Dom Jaime ocupou o cargo de 1º Secretário da Regional Sul II da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – no Paraná, e membro do Conselho Permanente da CNBB na pastoral dos meios de Comunicação Social.

O investimento em pastoral agora não se dava mais entre ruralistas e trabalhadores dos sindicatos rurais. Dom Jaime, em face de uma nova conjuntura política e econômica, obrigou-se a fazer a passagem da oligarquia agrária ruralista para a burguesia industrial urbana, sendo que a partir deste ano, as festas e movimentos eclesiais não se deram mais em áreas rurais e agrícolas. Aproveitando o clima da campanha da fraternidade, cujo lema era “*Trabalho e Justiça para Todos*”, além de produzir grandes discussões e difusão do tema através de folhetos da “Declaração dos Direitos Humanos”, promoveu concentração no ginásio de esportes “Chico Neto”, na celebração do 30º aniversário desse importante documento. Também instituiu, no dia 1º de maio, a “*Festa da Fraternidade no Mundo do Trabalho*”, incentivando nesse ano o surgimento da pastoral operária.

Embora ainda tivessem continuidade as palestras e missas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maringá, sua movimentação agora se constituía em atividades urbanas, promovidas com ações pastorais de incremento às pastorais sociais e urbanas, tais como a operária e a universitária, na Universidade Estadual de Maringá. Promoveu também congressos para leigos, como o realizado na Missão Nipo-Brasileira em 28 de maio, para

apresentar aos fiéis as novas propostas resultantes do Concílio Vaticano II. Foram igualmente feitas várias palestras aos professores, intituladas “Igreja de Ontem e de Hoje”, incrementando mais ainda a pastoral escolar, tendo como ênfase o “Concurso Bíblico” realizado entre os alunos em toda a diocese por muitos anos.

Com a morte de Paulo VI e a eleição de João Paulo I, há a confirmação da III CELAM em Puebla, com a promessa de comparecimento desse novo papa à Assembléia dos Bispos Latino-Americanos. No dia 28 de setembro, após 33 dias de pontificado, o mundo foi surpreendido com a morte deste papa. Assim, ficou suspensa a III CELAM, em Puebla, no México, que deveria iniciar-se no dia 11 de outubro, cujo tema seria “A Evangelização na América Latina Hoje e no Futuro”. Com a eleição de João Paulo II, houve por parte dele a convocação da III CELAM em Puebla, para 28 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979. Em Maringá, além das visitas pastorais de praxe, aconteceu ainda a 5ª Assembléia Geral Diocesana de Pastoral.

Com todos esses movimentos acontecendo, tanto na diocese quanto na Igreja como um todo, a característica da diocese de Maringá passou a ser delineada por uma ação pastoral mais urbana e voltada para questões do mundo moderno e urbano do trabalho. Assim, o ano de 1979 passou a ser definido por ações delimitadas pela temática determinada da III reunião do Episcopado Latino Americano (CELAM) – em Puebla, México.¹¹⁷, do qual Dom Jaime fez parte como representante do episcopado brasileiro. Participando da referida conferência, foi eleito relator, juntamente com um bispo do Paraguai, da 20ª Comissão: “*Ação da Igreja Junto aos Construtores da Sociedade Pluralista na América Latina*”. Ao regressar ao Brasil, Dom Jaime participou, nos dias 18 a 27 de abril, em Itaíci, da reunião da Assembléia Geral da CNBB, para apresentar estudos informativos sobre a Assembléia Geral da III CELAM em Puebla, reunião esta na qual também se deu a eleição do novo presidente da CNBB.

No dia 1º de maio, dentro da campanha da fraternidade sob o lema “*Preserve o que é de Todos*”, contando com a colaboração da Secretária Municipal de Turismo, a diocese realizou no Parque do Ingá a “*Festa da Natureza*”. Nesse ano, iniciado por uma entrevista coletiva à imprensa, televisão e rádio sobre a III CELAM, houve uma seqüência de

¹¹⁷ Dom Jaime sempre foi muito antenado com o mundo, nunca perdendo a oportunidade em manter contatos importantes para a construção e interação da diocese. Ora buscando recursos em instituições de outros países, ora procurando Sacerdotes que quisessem vir à diocese trabalharem como missionários. Assim, “Dom Jaime já visitou todos os estados brasileiros; visitou a Europa 21 vezes; a África 02 vezes; os EUA uma vez; a Terra Santa duas vezes; a Europa do Leste, então chamada comunista (cinco países), uma vez na América Latina: Paraguai, Argentina, Peru (duas vezes) México (duas vezes) Colômbia (quatro vezes) Bolívia, Equador, Panamá, Guatemala e Costa Rica”. In: Diocese de Maringá – 40 anos de história. Clichetec – gráfica e editora, Maringá, 1997. [Revista publicada pela Diocese de Maringá em comemoração aos 40 anos de história da diocese e adeus de Dom Jaime], p.04.

entrevistas, cursos, palestras e estudos na diocese e nas dioceses vizinhas para apresentar as resoluções determinadas em Puebla. Aconteceu também, em Londrina, a reunião do Regional Sul II, de cuja executiva, Dom Jaime passou a ser membro.

Em 16 de outubro, através da bula *Quamquam Est Munus*, o Papa João Paulo II, no primeiro aniversário de sua eleição ao pontificado, elevou a diocese de Maringá à categoria de Arquidiocese, criando a Província Eclesiástica de Maringá, que passou a ter como sufragâneas as dioceses de Campo Mourão, Paranavaí, e Umuarama. No mesmo documento Dom Jaime era promovido à dignidade de 1º Arcebispo Metropolitano de Maringá.

A 20 de janeiro de 1980 deu-se a instalação canônica da Arquidiocese e a posse de Dom Jaime como 1º Arcebispo Metropolitano. Estiveram presentes na solenidade o Núncio Apostólico Dom Carmine Rocco, vários clérigos, fiéis e a família do bispo. Também de grande importância foi a presença do governador Ney Braga.

Entre as inúmeras visitas pastorais realizadas por Dom Jaime pode-se destacar a visita realizada à paróquia da Catedral da diocese, entre os dias 12 e 19 de agosto. Este fato tornou-se relevante, pois a partir desta visita o arcebispo estabelecia um novo estilo para as visitas pastorais, as quais passaram a ser marcadas por contatos pessoais não só com o padre e os fiéis, mas também com as autoridades, associações de classe, juízes do fórum, clubes de serviços etc., pondo em prática o programa de Puebla: *Evangelização junto aos Construtores da Sociedade Pluralista*.

Em 20 de setembro Dom Jaime recebeu o Título de Professor *Honoris Causa* da Universidade Estadual de Maringá (UEM), proposto pelo Conselho Universitário dessa instituição em reconhecimento pelos seus esforços empreendidos como um dos fundadores, primeiro professor da disciplina de Ética e primeiro diretor da então Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Maringá, criada em 1959, a qual deu origem à atual universidade.

A partir do dia 10 de novembro a diocese foi dividida em três vicariatos episcopais, o de Maringá, o de Jandaia do Sul e o de Nova Esperança, com a eleição dos seus respectivos monsenhores coordenadores. Mesmo com todas essas práticas, Dom Jaime ainda celebrava missas nos quartéis e então, com a criação do “Tiro de Guerra” (do exército brasileiro), passou a também lá celebrar missas e proferir palestras, como também acontecia na cidade a reunião da Comissão Estadual de “*Justiça e Paz*”.

O ano de 1981 foi marcado pelo 25º aniversário da criação da diocese, tendo-se, em comemoração, o início do Ano Jubilar, constituído por uma programação de visita a todas as paróquias e obras assistencias e várias celebrações e vigílias mensais na catedral, durante todo

o *Ano Santo*. Houve também a ordenação de alguns padres, intitulados “*Padres do Ano Jubilar da criação da diocese*”.

Além da inauguração (aula inaugural) do “Centro de Formação Pastoral de Leigos (Igreja Evangelizadora)”, a 03 de maio houve a Dedicção da Igreja Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Glória, tendo como paraninfos: o Governador Ney Braga, o prefeito, os parentes de Dom Jaime e o Cura da Catedral. Já a solenidade comemorativa do jubileu de prata da criação da diocese e 34º aniversário da cidade teve a presença do Bispo Dom Pedro Fedalto e dos bispos das províncias de Maringá e de Londrina. Com isso o bispo delineava o vínculo hierárquico-doutrinário com as autoridades civis e religiosas, demonstrando ser uma pessoa autoritária e estritamente ligada ao poder de mando estatal. Por outro lado, no mesmo ano, a 07 de junho, aconteceu uma novidade na diocese: pela primeira vez, religiosas - as Irmãs da Companhia de Maria - tomaram posse da paróquia da cidade de Inajá, no intuito de marcar uma postura pastoral arrojada da diocese, não se podendo deixar, porém, de salientar que tal atitude se deu também em função da falta de sacerdotes na diocese.

Enquanto isso soldados do Tiro de Guerra, do 4º Batalhão e Polícia Civil visitam a catedral, por causa do Ano Santo, a 23 de agosto. De 19 a 22 de setembro aconteceu a XXIX Assembléia Geral do Regional Sul II em Ponta Grossa, encontro no qual se pôde estudar o 1º Caderno de Educação Política, visando principalmente às eleições previstas para 1982.

Com a morte de Dom Geraldo Fernandes, primeiro Arcebispo de Londrina, Dom Jaime foi nomeado, a 21 de abril de 1982, Administrador Apostólico da Arquidiocese de Londrina, ocupando o cargo até 28/01/1983, quando tomou posse o segundo arcebispo de Londrina, Dom Geraldo Majella Ângelo. Nesse mesmo ano de 1982 o arcebispo de Maringá também recebeu o título de Cidadão Benemérito do Paraná.

No ano de 1982, quando a diocese comemorava o 26º aniversário de sua criação, iniciou-se a Assembléia Geral da CNBB, em Itaipó, tendo como assunto principal “A Questão do Uso do Solo Urbano”. Ainda a CNBB lançou, a 24 de fevereiro, a Campanha da Fraternidade desse ano, sob o lema: “Fraternidade e Educação” e o tema “A Verdade Vos Libertará”. . A 20 de março chegava a Maringá o Núncio Apostólico, Dom Carmine Rocco, para as comemorações do Ano Jubilar, o qual foi celebrado juntamente com o jubileu de prata de Dom Jaime Luiz Coelho.¹¹⁸

118 Sua relação e submissão com a hierarquia sempre foram muito bem explorada e administrada por ele, sempre manteve os vínculos com a instituição eclesial, o que possibilitou receber em Maringá a visita do então Núncio Apostólico: 1965: Dom Sebastião Baggio; 1975 e 1980: Dom Carmine Rocco; 1987 e 1992: Dom Carlo Furno. In: Diocese de Maringá – 40 anos de história. Clichetec – gráfica e editora,

Na prática, na condição de bispo da Arquidiocese, Dom Jaime assumiu para si a responsabilidade da organização dos chamados setores paroquiais, uma marca de sua gestão, que consistiu em uma ação fundamental para a formação tanto do território da Arquidiocese quanto na formação religiosa, moral e cultural da sociedade maringaense. Além da óbvia vantagem de facilitar a integração entre os diversos componentes de cada setor (padres, religiosos e fiéis das igrejas e capelas localizadas em cada setor), as ações e medidas praticadas por Dom Jaime acabaram gerando alguns benefícios, um dos quais foi a formulação de estratégias pastorais que levassem em conta as peculiaridades de cada área e tornassem mais produtivas as reuniões do clero. Estas passaram a ser realizadas por setores e conseqüentemente a contar com um menor número de sacerdotes, adquirindo um caráter mais gerenciável e participativo.

CAPÍTULO III

A GESTÃO DIOCESANA DE MARINGÁ

Um dos grandes desafios institucionais que a Igreja Católica teve que enfrentar no Brasil, logo após a proclamação da República, foi o alargamento geopolítico de sua circunscrição territorial, constituindo novas dioceses, sobretudo por causa da urgência de acomodar situações locais para a constituição de um patrimônio diocesano destas novas circunscrições. Tornou-se importante o espaço político de oportunidades criado com as instâncias e os quadros decisórios da organização que se amoldaram às diversas conjunturas regionais, por ocasião da escolha dos novos ocupantes dos cargos..

Esses condicionantes socioculturais delimitaram o perfil político do episcopado nesse período de colonização do Norte (Novo e Novíssimo) do Paraná. Os recém-nomeados bispos deveriam com esmero se aplicar à consolidação da máquina diocesana através da imposição de suas linhas pastorais de comando e autoridade hierárquica, bem como traçar e viabilizar suas metas organizacionais através de sólidas alianças com os setores de mando das elites locais.

O corpo episcopal dos recém-sagrados bispos se constituía, na maior parte, em uma mescla de membros de famílias ilustres da classe dirigente e de uma cota mínima preladados provenientes de famílias humildes. Constituiu-se assim o núcleo de composição dos escalões eclesiásticos de mando hierárquico, cujos representantes souberam como ninguém se ajustar às pretensões da Igreja Católica nas recém-criadas circunscrições diocesanas da época.

Nessas primeiras décadas, quase 50% dos bispos atuantes eram oriundos do Nordeste, seguidos pelos 20% nascidos em Minas Gerais e pelos 14% provenientes de São Paulo. Estes últimos constituíram a mais dinâmica frente de expansão da organização eclesiástica, revelando assim o grau de influência organizacional logrado pelas lideranças episcopais à frente de suas dioceses por mais de duas ou três décadas.

As áreas em questão eram favoráveis à consecução das políticas organizacionais então em curso, pela conjunção de circunstâncias associadas ao recrutamento e formação dos novos quadros, à pujança dos movimentos católicos e aos dividendos materiais e institucionais carreados através de compromissos firmados com os círculos locais da elite dominante.

Os movimentos cismáticos ocorridos (na República Velha) no Nordeste ensejaram uma reação organizacional que tomou a forma de uma espécie de “cerco” territorial montado

na região, com a multiplicação de seminários e, sobretudo, mediante acordos políticos com importantes setores dirigentes. Também, alguns anos mais tarde, graças ao movimento cismático do Contestado; e ainda, por outras razões distintas em suas conseqüências mais duradouras em longo prazo, processo idêntico teve lugar nos estados do Sul e Sudeste, em especial naquelas regiões beneficiadas pelo “boom” do café.

Nesse período, 15% dos bispos atuantes eram nascidos em capitais estaduais e outros 15% originários de cidades importantes em seus respectivos estados; já os outros 70% haviam nascido e vivido sua primeira infância em fazendas distantes dos grandes centros. Aqueles nascidos nas capitais estaduais ou em centros regionais pertenciam, via de regra, a famílias ilustres e abastadas, cuja posição social privilegiada permitiu que alguns deles fossem os únicos a realizar estudos superiores de habilitação para as carreiras liberais tradicionais (engenharia, farmácia etc), como foi o caso de Dom Jaime Luiz Coelho, jornalista profissional, tendo tirado seu certificado sob o registro de nº 275, na cidade de Curitiba, no ano de 1963.

É nessa conjuntura de produção social do clero (em particular daquela minoria escolhida para ocupar os postos de comando), a qual foi sendo construída, ao longo do prolongado processo de formação e de iniciação na vida propriamente eclesiástica, que se pode alocar a figura de Jaime Luiz Coelho.

Foi já nas primeiras décadas da gestão administrativa da diocese de Maringá que Dom Jaime pôde ir constituindo um movimento particularmente crítico para a Igreja Diocesana de Maringá, por causa dos vários problemas e situações adversas que o então bispo incardinado teve que enfrentar. Sua primeira constatação se deu a respeito da desorganização técnico-administrativa da instituição, tendo ainda a sombra dos recentes movimentos sociais heréticos da magnitude de Juazeiro e Canudos no Nordeste e do Contestado no Paraná, este último algo tão recente e tão próximo à diocese. Tais descompassos obrigaram emergencialmente a Igreja a dar soluções viáveis e concretas, a serem viabilizadas para dar conta tanto da manutenção da ordem estabelecida quanto da expansão da Igreja.

Dom Jaime se viu condicionado ora a dar conta, de acertar fórmulas de acomodação diocesana - tanto com as elites oligárquicas locais quanto com a elite dirigente eclesiástica -, ora pelas diretrizes impostas pela política pontifícia romana, pois ninguém desejava que tais conflitos fossem (re) produzidos em quaisquer outras regiões do Brasil.

As perspectivas de expansão começaram a se abrir à corporação eclesiástica em diversos domínios de atividade, sucedendo em meio a toda a sorte de conflitos político-religiosos com que o bispo teve que se confrontar.

Um dos problemas mais sérios que Dom Jaime teve que enfrentar nesse período foi o conflito com os leigos em torno das questões patrimoniais. Os grupos participantes da Igreja que Dom Jaime assumira eram em geral compostos por figuras ilustres da oligarquia local, o que se transformou a princípio em uma luta de controle excessivo sobre o patrimônio cultural religioso, o qual até então estivera sob a jurisdição desses grupos leigos, acostumados a não se submeter à égide do poder episcopal.

Um dos primeiros passos que Dom Jaime teve que tabular foi uma constante negociação com os dirigentes locais, buscando partilhar as principais posições de poder no sistema interno de controle sócio-religioso-cultural e político. Esse espaço deveria ser ocupado pelo bispo através de alianças e vínculos estabelecidos nessa relação política de poder, a qual era mantida principalmente através da indicação de nomes de católicos de confiança e/ou do apoio de outros, criando assim uma tessitura de amarrações políticas de poder sociocultural. Um dos argumentos que deram força política ao bispo para estabelecer esses vínculos de dependência foram as disposições leigas asseguradas pelos negócios temporários da Igreja, em face do volume considerável de interesses pecuniários em jogo.

Dom Jaime acabou tendo que administrar conflitos com os grupos oligárquicos quando o interesse da Igreja tinha como meta os espaços urbanos mais centrais e, por isso, mais lucrativos, das cidades que compunham a recém-criada diocese. Em muitos casos o negócio pecuniário era algo extremamente lucrativo, principalmente no centro urbano das recém-criadas cidades, espaço mais valorizado. Nessas negociações, quase sempre Dom Jaime, por ser porta-voz da Igreja, levava a melhor, obtendo ganhos de causa.

Esses litígios que iam se desenvolvendo no espaço diocesano em torno das relações sociais de mando e poder e possíveis apropriações de rendas auferidas pelas explorações imobiliárias acabariam garantindo uma base de construção e sustentação de um perfil sociocultural de mecanismos de defesa e controle das situações administrativas no espaço da Igreja (diocesana).

Outra faceta desse jogo de poder se dava internamente entre os fiéis acostumados a gerenciar sua própria fé e, principalmente, o cuidado e a administração do dinheiro advindo das coletas e festas dos padroeiros. Atento a essa questão econômica, tão patente e importante, o bispo acabou tendo que enfrentar surtos de mobilização religiosa em paróquias que tentassem escapar ao seu controle, não medindo esforços para coibir desmandos e buscando enquadrá-las em um regime idêntico de submissão à sua autoridade episcopal, à qual deveriam se sujeitar todos os fiéis e associações fundadas pela Igreja no contexto da política administrativa constituída e implantadas pelo bispo. Nestas condições, empenhou-se em

canalizar devidamente as rendas auferidas por essas comunidades por conta da exploração econômica de importantes setores, fatos que se inscreviam em um quadro amplo de preocupações quanto ao disciplinamento das principais festas religiosas, sobretudo aquelas dos santos padroeiros.

Através das então criadas pastorais, com suas necessidades e apelos, pode-se verificar uma ampla coerência entre as ações do bispo quanto à urgência de severa regulamentação das festas religiosas. Neste contexto, o problema que ia se definindo constituía-se no encargo de coletar recursos para as despesas com a organização dessas festas, movimento que era um direito exclusivo das comissões, integradas por figuras eminentes das elites locais, até então sem a necessidade de colaboração de qualquer clérigo. Com o passar do tempo, essa tradição fora progressivamente aliando-se à presença eclesiástica no processo decisório relativo à elaboração dos recursos coletados.

Outra questão que preocupava o bispo era que parcelas crescentes de arrecadação das coletas eram empregadas na decoração externa de ruas e praças, na montagem das festas, quermesses e/ou bailes, cabendo à igreja matriz uma quantia cada vez mais irrisória.

Com uma diocese por construir e com tão poucos recursos, Dom Jaime passou a difundir na diocese de Maringá certos cultos romanizados, como, por exemplo, a devoção ao Sagrado Coração de Jesus, ou então, a encorajar os fiéis a criarem nas paróquias os grupos das filhas de Maria e o Apostolado da Oração.

Essa situação constituiu-se em uma conjuntura mesclada de interesses pecuniários com o empenho manifestamente político de fazer valer, pela via da doutrina romanizada da ortodoxia litúrgica, os pontos de vista da hierarquia e, sobretudo, o monopólio de autoridade doutrinária que o bispo queria impor em quaisquer campos de sua alçada.

Um bom mecanismo ideológico para sustentar o processo de instalação, pelo bispo, das normas romanizadas do culto foi o argumento de que tais festas religiosas tradicionais haviam sofrido um desvirtuamento, tornando-se manifestações secularizadas transformando-se em oportunidades de lazer onde o foco de interesse externo havia suplantado os atos religiosos no interior da Igreja. Até mesmo as procissões haviam se transformado em espetáculos pirotécnicos coloridos que pouco tinham a ver com suas finalidades originais. Sustentando esses argumentos, Dom Jaime pôde traduzir suas ações em medidas disciplinares que desencadearam uma reação feroz de anticlericalismo.

Com esse mecanismo, Dom Jaime não só extrapolou a questão pecuniária, mas também institucionalizou uma forma política de manutenção da ordem religiosa estabelecida,

enquanto mantenedora do vínculo catequético-político pela doutrina do processo de hierarquização dos princípios romanizados.

Fomentando tal situação, Dom Jaime pôde manter o monopólio eclesiástico intensificando as possíveis ações pastorais, na medida em que se intensificavam as várias formas de catequização, inculcando valores romanizados nas paróquias e fazendo com que os fiéis dessem importância ao vínculo da unidade a toda a hierarquia eclesiástica, iniciando pelo padre de sua paróquia, passando pelo bispo e chegando ao papa, criando assim um vínculo de pertença e de identidade ao grupo.

O processo de inculcar uma mentalidade romana hierarquizada na pastoral, rompendo com o devocionismo, passou a se manter pela institucionalização hierárquica constituída por uma pastoral sacralizada, em que se precisava de um ministro consagrado para fazer acontecer o rito sacramental. A discussão a respeito da noção da liberdade promulgada por Lutero passa por essa questão. Ora, se se pode comunicar diretamente com Deus, para que então o fiel precisa de um ministro ordenado?.

Desta forma, o esplendor litúrgico dado pela festa e celebração de *Corpus Chisti, pela*, adoração ao Santíssimo Sacramento da Eucaristia (Apostolado da Oração) e outras, constituiu-se em uma eclesiologia sacramentalizada, sendo os sete sacramentos um instrumento de poder da ligação do povo com o padre, o bispo e o papa e, assim com a hierarquia eclesiástica, que se impõe via sacralização institucional.

Há então, uma valorização da figura do ministro ordenado para promover e valorizar o sacramento e, assim manter a ordem eclesiástica estabelecida. Já a discussão a respeito da valorização do ministério leigo só aconteceria no Concílio Vaticano II e sua implementação só se daria mais tarde, com implantação gradual.

Além de dar conta das pendências e dificuldades que surgiram no transcurso da implantação e implementação do plano pastoral diocesano, Dom Jaime tinha outro item importante em sua agenda de trabalho: sendo as iniciativas implementadas no intuito de alinhar as diretrizes e as determinações políticas romanas em vigor nesse período.

Tal esforço de sintonia organizacional e doutrinário se manifestou de inúmeras maneiras, desde a firme disposição de implantar o estilo de mando episcopal europeizado, passando pela adoção das pastorais como instrumento por excelência de difusão da palavra de ordem eclesiástica mediante a realização de visitas pastorais regulares, pela promoção de cursos e retiros anuais para o clero e, mais tarde, também para os seminaristas; pelo cumprimento da exigência canônica de viagens a Roma a cada cinco anos para a prestação de

contas, até a imposição de novos padrões litúrgicos às diversas solenidades de culto e de uma divisão de trabalho diocesano ajustada a esse conjunto de iniciativas e mudanças.

Esse estilo característico de mando exercido por Dom Jaime derivava, em parte, das prerrogativas de estar investido de poder, por ser detentor de um *status* eclesiástico apreciável, nos limites de sua jurisdição. O bispo dispunha de uma investidura de faculdades decisórias bastante amplas em todos os domínios de atividades de interesse para a corporação eclesiástica; criava e sustentava uma soma de poderes, gerindo politicamente as atividades pastorais de forma a disciplinar, através da organização ordinária, as paróquias e currículos dos seminários e casas de formação.

Esse exercício se dava, por exemplo, através da constante proibição do processo de validação do curso de filosofia do Seminário Maior Nossa Senhora da Glória da diocese junto ao Ministério da Educação; e ainda, estabelecendo atribuições e carreiras aos padres seculares, bem como atribuindo encargos e responsabilidades às ordens religiosas, desde creches e escolas até hospitais, passando por albergues, projetos sociais, vários colégios e até à constituição de uma livraria – a das Irmãs Paulinas. Constituiu uma composição de organismos e câmaras eclesiásticas de forma sempre crescente e envolvente, até a ereção de novas paróquias e outras circunscrições pastorais.

Esse processo requeria a manutenção das estruturas, demandando a explicitação de um perfil político-doutrinário mantido por constantes publicações em jornais e periódicos diocesanos, bem como a criação de escolas e colégios, os quais foram dirigidos por uma gama de congregações religiosas (tanto masculinas quanto femininas), as quais também se tornaram responsáveis pela manutenção e conservação de obras pias e assistenciais. Com essa estrutura montada e funcionando, Dom Jaime conseguiu fixar um programa de investimentos e mobilização política de campanhas de arrecadação de recursos financeiros, até o gerenciamento da criação da diocese de Paranavaí e a frustrada tentativa de criação da diocese de Terra Rica, bem como a indicação do padre Vicente Costa para o episcopado, o qual, depois de sagrado, tornou-se o bispo-coadjutor da diocese de Umuarama e, ainda, a indicação para cargos de confiança de seus afiliados políticos, tanto eclesiásticos quanto civis. Faz-se necessário mencionar aqui a pessoa do senhor Isaías, que por anos morou na residência construída ao lado do seminário diocesano de filosofia de Maringá, a qual fora construído para ser a residência das freiras que administrariam o seminário, tendo também arrendado a área pertencente ao seminário para plantar soja e/ou algodão; ou ainda o Jornal *A folha do*

Norte, o qual, depois de seu fechamento, passou a funcionar como de propriedade do senhor Frank Silva, sob o nome de “*O Diário de Maringá*”.

O desempenho dessa extensa série de atribuições requereu quase sempre um estilo de trabalho sofisticado, de traços característicos de uma noção romanizada de poder institucional hierarquizado, a começar pela ostentação de sua indumentária e demais insígnias que representam o poder episcopal (anel, báculo, brasão e etc.). Incluiu a realização de solenes cerimônias litúrgicas de estrito enquadramento nas pomposas normas litúrgicas ditadas pela Santa Sé, e até a montagem de cargos e funções cerimoniais e de auxiliares que pertenciam ao apanágio da imagem hierárquica do episcopado europeu e do episcopado brasileiro desde a época colonial.

Embora essa exteriorização ostensiva do absolutismo tenha certamente contribuído para o êxito do projeto de moralização do clero e da organização eclesiástica, as inclinações romanizantes também marcaram o estilo de trabalho de Dom Jaime no que diz respeito ao detalhamento de seus encargos e rubricas do cotidiano, passando pelos momentos fortes de exercício de suas altas funções de autoridade constituída, chegando até a delegação de graus hierarquizados de títulos que o clero ia galgando: iniciava como vigário paroquial, depois era promovido a pároco; podendo ainda obter os títulos e responsabilidades de ecônomo, provisor do bispado, cura da catedral, reitor do seminário, membro do colegiado, conselho do presbiterato, liturgo de cerimônias, monsenhor, vigário do vicariato e por último, vigário geral (responsável pela diocese na ausência do bispo). O bispo podia ainda delegar aos padres a função de assessor de uma determinada pastoral específica e/ou movimentos (com a introdução destes na pastoral orgânica da Igreja, tais como Cursilho da Cristandade, a Renovação Carismática Católica, o Movimento Mariano, o Movimento Familiar Cristão etc).

Apesar do inicialmente extenso território da diocese, bem como das dificuldades e empecilhos de locomoção, transporte e acesso, Dom Jaime realizou regularmente visitas pastorais que duravam em média uma semana, atingindo todas as regiões da diocese. Nessas visitas se poderia perceber uma ação de dupla intenção. De um lado, era a oportunidade de enquadrar todos os padres e/ou paroquianos possivelmente rebeldes nos parâmetros da “nova ordem eclesiástica” em matéria de costumes, de participação política, de cumprimento de suas obrigações litúrgicas e de tudo mais que pudesse contrariar as disposições diocesanas quanto ao valor das espórtulas ou emolumentos, quanto ao reparte das quantias arrecadadas e, sobretudo quanto ao que deveria caber a cada parte da Igreja local, propiciando uma moldura organizacional adequada à imposição da autoridade episcopal. De outro lado, tais visitas também serviam como operações explícitas de arrecadação, possuindo um sistema de

contabilidade rigoroso dos indicadores de produtividade, capaz de atestar os dividendos materiais e espirituais que Dom Jaime contabilizara: a quantidade de batismos, crismas, eucaristia, missas e toda a sorte de espórtulas, tudo isso seguindo de um balanço dos recursos materiais amealhados através de espórtulas e de bens móveis e imóveis ofertados em troca de indulgências plenárias. E ainda dos investimentos e construções de templos (igreja e capelas) nos domínios territoriais da diocese.

O processo histórico de formação da pastoral orgânica da diocese de Maringá constitui-se em centralizar todas as normas e diretrizes em um plano de ação pastoral, o qual recebeu o formato ideológico do pontificado papal, sendo uma representação da mentalidade hierárquica romanizada de ministérios, organizando os leigos através de normatizações pastorais, entre elas, a construção de novas paróquias calcadas nos moldes de um ideário pastoral sacralizado, rompendo com possíveis tradições de remanescentes de irmandades e/ou grupos similares.

Os moldes pastorais das comunidades tradicionais tinham como foco os ritos sacralizantes de seus padroeiros, através de celebrações, ritos e festas agrícolas, enquanto o modelo romanizado (hierárquico) implantado por Dom Jaime era calcado na noção eclesial da hierarquia eclesial dada pela aplicação de uma pastoral centrada nos sacramentos, implementada através das cartas episcopais e pastorais e desenvolvidas por meio dos planos de ação pastoral.

Em termos de política externa, as tendências do episcopado impunham algumas obrigações ao bispado, entre elas o pronto atendimento às convocações e demandas pecuniárias pontificias e, ainda, a veiculação das disposições da Santa Sé em quaisquer matérias que envolvessem os interesses da Igreja, além da realização das visitas *ad limina apostolorum*, pelas quais o bispo deveria prestar contas à Sé Romana de suas iniciativas e realizações, servindo elas ainda para reforçar os vínculos entre bispos e as diversas prefeituras da cúria romana.

Dom Jaime constantemente estendia sua visita a outros países (católicos ou não) da Europa, buscando firmar convênios com ordens religiosas e/ou com outras dioceses, visando à importação de mão-de-obra especializada para colégios, paróquias, seminários ou outras obras diocesanas. Algumas vezes viajava ao exterior dando a tais viagens o efeito de peregrinação aos lugares santos tanto na Europa como em Jerusalém, na Palestina. Elas constituíam momentos privilegiados para tentar angariar dividendos para a construção das várias obras diocesanas desenvolvidas no transcurso de sua administração.

Dom Jaime fez parte das novas levas de prelados que já não mais poderiam contar com a remuneração pública a que seus pares fizeram jus na vigência do regime do padroado, vendo-se coagidos pelas prementes necessidades a organizar e regularizar as fontes de renda nas dioceses recém-criadas para que eles mesmos pudessem ostentar um padrão de vida condigno, com um elevado *status* na hierarquia eclesiástica e política na oligarquia local, constituída através do exercício de mando e autoridade a que se sentia compelido, sustentado pela autoridade constituída pela própria imagem de prelado, e ainda pelas sucessivas visitas que fazia ao exterior.

A indicação de Jaime Luiz Coelho para a diocese de Maringá se fez acompanhar de um trabalho concomitante de manutenção dos vínculos de poder da autoridade superior, com vista a instalar na diocese um programa mínimo de realizações no seu território de abrangência.

As necessidades que essa conjuntura social impôs acabaram estabelecendo condições mínimas de cobertura material e financeira das atividades eclesiásticas. Com a urgência de tais necessidades e desafios, o bispo acabou convertendo-se em um verdadeiro empresário, empenhado com voraz energia na tarefa complexa e politicamente delicada de formação de um patrimônio diocesano capaz de garantir fontes regulares de receita, mantendo e ampliando os contatos junto aos dois grupos dirigentes - o eclesiástico e o leigo, e ainda encontrou benfeitores generosos dispostos a fazer toda a sorte de doações, inclusive doações de imóveis, ou vendê-los a preços irrisórios.

Dom Jaime fazia parte de uma nova geração de prelados brasileiros que deveriam implantar um programa mínimo de realizações, programa consistente de um projeto-padrão de investimentos que incluía a edificação do palácio episcopal, a criação do seminário diocesano, a construção ou reforma da catedral, a fundação de estabelecimentos de ensino e de jornais e/ou periódicos, cada uma dessas instituições constituindo as principais frentes de atuação da organização eclesiástica, conforme os conteúdos dominantes que definiam a contribuição da Igreja ao trabalho de formação de uma identidade política sociocultural da religião católica vivenciada na Igreja.

Estando a diocese de Maringá situada em uma região economicamente próspera, Dom Jaime pôde dilatar suas ambições empreendedoras abrindo o colégio São Francisco Xavier, no pátio da paróquia de São Francisco Xavier, para atender à comunidade nipônica ali instalada, tendo o pároco como o diretor.¹¹⁹

119 Sendo este o único colégio diocesano, todos os outros colégios instalados na diocese foram constituídos por congregações.

Com esse colégio diocesano e todos os outros colégios das várias congregações, Dom Jaime pôde disseminar sua mentalidade de pastoral escolar. Também pôde arrecadar subsídios para auxiliar no custeio das diversas despesas da diocese e/ou até ajudar alguma ordem religiosa convidada a se instalar na diocese, ou ainda, manter alguma obra assistencial, como asilos, hospitais, orfanatos, entre outras mantidas pela diocese.

Durante o período do padroado, diversamente, as antigas irmandades criadas ao longo do período colonial, cujas mesas diretoras leigas dispunham de virtual autonomia decisória perante a autoridade eclesiástica, as irmandades ou ordens terceiras, também chamadas de “congregações leigas”, recém-fundadas, constituíram uma grande extensão do poder episcopal: indicavam seus dirigentes, ratificavam suas decisões e transmitiam as senhas do culto, os objetos de devoção, as motivações das campanhas e o estilo completo de atuação religiosa e política dessas congregações leigas.

Com o estabelecimento da conjuntura de uma nova ordem social estabelecida, a qual se formava a partir da proclamação da República e do fim do padroado, os recém-eleitos bispos não mediram esforços para que suas dioceses pudessem contar com as obras pias e devocionais do Apostolado de Oração ou dos diversos movimentos recém-constituídos a partir dos moldes espirituais e hierárquicos do apostolado (romanizado) então em voga graças ao Concílio Vaticano I, que subordinara inteiramente essas atividades leigas ao controle dos poderes eclesiásticos da hierarquia.

Com essa mudança do paradigma eclesiológico a pastoral praticada nas dioceses passou a outorgar cada vez mais autoridade e controle ao bispo, dando possibilidade de a hierarquia garantir cada vez mais o controle das atividades pastorais desenvolvidas pelos novos movimentos e associações aí constituídas.

Outro ponto importante na composição dessa nova conjuntura pastoral implantada por Dom Jaime foi o empenho em dotar a diocese de um prédio luxuoso para servir como residência episcopal, noção presa à tradição romanizada que concebia política e simbolicamente a posição do bispo como chefe supremo da Igreja local e representação encarnada do papa.

No novo contexto de “estadualização” do poder eclesiástico, tanto as novas catedrais quanto a residência episcopal deveriam procurar equiparar-se aos prédios que representavam e sediavam a intendência das associações comerciais, a prefeitura, o fórum ou quaisquer outras instituições de relevo no ambiente da divisão do trabalho oligárquico.

Desde a ruptura do padroado, a Igreja passou a utilizar os espaços de edificação como espaços arquitetônicos ajustados às pretensões de influência política, social, cultural e

espiritual de que estavam imbuídos os bispos nomeados após a separação. Desta forma, a construção do palácio episcopal possuía uma perspectiva vertical, estabelecendo uma relação de personificação da idéia de *status* e poder e ostentando a relação direta do bispo diocesano com a figura do vigário de Cristo, personificada pela representação da figura do papa. Portanto, o palácio episcopal local deveria ser equiparado ao palácio papal romano.

Sob um corte horizontal, o palácio episcopal deveria estar ombreado com os outros palácios administrativos do poder local institucionalizado, situando-se em referência aos outros palácios do Estado (como exemplo: o prédio da prefeitura, das várias secretárias de estado, o fórum e todos os outros prédios que pudessem representar o poder instituído).

Por isso, também se fazia necessário que tal palácio, além de toda a sua ostentação, fosse fixado em uma das regiões mais valorizadas da cidade, como fez Dom Jaime, situando seu palácio episcopal na Zona Cinco, uma das regiões mais abastadas da cidade de Maringá.

Dentre os vários elementos engendrados nessa relação de poder eclesiástico, o seminário diocesano constituía-se em um dos pontos de honra no programa mínimo estabelecido pelo bispo para ser realizado. Essa preocupação era algo latente, pois freqüentemente o desempenho de qualquer bispo era aferido pelo número de padres que eram ordenados ao longo de sua gestão, e ainda na mesma proporção, pelo empenho em realizar obras que estimulassem e subsidiassem as vocações, bem como ações de arrecadação de recursos que lograssem as condições de subsistência dos seminaristas. dae conhecida a famosa figura do padre (italiano) Nunzio Reghenzi, que, não media esforços para fazer sobressair tais iniciativas no tocante ao recrutamento e formação de futuros quadros para a organização eclesiástica.

Devido à grande escassez de vocações na maioria dos estados brasileiros desde o período colonial, em parte como resultado de sucessivas medidas restritivas impostas pelo regime imperial, a fundação de um misto de seminário menor e colégio masculino oferecia às famílias da diocese um sucedâneo institucional bastante apreciado em regiões desprovidas de estabelecimentos escolares, como forio caso de inúmeras cidades da diocese.

Destarte, os bispos sagrados após a proclamação da Republica, imbuídos da mentalidade de “estadualização” da Igreja e com isso tornando-se fiéis às diretrizes romanizadas da Santa Sé (também chamados de reformadores), reforçam a idéia de separação entre os diversos graus em que se encontram os vários seminaristas e outros jovens colegiais, dando assim origem à multiplicidade dos seminários (menores e maiores), na confiança de que dos internos dos colégios católicos,saíssem vocações para serem enviadas aos seminários (maiores), tornando assim cada vez mais estreita a relação entre colégios e seminários.

Na diocese de Maringá não foi diferente. Dom Jaime utilizou o prédio desativado da extinta ADAR, transformando-o em seminário menor sob regime de internato, onde passariam a morar todos os meninos que aspirassem ao sacerdócio e não tivessem a mínima condição de estudo em suas residências., O mesmo prédio também passou a ser a casa paroquial da paróquia de Santo Antônio, tendo como pároco e responsável pelas vocações na diocese o padre Núnzio Reqhenzi.

Também, em todo o primeiro domingo de cada mês, nesse mesmo espaço aconteciam os encontros vocacionais para os possíveis candidatos ao seminário que tivessem condições de terminar o ensino médio ainda morando com os pais.

Dom Jaime precisava ampliar urgentemente a oferta de mão-de-obra de ministros consagrados, sob pena de não conseguir levar a cabo os empreendimentos que se dispusera a realizar. Com isso, a saída era, sem dúvida, a formação de um contingente nativo de padres e até freiras que fossem leais à autoridade do bispo, sintonizados com suas pretensões de mando, poder e influência. Por força de todas essas injunções, o seminário se incluía entre as prioridades do programa mínimo de realizações diocesanas da época.

Outra prioridade latente que atenderia diretamente à elite local se constituiu na abertura de escolas e colégios. Isso se devia à grande demanda dos grupos dirigentes locais, que então se fixavam não só na cidade de Maringá, mas principalmente nas várias cidades da circunscrição diocesana, a cujas expectativas e necessidades a rede de escolas públicas não atendia. Com isso a hierarquia diocesana poderia também constituir uma (re)aproximação e/ou colaboração mais estreita com esses grupos dominantes das várias localidades da diocese. Com a abertura desses vários colégios, Dom Jaime proporcionou uma fonte segura de renda para a manutenção da diocese e das obras diocesanas.

Um fato interessante que acontecia com os dirigentes dessas escolas era relacionado à grande receptividade às solicitações de recursos e donativos em favor destas instituições de ensino e/ou de prestação de serviços especializados para os filhos das classes abastadas.

Dom Jaime soube manobrar essas questões com grande habilidade. Ele se responsabilizou por abrir apenas um estabelecimento de ensino de responsabilidade da diocese, que foi o caso do colégio São Francisco Xavier, para atender à comunidade de imigrantes japoneses existentes naquela paróquia; mas conseguiu alocar colégios confessionais em quase todas as cidades da diocese, convidando várias congregações para abrirem colégios na grande região diocesana como um todo, pois a maior parte do investimento inicial necessário para a construção e o aparelhamento dos prédios era de responsabilidade de tais congregações. Esses prédios eram construídos em terrenos doados

pela Companhia Melhoramentos à diocese e repassados pelo bispo a essas congregações. Como estes estabelecimentos eram tecnicamente da Igreja -, portanto filantrópicos -, gozavam ainda de isenção ou grandes descontos de todos os tipos de impostos. Também seus automóveis tinham isenção do IPVA.

Com a isenção de impostos a diocese e as congregações poderiam investir tal excedente em outras frentes igualmente necessárias, como os asilos e creches.

Por outro lado, as iniciativas no mercado educacional permitiram acomodar materialmente os vários grupos das diversas congregações, cujas instalações na diocese dependeram das gestões do bispo junto aos dirigentes provinciais das congregações e às altas autoridades da hierarquia católica.

Esses primeiros anos constituíram-se em uma fase áurea para a expansão dos colégios religiosos, criando escolas confessionais em quase todas as cidades da nova circunscrição eclesiástica. As iniciativas episcopais no campo do ensino incluíram ainda a fundação de escolas normais e profissionalizantes para os filhos dos grupos subalternos.

Outro item também importante no programa mínimo de investimentos e realizações levados a cabo por Dom Jaime consistiu na criação e implantação de diversos órgãos midiáticos de publicação, desde algumas iniciativas bem-sucedidas de programas de rádio diários e semanais, bem como de jornais diários, até revistas comemorativas dos vários aniversários da diocese. Além, disso fez imprimir boletins eclesiásticos para a divulgação de documentos e diretrizes pontifícias e/ou episcopais e outras informações de interesse do clero diocesano e das obras e associações pias.

Nas condições de acirrada competição ideológica religiosa da época, tendo em vista o agravamento da concorrência, no campo religioso brasileiro, representada pela presença ofensiva das denominações protestantes e dos surtos radicais de heresias e contestações religiosas, como haviam sido os casos de Canudos, Juazeiro e do Contestado, as várias ações midiáticas e, especialmente, a fundação de um jornal matutino diário, tornou-se um instrumento preciso para a difusão das tomadas de posição em matérias polêmicas envolvendo os interesses da Igreja no sistema de catequese e evangelização e nas lutas políticas, contribuindo ainda para o êxito da cooperação de leigos da elite dominante local e para o adestramento de quadros promissores do clero para os embates doutrinários com os concorrentes do mercado de fé - os denominados ateus, hereges, apóstatas, maçons, protestantes e quaisquer outros porta-vozes de grupos políticos locais e estaduais discordantes das posições eclesiásticas ortodoxas da diocese.

Com a implementação desse programa mínimo de investimentos e realizações do empreendimento de fé, o bispo acabou necessitando mais ainda de um montante patrimonial crescente, o qual foi arrecadado através de coletas de recursos pecuniários, de doações de imóveis, da exploração de propriedades agrícolas, doações de sacas de café, ou ainda mediante o entesouramento de apólices e letras financeiras, contando para isso com o auxílio das lideranças católicas da elite local; e por fim, os poucos recursos doados pelos fiéis pobres.

A implantação de todos esses projetos teve de enfrentar toda a sorte de embaraços, tanto da parte dos setores dirigentes da elite local quanto dos grupos religiosos concorrentes e anticlericais, que, cada um a seu modo, tentavam resistir aos avanços dos grupos concorrentes e principalmente das corporações eclesíásticas católicas, valendo-se, entre outros expedientes, da tática de desmoralização da autoridade episcopal.

Por várias vezes, sempre de modo informal, Dom Jaime foi acusado de ser uma pessoa interesseira, materialista, praticante de simonia, estando apenas interessado em tirar proveito pessoal das campanhas, sendo-lhes endereçadas críticas de teor semelhante àquelas dirigidas aos dirigentes políticos das várias instâncias da república. Embora certas acusações tivessem algum fundamento nos excessos, boa parte delas era conseqüência da crescente visibilidade institucional da corporação eclesíástica dirigida por Dom Jaime Luiz Coelho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho - *O Poder do Anel na Diocese de Maringá* - é fruto de uma investigação sociológica sobre o episcopado na citada diocese, projeto que tomou corpo com os trabalhos já desenvolvidos acerca do fenômeno religioso na diocese em foco e ampliou seu escopo de análise sob uma perspectiva comparativa, culminando na hierarquia eclesiástica da Igreja Católica sediada em Maringá.

O trabalho teve como perspectiva realizar uma reflexão sistemática a respeito das ações e das condições de formação e desenvolvimento das diversas frações constitutivas da noção do entendimento cultural do fenômeno religioso católico na cidade de Maringá.

Tentou-se dar ao trabalho uma feição eminentemente histórica e sociológica, conforme o viés estabelecido pelas fontes jornalísticas e os arquivos consultados, tendo-se constatado que os fatos ocorreram de maneira bastante distinta do que reza a já consagrada “historiografia oficial dos pioneiros”.

Guardadas as devidas proporções e, sobretudo, as diferenças de estilo organizacional e o peso político dos “historiadores oficiais”, pode-se afirmar que a Igreja Católica em Maringá atravessou um período de “construção institucional” bastante similar àquele por que passou a Igreja Católica na República Velha, com o fim do padroado.

A Igreja Católica em Maringá logrou êxito considerável em múltiplas frentes de atuação: estabilizou suas fontes de receita, constituindo um respeitável patrimônio imobiliário, constituiu várias paróquias e investiu na formação de um seminário. Dinamizou consideravelmente sua ação pastoral constituindo uma forte presença territorial, através da formação de mão-de-obra religiosa qualificada, diversificando a pauta dos serviços escolares de maneira a praticamente monopolizar a educação na diocese, no período analisado.

Celebrou alianças com facções oligárquicas regionais, possibilitando que a Igreja Católica em Maringá se projetasse como empreendimento religioso e como organização burocrática institucionalizada. Tais conquistas logo demonstraram sua eficácia, quando a diocese passou a operar em posição de relevo no centro da vida política regional ao longo da formação

histórica da cidade de Maringá e das demais cidades da circunscrição da diocese como um todo.

Outro ponto a ser considerado é o do caráter pessoal da figura do primeiro bispo da diocese de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho. Pode-se afirmar aqui que os laços familiares e corporativos desenvolvidos no decorrer dos anos de seu governo ocuparam um papel crucial nas estratégias de acumulação, produção e reprodução social das diversas ações pastorais constituídas. Sua ação pastoral constitui-se em atitudes representativas (simbólicas), pelas quais o Bispo manifestou seus interesses, valores e estratégias - peças do repertório da imagem com que pôde veicular e gerir uma identidade cultural religiosa mediante a qual estabeleceu sua rede de interesses sociais em função de seus interesses sociais, pastorais, eclesiais e pessoais.

O Bispo conseguiu constituir um espaço de poder em posições muito bem-delimitadas na cidade de Maringá, e conseqüentemente, em todo o território compreendido na circunscrição da diocese, Tal espaço se tornou um bloco de unidade de referência na formação dos núcleos de poder representados pelos círculos familiares da oligarquia local e pelos anéis de sociabilidade por estes produzidos

Desta forma, a diocese de Maringá, através do bispo Dom Jaime Luiz Coelho, contribuiu amplamente para a unificação dos interesses da elite burguesa da cidade de Maringá, bem como para a manutenção da ordem social estabelecida, através de intenso envolvimento em diversos domínios de atividades, onde logrou alcançar uma posição confortável de monopólio eclesiástico. Com a criação e gestão de vários estabelecimentos educacionais de instituições religiosas, por exemplo, a instituição eclesiástica se viu alçada a uma posição privilegiada na rede privada de ensino, o que lhe permitiu exercer um controle hegemônico da maioria dos estabelecimentos de ensino.

A participação nos principais eventos cívicos promovidos na cidade ao longo desses quarenta anos garantiu à hierarquia católica a concessão de subsídios e apoio político em favor de todo o complexo institucional sob a tutela eclesiástica.

O estilo episcopal de Dom Jaime, então em voga, tão apreciado e às vezes odiado pelas facções dirigentes da cidade de Maringá, prestou-se ao trabalho de legitimar o poder oligárquico instituído, através das ações pastorais e de solenidades das festas dos padroeiros

das várias paróquias, de missas solenes, procissões e outras ocasiões propícias à consagração dos dirigentes leigos e de seus feitos.

Afora os amplos dividendos simbólicos e políticos agregados através destas iniciativas, a diocese de Maringá contribuiu ainda para a organização intelectual e cultural do setor católico das classes dirigentes, e conseqüentemente, de toda a sociedade, através da fundação de várias instituições de formação de opinião, como foram os casos do jornal Folha do Norte, da Universidade Estadual de Maringá, da Televisão Cultura – afiliada da Rede Globo, de programas de rádio e, mais recentemente, da aquisição da emissora de rádio AM Rádio Colméia e da criação de condições para a instalação do *campus* universitário da Universidade Pontifícia Católica do Paraná (dos Irmãos Maristas).

O Bispo também prestou uma colaboração direta ao trabalho político oligárquico mediante o apoio a candidaturas de partidos da direita conservadora, bem como através da militância na imprensa e em eventos culturais.

Por último, cabe mencionar o auxílio prestado pela organização eclesiástica às forças governamentais nas intervenções de repressão aos movimentos grevistas, por exemplo, os acontecidos na década de 1980 na Cocamar, e em outros eventos que poderiam pôr em risco a organização da ordem estabelecida local. Pode-se muito bem citar aqui a apatia política de que o Bispo foi tomado durante o regime militar e a negativa de ajuda aos militantes estudantis que solicitavam seu apoio quando acontecia alguma prisão arbitrária durante os anos de chumbo do regime militar.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ACERVOS CONSULTADOS

Arquivo do Museu Diocesano de Maringá.

Arquivo do Museu da Bacia da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Arquivo do Patrimônio Histórico do Município de Maringá.

Banco de Dissertações da PUC-SP.

Banco de Dissertações da UEM-MGA.

Biblioteca da Universidade Estadual de Maringá – UEM.

Biblioteca do Centro Universitário de Maringá – CESUMAR.

Biblioteca da Faculdade de Filosofia Letras e Ciência Humanas – USP.

FONTES DOCUMENTAIS

COELHO, Dom Jaime Luiz. Carta Pastoral de Dom Jaime Luiz Coelho – 1º Bispo Diocesano de Maringá, Paraná - Sobre a plenitude do sacerdócio e de saudação aos seus diocesanos – 1957. (Impresso por Artes Gráficas Farroupilha Ltda, Maringá, Pr).

COELHO, Dom Jaime Luiz, Os vinte e cinco anos da diocese de Maringá. Artes gráficas Farroupilha, Maringá, 21 de março de 1982 (Revista comemorativa pelo jubileu de prata episcopal de Doma Jaime Luiz Coelho).

COELHO, Jaime Luiz. Diocese de Maringá, 35 anos de história. Clichetec, Maringá, 1993. (Revista comemorativa pelos trinta e cinco anos do episcopado de Doma Jaime Luiz Coelho).

COELHO, Jaime Luiz. Diocese de Maringá – 40 anos de história. Clichetec – gráfica e editora, Maringá, 1997. (Revista publicada pela Diocese de Maringá em comemoração aos 40 anos de história da diocese e adeus de Dom Jaime).

Pires, Julio. Depoimento para o Projeto Memória, atual Divisão do Patrimônio Histórico de Maringá. Ficha de n.692.

Projeto Memória. Cadastro n.94. Centro de documentação histórica do Município de Maringá.

VIEIRA, Jorge e Macedo. Entrevista concedida à equipe de Recursos Audiovisuais da Secretária da Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Maringá. São Paulo, 10 e outubro de 1972. Divisão de Patrimônio Hist. e Artístico Municipal. Acervo de Documentos Oraís. Prefeitura Mun. Maringá.

JORNAIS

A Folha do Norte do Paraná.

O Diário do Norte do Paraná.

DISSERTAÇÕES E TESES

ADUM, Sônia M. S. Lopes. Imagens do progresso: Civilização e barbárie em Londrina – 1930 / 1960. Assis: UNESP, 1991. Dissertação (mestrado) – UNESP, 1991.

CAETANO, Loide. Inserção do protestantismo numa área pioneira do Paraná. A Igreja Presbiteriana Independente de Maringá. UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO, 2002. Dissertação (mestrado) - SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2002.

DIAS, Edson dos Santos. Atuação do agente fundiário na produção do espaço urbano. Companhia Melhoramentos Norte do Paraná: uma presença constante na cidade de Cianorte. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFSC, Florianópolis, 1998.

Luz. Francês. O fenômeno urbano numa zona pioneira. São Paulo USP. 1980. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas – São Paulo. 1980.

MARCHI, Euclides. A Igreja e a Questão Social: o discurso e a práxis do Catolicismo no Brasil (1850-1915). (Tese de Doutorado). Faculdade de filosofia, letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1989.

MORO, A D. Substituição de culturas e transformações na organização do espaço rural do município de Maringá. São Paulo, 1988. Dissertação de Mestre. Faculdade de filosofia, letras e Ciências Humanas, USP, 1988.

PAULA, Zuleide Casagrande de. Maringá, o coração verde do Brasil. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1998.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANDRADE, Arthur. *Maringá, ontem, hoje e amanhã*. Maringá: S.E., 1979.

ANDRADE, Cândido Teobaldo. *Psicossociologia de relações públicas*. São Paulo: Loyola, 1989.

ARROCHELAS, M. *A Igreja e o Exercício do Poder*. Rio de Janeiro: ISER, 1992.

AZZI, A. *Igreja Católica*, Paulinas, São Paulo, 1996.

_____, *O Início da Restauração Católica em MG. 1920 – 1930*, Paulinas, São Paulo, 1998.

BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e Renascimento*. São Paulo, Hucitec-UNB, 1987.

BARDIN, Lawrence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Persona Edições, 1977.

BATAILLE, Georges. *Teoria da Religião*. São Paulo: Ática, 1986.

BEOZZO, Oscar *A Igreja do Brasil – de João XXIII a João Paulo II. De Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1994. Coleção Igreja do Brasil.

BERBARDI, Renato *Maringá – Geografia regional*. 1964.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

_____. Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

_____. *O Poder Simbólico*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 1998.

_____. *Raízes Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.

_____. In: ORTIZ, R. (org.), *Coleção Grandes Cientistas Sociais*, São Paulo, Ática, 1983.

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CANCIAN, N. A. *Cafecultura paranaense – 1900 / 1970*. Curitiba: 1981.

CORRÊA, JR.J.A. *O trem de ferro*. Ed. 5 de abril Ltda., Maringá, 1991.

DARTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos*. Rio de Janeiro. Graal, 1986.

DEMO, Pedro. *Elementos metodológicos da pesquisa participante*. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Metodologia científica em ciências sociais*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

- DIAS R. GONÇALVES J. (org.) *Maringá e o Norte do Paraná: Estudos de História regional*. EDUEM, Maringá, 2001.
- DURKHEIM, E. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Abril, 1978.
- DUSSEL, Enrique, De Medellín a Puebla. *Uma década de sangue e esperança*. De Medellín a Sucre, 1968 – 1972. Vol. I, São Paulo, Loyola, 1981.
- _____. (org.) *História Libertionis – 500 anos de história da Igreja na América Latina*, CEHILA -Paulinas, São Paulo, 1992.
- ELIADE, Mircea, *Aspectos do mito*. Lisboa, 70, 1986.
- _____. *O Sagrado e o Profano A Essência das Religiões*. Lisboa, 1976.
- _____. *História das idéias e crenças religiosas*, Vol. I Sansoni, Florença, 1981.
- ESTRADA, J. F. Duque. *Terra Crua*, Curitiba, s. e., 1961.
- FENEGA, Maria. Sobre o trem. A construção entre a estrada de ferro, o café e a cidade de Maringá. 1970.
- FRANCO, Maria. L. P Barbosa. *Ensino médio: desafios e reflexões*. Campinas: Papyrus, 1994. cap. 8: Estudo de caso e a análise quantitativa/qualitativa, p. 151-157, cap. 9 : O que é análise de conteúdo, p. 155-180.
- FOUCAULT, Michael. *A micro-física do poder*, São Paulo: Perspectiva, 1986.
- GEERTZ Clifford *Interpretação das culturas* Rio de Janeiro Jorge Zahar 1978.
- GODOY, Arenida Schimidt. *Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais*. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.
- GRESPI, Franco, *A experiência religiosa na pós-modernidade*, coleção Filosofia e política, EDUSC, Bauru, 1997.
- GUINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo, Cia das Letras, 1989.
- _____. *O queijo e os vermes*, Cia das Letras, São Paulo, 1998.
- HERMANN, Jacqueline. *História das Religiões e Religiosidades*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINHAS Ronaldo *Domínios da História* Rio Janeiro Francisco Alves 1998.
- HOWARD, E. *Cidades – Jardins de amanhã*. Hucitec / Annablume, 2º ed. São Paulo, 2002.
- ITURRA, Raul. *A Religião como teoria da reprodução social*. Lisboa: Escher, 1991.
- JÚNIOR. J. A. Corrêa. *A Maria Fumaça Maringá*, 1988.
- LAGENEST, J. P. Barruel de. *Elementos da sociologia da religião*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- LE GOFF, J. & NORRA, P. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro. F. Alves. 1995.
- LUZ, France. *O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá*. Maringá: Prefeituras Municipais de Maringá, 1997.

_____. & OMURA, Ivani A. Rogatti. *A propriedade rural nos sistema de colonização da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – Município de Maringá*. In: Simpósio nacional dos professores universitários de história, nº 08, 1976, São Paulo, Anais, São Paulo: s/nº 1976.

MAINWARRING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1984.

MICELLI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. RJ: Bertrand Brasil, 1988.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MOMBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucetec, 1998.

NOVAES, S. C. *Jogos de espelhos: imagens da representação de si através dos outros*. São Paulo, Edusp. 1993.

OLIVEIRA, Pedro A R. *Catolicismo Popular e romanização do Catolicismo brasileiro*. IN: Revista Eclesiástica Brasileira, v.36, f. 141, p.130/5, 03/1976.

_____. *Coexistência das religiões no Brasil*, Vozes, 1977.

POULART, Enile. *Compreensão Histórica da Igreja e Compreensão Eclesiástica da História*. In: Concílium 1971/7: História da Igreja, Petrópolis: Vozes, 1971.

ROLLO GONÇALVES, José Henrique. *Trabalhando com fontes orais: reflexões a partir de uma pesquisa em andamento: caboclo e pioneiros em Maringá, 1937 – 1953*. Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa. Maringá, v. 04, nº 03, 1991.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja, contra o Estado*. São Paulo: Kairós, 1979.

SANCHES, Antenor, Maringá – *Sua historia e sua gente*, Massoni Maringá 2002.

SCHLEYER, Judith R. *Estudos de usuários: introdução à problemática e a metodologia*. *Estudos Avançados em Biblioteconomia e Ciência da Informação*. Brasília: ABDF, 1982. p. 49-71.

SELLTIZ, C. et al. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: EPU, 1975.

STONE, Philip. *A análise de conteúdo da mensagem*. In COHN, Gabriel - Comunicação e industria cultural. 4º ed. São Paulo, Cia Editora Nacional, p.315-332, 1978.

THIOLHENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 3. ed. São Paulo: Polis, 1987. p. 38.

TOMAZI, N., D. *Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da companhia Terras Norte do Paraná*. Assim: UNESP / dep. História, 1989.

TRIVINOS, Augusto, N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1994.

VERGOTE, A. *Modernidade e cristianismo – interrogações e críticas recíprocas*. Loyola. São Paulo, 2002.

VOVELLE, Michel. *Ideologia e mentalidades*. São Paulo. Brasiliense, 1987.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1983.

ZICMAN, Renée *História através da imprensa: algumas considerações metodológicas*. In Revista Projeto História. Pós-graduação/PUC, São Paulo, nº 4, p.89-102, 6/198.

ANEXOS



FIGURA 01: DOM JAIME LUIZ COELHO (1967)

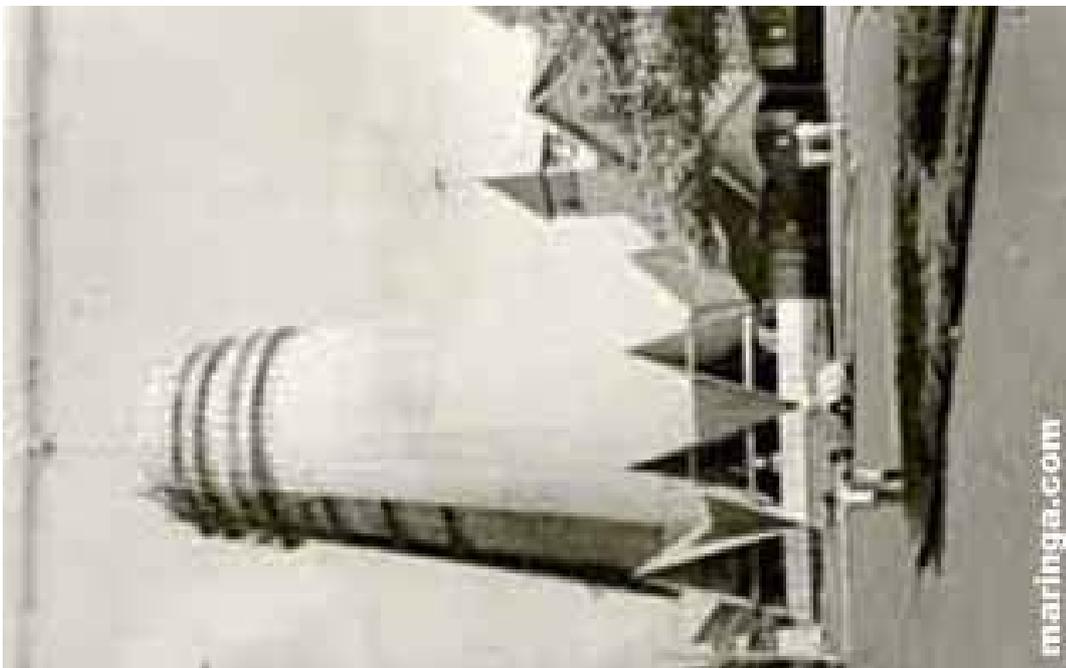


FIGURA 02: CATEDRAL BASILICA MENOR NOSSA SENHORA DA GLÓRIA